

KÁTIA ANDRÉIA VIEIRA DE MELO

**COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS FAMILIARES NOS DOMICÍLIOS
ESCRAVISTAS DE CASTRO (1824-1835) SEGUNDO AS LISTAS
NOMINATIVAS DE HABITANTES**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Departamento de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto
Medeiros de Lima

CURITIBA

2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação, em História para realizar a arguição da Dissertação da candidata **KÁTIA ANDRÉIA VIEIRA DE MELO**, sob o título "**Comportamentos e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835)**" para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela *Ap. Rel. Ac. 70* com sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de *MESTRE*

Curitiba, 28 de maio de 2004

Prof. Dr. *Roberto Alberto M. Laires*
Presidente

Prof. Dr.
1º Examinador

Prof. Dr. *Marcelo*
2º Examinador

Prof. Dr.
3º Examinador

Prof. Dr.
4º Examinador

AGRADECIMENTOS

Registro meu agradecimento a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente:

- aos professores, funcionários e amigos do Departamento de História da UFPR, pela disposição e confiança;
- aos funcionários e novos amigos da Casa da Cultura Emília Erichsen de Castro, em especial Fabiana Hey, Nilcéia Maria Zens, Patrícia Santos Biassio e Juliano Roberto (da Agência Municipal de Apoio ao Turismo), pelo acompanhamento e bom humor prestados no levantamento de minhas fontes;
- aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, pelo auxílio prestado quando acreditei que poderia encontrar outros documentos possíveis de serem usados nesta dissertação. Certamente servirão, todavia, para embasar futuras pesquisas sobre o sedutor tema das fazendas de absenteístas no Paraná;
- ao CNPQ, sou grata pelo amparo e auxílio financeiro nos últimos meses desta pesquisa;
- aos professores doutores Sérgio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andrezza que compuseram a Banca do Exame de Qualificação, pelos comentários e sugestões indispensáveis ao aprofundamento deste trabalho;
- e, por fim, ao meu orientador e professor Carlos Lima, pela paciência e dedicação ao longo destes anos de trabalho. À você devo boa parte da minha formação no campo da pesquisa histórica e agradeço as incontáveis discussões esclarecedoras que me proporcionou.

Não devo deixar de agradecer à D. Antonia, pelo carinho e dedicação que a mim reservou. E também à você Rose, por ter cuidado de minha filha desde o seu nascimento, que coincidiu com o início do meu Mestrado. Você é uma daquelas poucas pessoas que aparecem em nossas vidas que podemos sinceramente chamar de amigas!

Dedico este trabalho à Nicole, afirmando que muitas vezes desejei permanecer mais horas em sua companhia. E, finalmente, um agradecimento especial a Adriano: sem seu incentivo, amor e infinita confiança dificilmente chegaria até aqui. À vocês, dedico esta obra.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT.....	vii
Introdução	2
1) Da Historiografia Sobre a Família Escrava	2
2) Sobre as Fontes Documentais	9
3) Castro: Processo de Formação e Contexto da Década de 30	15
Capítulo 1: Da Vida Familiar dos Escravos em 1835	24
1.1) No Ritmo da Labuta	27
1.2) Atributos dos Senhores e a Família no Cativoiro	44
1.2.1) Sob o Controle das Senhoras	49
1.2.2) Dos Limites da Cor	56
1.2.3) Acumulando Escravos.....	61
Capítulo 2: Análise da Família Escrava Segundo uma Abordagem Processual, Castro 1824 e 1835	72
2.1) Sobre a Expansão das Posses e o Ciclo de Vida dos Senhores	79
2.2) Estratégias Senhoriais e o Estímulo à Família Escrava	91
2.3) Reprodução Natural e Estabilidade Familiar	100
2.4) Africanos: Força Produtiva e Reprodutiva	110
Capítulo 3 – O Absenteísmo e as Estratégias Matrimoniais	118
3.1) Sob a Ausência do Senhor : A Família nas Fazendas de Absenteístas .	121
3.2) Alianças Matrimoniais	137
3.3) Em Busca da Liberdade: Casamentos de Escravos com Livres	148
3.4) Nota Sobre a Idade ao Casar.....	153
Conclusão	159
Referências Bibliográficas	163
a) Fontes Primárias	163
b) Obras de Referência	163
c) Livros e Teses	163
d) Artigos e Capítulos de Livros	165
Anexos 1 – Gráficos	169
Anexos 2 – Tabelas	170

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM GRANDES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	34
GRÁFICO 1 B - (A) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), (B) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (C) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835.....	36
GRÁFICO 1 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS; CASTRO/1835.....	40
GRÁFICO 2 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS POR FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	50
GRÁFICO 2 B - PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	52
GRÁFICO 2 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	55
GRÁFICO 3 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	58
GRÁFICO 3 B - PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835.....	59
GRÁFICO 4 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835.....	62
GRÁFICO 4 B - (A) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU+), (B) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (C) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835.....	64
GRÁFICO 4 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835.....	67
GRÁFICO 5 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS E DE ACORDO COM O TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	126
GRÁFICO 5 B - (A) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), (B) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (C) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	128
GRÁFICO 5 C - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO A PROCEDÊNCIA E ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.....	134

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 A - TRAJETÓRIA PELA POSSE DE ESCRAVOS DE SENHORES BRANCOS DO SEXO MASCULINO, CASTRO 1824-1835.....	86
TABELA 1 B- NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO, 1824 - 1835	88
TABELA 2 A - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO VITAL, CASTRO 1824-1835.....	91
TABELA 2 B - PROPORÇÃO DE ESCRAVOS (AS) ALGUMA VEZ CASADOS NAS ESCRAVARIAS DE SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO, 1824 - 1835.	93
TABELA 3 A - PARTICIPAÇÃO (%) E MÉDIA DAS CRIANÇAS (0 A 14 ANOS) E RAZÃO CRIANÇA/MULHER NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO DE VIDA, CASTRO 1824 - 1835.....	101
TABELA 3 B - PARTICIPAÇÃO (%) DAS CRIANÇAS (0 A 14 ANOS) E RAZÃO CRIANÇA/MULHER NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIO, CASTRO, 1824 - 1835.....	107
TABELA 4 A - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS E CRIoulos CASADOS OU VIÚVOS NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO VITAL, CASTRO-1824 - 1835.....	112
TABELA 4 B - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS E CRIoulos CASADOS OU VIÚVOS (%) NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS (CASTRO, 1824 E 1835).....	113
TABELA 5 A - ALIANÇAS MATRIMONIAIS DOS ESCRAVOS SEGUNDO OS REGISTROS DE CASAMENTOS, CASTRO, 1800-1824.....	142
TABELA 5 B DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS CABEÇAS DE DOMICÍLIO PELAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS E SEGUNDO A COR, CASTRO - 1835.....	145
TABELA 5 C - DISTRIBUIÇÃO DOS AGREGADOS PELAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS E SEGUNDO A COR, CASTRO - 1835.....	146

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa empreende um estudo sobre o comportamento e as práticas familiares dos escravos de Castro nas primeiras décadas do século XIX. Utiliza como fonte principal as *Listas Nominativas de Habitantes* de 1824, 1829 e 1835, documentos estes que contém uma variedade de informações sobre a estrutura dos domicílios de Castro e de sua população escrava. Como complemento, fizemos uso ainda de alguns dados contidos nos *Registros de Casamentos* (1800-1824) e nas *Fichas de Batismo* (1801-1820) que trazem algumas pistas acerca das sociabilidades dos escravos castrensês no início do século; as cópias transcritas destes documentos encontram-se arquivadas na Casa da Cultura em Castro. Nossos resultados destinam-se a contribuir para o novo enfoque da historiografia sobre famílias escravas no Brasil que sustenta que, apesar dos obstáculos colocados pelo tráfico e pela escravidão, os escravos formavam família no cativeiro. Não compunham uma massa de desregrados cujas uniões eram instáveis e sem normas de convívio. Até mesmo nas regiões agroexportadoras da economia brasileira, cujo intenso ritmo de trabalho comprometia a integridade física e social dos escravos, pesquisas recentes demonstram elevados índices de casamentos entre a massa cativa. Organizando os dados de nossas fontes por meio de gráficos e tabelas capazes de manifestar comportamentos e práticas familiares entre escravos, pretende-se comprovar que a conformação de famílias se efetivou em Castro mesmo num período de mudanças na escravidão do Paraná operadas sobretudo pelo tráfico negreiro. Enfatiza-se, ainda, que a condição não exportadora da economia paranaense combinada com a estabilidade atingida pelas maiores posses da região (que coincidia com a maturidade etária dos senhores) configuravam-se determinantes para a durabilidade das famílias no decurso dos anos. Os escravos, nestas condições, não apenas casavam-se mais tendiam a manter suas famílias unidas por longo período de tempo. Neste mercado matrimonial uma série de variáveis, com destaque a cor, idade, sexo, procedência e condição jurídica dos nubentes, combinavam-se à realidade do cativeiro ora facilitando e ora escasseando as oportunidades conjugais dos escravos. O cativeiro pode ter comportado um conjunto de regras e normas sociais reconhecidas e valorizadas pela comunidade. Diferente do que sustenta a tradicional historiografia, este estudo é mais um dos exemplos de que a instabilidade e a promiscuidade não imperaram como normas durante a escravidão. A família era valorizada e respeitada no interior das escravarias. Tudo indica que tanto os senhores quanto os cativos, cada um a seu modo; estavam convencidos da relevância das famílias escravas. A própria sobrevivência da escravidão pode ter dependido fortemente deste consenso.

Palavras-chave: escravidão; família escrava; Castro;

Introdução

1) Da Historiografia Sobre a Família Escrava

Como um proprietário de escravo não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir os negros de freqüentarem as negras tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens, cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feito tanto para evitar os pretextos de fugas como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade¹.

Foram sobretudo os relatos dos viajantes europeus ao Brasil, como este que inicia este trabalho, que contribuíram para que boa parte da historiografia sobre família escrava enfatizasse a promiscuidade como norma das convivências entre cativos. A falta de nexos nas relações sociais e as uniões instáveis entre os casais estariam presentes no dia-a-dia do cativo. Muitos acreditavam na inexistência de uniões conjugais; a generalização da idéia de que os escravos viviam em condição de promiscuidade sexual contribuiu para que estes viajantes estrangeiros não detectassem a família escrava no Brasil. As próprias condições da escravidão² teriam levado os negros a viverem numa espécie de “*patologia social*”³.

Estas teses só começaram a ser reavaliadas nos últimos trinta anos quando as uniões familiares e os casamentos passaram a fazer parte dos temas de

¹ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3v, São Paulo, Martins/EDUSP, 1972., p. 196.

² SLENES, R. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.30. Entre as justificativas utilizadas por historiadores para explicar a “ausência de regras” entre escravos, Slenes destaca a instabilidade do tráfico (pela constante reposição de escravos devido as altas taxas de mortalidade), o desequilíbrio numérico por sexos e o desinteresse dos senhores no incentivo de uniões familiares no interior das escravarias.

³ *Ibid.*, p. 28.

pesquisas⁴. A insistência de que os cativos não eram “*culturalmente sem raízes*”⁵ trouxe à tona novas reformulações das visões sobre o escravo, em especial aquelas propagadas pelos viajantes europeus. Esta nova perspectiva de análise, cuja preocupação é a de recontar a história dos grupos subalternos, procura demonstrar que as condições adversas do tráfico negreiro e da escravidão não foram suficientes para impedir a constituição de famílias. Até mesmo regiões agroexportadoras da economia, nas quais o ritmo de trabalho era mais intenso e os indicadores de masculinidade eram altos, estudos recentes revelam consideráveis índices de casamentos na população escrava, demonstrando que a família era uma instituição forte e valorizada dentro do cativeiro.

Constatou-se que mesmo frente às adversidades colocadas pela escravidão não foram poucos os cativos que já haviam conhecido o casamento. As chances matrimoniais elevavam-se mediante uma série de variáveis entre as quais destaca-se a idade, o sexo e o tamanho do plantel (grandes escravarias normalmente ampliavam as chances de escolhas por parceiros). Independente da ligação ou não com o mercado agroexportador, os índices de uniões conjugais encontrados em inúmeras regiões do Brasil foram maiores do que se pensava. No ano de 1801 em Lorena, por exemplo, Costa e Nozoe verificaram que 33,4% dos escravos com 15 anos ou mais eram casados ou viúvos; as chances matrimoniais eram mais intensas nos plantéis de grande porte e a participação de casados e viúvos crescia conforme elevava-se as idades consideradas⁶. Neste mesmo ano, Motta encontrou em Bananal (São Paulo) 40,4% dos escravos com 15 ou mais anos casados ou viúvos, levando-o a concluir que “(...) *o peso relativo dos casados ou viúvos aumenta, na maior parte dos casos, juntamente com a idade dos cativos, e também à medida que cresce o tamanho dos plantéis*”⁷. Ou seja,

⁴ Outra boa revisão sobre a historiografia da família escrava nas Américas pode ser vista em MOTTA, J.F. “Famílias escravas: uma incursão pela historiografia”. *História: Questões e Debates*. Curitiba, 9(16): 104-159, JUN. 1988.

⁵ SLENES, *Na senzala, uma flor* ..., p. 39.

⁶ COSTA, I. D.; NOZOE, N. H. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 19 (02): 319-345, MAIO-AGOSTO, 1989., p. 321 e 324.

⁷ MOTTA, J. F. O advento da cafeicultura e a estrutura de posse de escravos (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 21 (03): 409-434, SET.-DEZ., 1991., p. 424-427.

nas duas localidades paulistas, cujas economias estavam voltadas para a agroexportação, o ritmo de trabalho não impediu que os escravos formassem famílias.

Tais dados reforçam o argumento de que o cativeiro não abrigava uma população de desregrados. A promiscuidade e a instabilidade não necessariamente faziam parte da vida comunitária. Existia uma preocupação em viver conforme as normas criadas em sociedade, normas estas imprescindíveis para estabilizar e amenizar as convivências entre diferentes grupos étnicos forçados a dividir um teto em comum.

Se o ambiente era tão adverso e propício ao conflito, por que razão os escravos constituíam famílias? Que tanto vigor os laços de parentesco exerciam sobre os cativos a ponto de superarem as limitações do tráfico e da escravidão, como os desequilíbrios por sexo, os *estrangeirismos*, o excesso de trabalho e o descaso de seus senhores? Qual teria sido, enfim, o significado desta instituição e que sentido conferia à vida daqueles confinados à escravidão?

Para Florentino e Góes, a criação de laços de parentesco servia, acima de tudo, para contornar o campo de conflito criado pela constante chegada de novos escravos. As famílias funcionavam como estratégias de convivências sociais imprescindíveis à sobrevivência na escravidão. Diante da chegada de estrangeiros os laço parentais “(...) criavam uma sólida base para o relacionamento pacífico (...)”⁸, amenizando a difícil convivência entre pessoas culturalmente diferentes. A cooperação entre cativos e o auxílio mútuo teriam sido fundamentais para constituir a *paz*; concluíram os autores que a família escrava auxiliava na reprodução do sistema escravista exercendo, inclusive, um papel estrutural.

Robert Slenes, por outro lado, não concorda que a família servia para amenizar as convivências entre escravos pela instauração da *paz* no cativeiro; o parentesco não eliminava o confronto com os senhores ao diminuir o *estado de guerra* na senzala. Pelo contrário. Slenes acredita que a família emergiu de um processo de conflito entre senhores e cativos; os primeiros se vêem forçados a

⁸ FLORENTINO, M.; GÓES, J. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997., p. 32.

cederem espaço para os escravos formarem família (possível política de desmonte de revoltas), espaço este que se tornava altamente subversivo quando era usado pelos escravos como lugar para a criação de uma comunidade escrava com valores e identidade própria, diferente da dos senhores. Procura justificar a valorização ao casamento e ao parentesco pelas próprias recordações e tradições africanas, e não pelo conflito instaurado entre estranhos. A família, enfim, seria “(...) *uma das instâncias culturais importantes que contribuíram (...) para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos*”⁹.

Também desenvolvendo uma abordagem política da escravidão, como Florentino, Góes e Slenes, Hebe Castro ressalta a importância da família nas convivências do cativo. Diferente de Slenes, afirma que a família e a autonomia cativeira procedida pelos escravos foram formas que mais se aproximavam dos anseios de liberdade que propriamente a construção de uma identidade étnica. O reforço de solidariedades horizontais e a formação do “*companheirismo*” eram estratégias criadas para tornarem-se culturalmente independentes da comunidade branca dominante. O acesso a recursos (roça, alimentos, descanso) ampliava o espaço de autonomia e as perspectivas de acesso à liberdade dos escravos¹⁰, que acabavam por vivenciar uma certa aproximação ao mundo dos livres.

A autora, na verdade, ao contrário de Florentino e Góes que estudam a família como elemento de pacificação nas relações entre estrangeiros, procura relacioná-la com a formação da vida comunitária dentro do cativeiro e com as possíveis estratégias de alforrias. Esta instituição seria o principal elemento que cimentava a comunidade escrava (forçando eixos de sociabilidades) e que construía, na medida do possível, as expectativas dos cativos de acesso à liberdade (alforrias). Estas duas componentes do papel da família tendiam, na visão da autora, a deslegitimar progressivamente a escravidão¹¹, pois, à medida

⁹ SLENES, Na senzala, uma flor ..., p. 49.

¹⁰ CASTRO, Hebe. Das cores do silêncio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995., p. 155.

¹¹ Ibid., p. 120.

que os escravos reivindicavam (e adquiriam) benefícios mais se afastavam da condição básica da escravidão: a inexistência de liberdades.

Sobre este contexto de aproximação ao mundo dos livres mediante a conquista de certos benefícios, Hebe Castro chama a atenção para a diferença entre africanos e crioulos no que concerne ao poder de negociação com os senhores. Os escravos, na verdade, tinham uma concepção bastante específica da liberdade que estava ligada à idéia de autonomia, família, respeitabilidade do “viver para si” e escalas de prestígio. Enquanto o cativo colonial contava com maior poder de barganha capaz de potencializar seu acesso a espaços econômicos e familiares de autonomia, o africano recém-chegado, por sua vez, “(...) vinha sem família, sem pecúlio, sem tempo livre, sem qualquer ‘direito’ a não ser o que a boa vontade senhorial resolvesse lhe conceder”¹², ou seja, as estratégias de sobrevivência dos africanos tinham que passar necessariamente pelo reforço da etnicidade no interior da comunidade. Estas condições conferiam aos crioulos, mais que aos recém-chegados, a possibilidade de se desprenderem das “(...) rígidas condições de disciplina da vida coletiva nas plantations”¹³ à medida que esforçavam-se para refrear os excessos e os intensos ritmos de trabalho da escravidão. Esta consciência pelo “cativeiro justo” era um caminho para o acesso a autonomia e para a efetivação de laços familiares. O parentesco, assim, ligava-se tanto à concepção de liberdade quanto à movimentação em uma escala de prestígio, uma vez que os escravos com alianças familiares eram reconhecidos como superiores, em recursos sociais, pela própria comunidade escrava.

O “viver em família” era, desta forma, sinônimo de dignidade e respeito na comunidade suplantando, inclusive, o êxito financeiro de alguns escravos com ofícios especializados e acesso a remunerações em dinheiro. Quando determinadas conquistas eram ameaçadas, representava para os cativos um ato intolerável de agressão e, nestes casos, qualquer ação anormal de defesa se

¹² Ibid., p. 154.

¹³ Ibid., p. 142-155., onde Hebe Castro sustenta que estes cativos eram detentores de uma bagagem de práticas costumeiras e tinham concepções preestabelecidas do castigo justo, ritmos de trabalho aceitáveis e quais condições poderiam lhes prover mais acesso à alforria. Lutavam por aquilo que consideravam um “cativeiro justo”.

justificava. Quanto a isto, o processo crime de 1878 do Vale do Paraíba¹⁴, relatado pela autora, em que o escravo e carpinteiro Luís (ofício este de grande reconhecimento dentro da comunidade escrava) matou o escravo João por causa da ex-amásia Augusta que o abandonou para viver com João, pode perfeitamente ilustrar esta questão. Quando o escravo Luís percebeu-se abandonado por Augusta e pelos filhos (a escrava levara consigo os dois filhos que teve com Luís), não apenas constatou o esfacelamento de sua família, mas também a queda da situação de destaque que ocupava dentro daquela comunidade. Nem mesmo o ofício privilegiado de carpinteiro poupou Luís da vergonha perante a comunidade de ver a sua família arruinada. Diante do fracasso, joga tudo “para o alto” e tenta recuperar sua dignidade eliminando o principal responsável por sua desgraça: o escravo João.

Este caso, pois, é ilustrativo na medida em que reforça o destaque que a família exercia dentro da comunidade. A privilegiada profissão do escravo Luís pouco significava quando não era acompanhada do sucesso familiar; “*o prestígio dentro da comunidade era corolário desta possibilidade de autonomia, familiar e cultural, antes que econômica*”¹⁵. A família, assim, era tão valorizada na comunidade que excedia o êxito profissional e financeiro dos cativos. Era, enfim, um espaço em que sentiam-se próximos da liberdade, uma vez que ampliava suas oportunidades de autonomia e suavizava as brutais condições de vida do cativo.

Possibilidade de aproximação ao mundo dos livres, estratégia de sobrevivência capaz de amenizar o “estado de guerra” instaurando a *paz das senzalas* ou, ainda, recurso adequado para praticar recordações e tradições culturais indispensáveis à construção de uma identidade escrava no cativo, a família pode ter sido para o escravo, a nosso ver, um pouco de cada uma destas interpretações. É possível que, ao mesmo tempo em que a instituição tenha servido aos anseios dos senhores por controle sobre seus submetidos e, conseqüentemente, amenizado as tensões no cativo devido à conquista de

¹⁴ Ibid., p. 138-139.

¹⁵ Ibid., p. 138 (Grifo nosso).

autonomia, certamente inspirou os escravos a colocarem em prática concepções e valores culturais de seus antepassados. Tornar o ambiente acessível às convivências pela instauração de normas sociais certamente foi o desejo de todos os envolvidos. Os laços de parentesco e as uniões conjugais respondiam eficientemente a estes anseios de estabilidade e calma na comunidade.

A família, então, conferia um sentido especial à vida do escravo, sobretudo no que se refere a sua estabilidade social. Unir-se em casamento a outra pessoa, além de vantagens emocionais, garantia tranquilidade e respeito na sociedade¹⁶. O prestígio advindo de tal condição compensava qualquer esforço quando a questão em jogo era socializar-se. Possivelmente isto ajuda a explicar as expressivas taxas de casados e viúvos comuns nas escravarias. Altos índices de casamentos foram encontrados tanto nas economias agroexportadoras, como informamos, quanto naquelas voltadas para o mercado local. Na região paranaense de Castro, foco principal deste estudo, constatamos inúmeros comportamentos e práticas¹⁷ que comprovaram a existência de um mercado matrimonial na localidade. Nas três primeiras décadas do século XIX há indícios de que significativa parcela dos escravos no Paraná e em Castro já estavam

¹⁶ A busca por este reconhecimento social serve como hipótese à superação de inúmeras barreiras que o escravo precisava enfrentar para constituir famílias. Além dos descasos dos senhores e as desproporções causadas pelo tráfico havia, ainda, os obstáculos eclesiásticos. A igreja exigia para a legitimação do matrimônio, a certidão de batismo do escravo e outros registros paróquias que comprovassem ser o escravo da religião católica e não ter sido casado antes; tudo era agravado pelo pagamento de alguns custos do processo de casamentos. PARDO, Teresinha Regina Buseti. **Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX**. Curitiba, 1993. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná (mimeo)

¹⁷ MELO, Kátia Vieira. **Relações familiares e casamentos da população cativa de Castro, 1835** (monografia de conclusão de curso), UFPR, 2000. Notou-se, por exemplo, que os crioulos eram numericamente superiores aos africanos no interior das escravarias e que, mais de 55 % dos coloniais eram jovens com idades inferiores a 19 anos. Como voltaremos a tratar também nesta pesquisa, os africanos, predominantes entre os escravos na faixa etária dos 20-39 anos, foram os cativos que tiveram maiores oportunidades conjugais no mercado de casamentos, uma vez que suas elevadas idades possivelmente ampliavam suas chances matrimoniais. Analisando as particularidades referentes aos sexos, percebeu-se, entre outras coisas, que as mulheres casavam com frequência enquanto ainda jovens (15 aos 35 anos); os homens, por outro lado, iam além: 63,6% dos casados tinham idades entre 40 e 59 anos. Eram nos plantéis de grande porte que as oportunidades conjugais revelaram-se maiores, pois, sendo elevada a concentração de escravos nestas unidades a ocasião mostrava-se propícia para se encontrar o parceiro ideal. Estes domicílios, conseqüentemente, agrupavam a maior parte das crianças existentes.

ligados por laços de parentesco¹⁸, o que nos faz imaginar que a família era valorizada e praticada pelos escravos.

O fato de boa parte dos escravos serem crioulos e jovens informa existência de reprodução natural no cativeiro. E se a presença de crianças indica uniões conjugais, considerando ainda os altos índices de relações sancionadas, tudo leva a crer que a família fazia parte do cotidiano dos escravos. Não apenas os coloniais, como era de se esperar, tiveram acesso aberto ao matrimônio. Ao conviverem há muito tempo em “ambiente crioulo”, os escravos coloniais contavam com segurança e, como afirmou Hebe Castro, uma bagagem de experiências bastante útil nas convivências sociais, o que certamente facilitava muito quando da disputa por efetivação de laços parentais. Esta vantagem social dos crioulos, contudo, não expulsou os recém-chegados da África do mercado matrimonial. Como veremos, parcela expressiva dos africanos de Castro já haviam conhecido o casamento em 1835. É possível que tal particularidade estivesse ligada aos anseios de integração social muito mais intensos entre os africanos que seus companheiros crioulos. Pela vivência em família afastavam-se mais rapidamente do estereótipo de estranhos e conquistavam, pouco-a-pouco, seus espaços na comunidade escrava. O estudo da família escrava de Castro, assim, além de informar importantes aspectos das sociabilidades no cativeiro ajuda a compreender um pouco mais sobre a escravidão no Paraná.

2) Sobre as Fontes Documentais

Como principal fonte utilizada nesta pesquisa servimo-nos das Listas Nominativas de Habitantes de 1824, 1829 e 1835. Os originais destes

¹⁸ Gutiérrez informa, para o período anterior a 1830, que a participação dos escravos em matrimônio ou viúvos foi bastante significativa. Considerando a população escrava com 10 anos ou mais do Paraná notou que a proporção dos alguma vez casados foi de 23,2% em 1810 e 20,4% em 1830. Para Castro, os valores foram de 27,5% no primeiro ano e 27,6% em 1830, sendo estes percentuais os mais elevados entre todas as localidades do planalto paranaense, levando-o a concluir que “(...) a porcentagem dos escravos que conheceram o casamento religioso no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX revela-se bastante expressiva”. GUTIÉRREZ, H. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. São Paulo, Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 1986. Dissertação de Mestrado., p. 131-139.

documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo; todavia, cópias microfilmadas e/ou xerocadas podem ser encontradas nos arquivos do Departamento de História da UFPR sob diligência do CEDOPE¹⁹. Além das listas nominativas outras fontes documentais, ricas em informações sobre a história do Paraná, fazem parte do acervo e estão à disposição dos estudiosos engajados na divulgação da história regional deste Estado.

Os levantamentos de população, já no século XVIII, tinham duas grandes finalidades: identificar os possíveis pagadores de impostos, indispensáveis para gerar as receitas governamentais²⁰ e, principalmente, arrolar a população militarmente em Companhias de Ordenanças para a defesa do território português contra os avanços dos espanhóis²¹. Na segunda metade do século XVIII, a história do sul do Brasil foi sacudida pelos conflitos entre portugueses e espanhóis destinados a demarcar os limites da parte meridional da América do Sul. Assim, os documentos censitários destinavam-se não apenas a coleta de impostos, mas também ao recrutamento de homens capazes de combater os espanhóis, consolidando a ocupação portuguesa nestas “terras de ninguém”.

Certamente serviram, ainda, para justificar a expansão e ocupação efetiva dos sertões do oeste. Brasil Pinheiro Machado informa que devido ao acordo firmado entre Portugal e Espanha, de que as fronteiras seriam demarcadas por onde houvesse ocupação e posse, o próprio Marquês de Pombal tomou para si o papel de supervisionar o movimento de expansão²² e conquista de novas áreas. O povoamento do planalto paranaense, desta forma, passou a se empreendido tendo como centro irradiador Curitiba, de onde expedições eram organizadas visando ocupar terras recém-descobertas.

¹⁹ Agradecemos ao CEDOPE por disponibilizar o acesso a seu acervo documental, cujas fontes foram indispensáveis para a realização deste trabalho.

²⁰ SLENES, R. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 13 (01): 117-149, JAN. – ABR., 1983. O autor informa que para o período de 1822 a 1840 existe um grande número de manuscritos censitários para São Paulo e Paraná devido a preservação de impostos coloniais ainda neste período; a partir de 1850, contudo, escasseiam-se os casos de preservação das listas censitárias.

²¹ WACHOWICZ, Ruy Chatovam. População Curitibana e Paranaense de 1780. In: *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*. Ano V, nº 36, 1980.

²² MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da História Regional do Paraná. *Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*. Curitiba, UFPR, 1951.

Entre os objetivos dos censos enquadra-se ainda a preocupação de levantar dados estatísticos, sobretudo quanto à composição dos domicílios e a estrutura da população. Diferente de outras fontes como, por exemplo as matrículas de escravos, não era necessário pagar nenhuma taxa ao governo, dando razões para que os senhores fossem mais honestos nos censos que nas matrículas²³. Este tipo de fonte revela muito sobre a demografia da escravidão, permitindo analisar a composição etária e por sexo da população escrava de diferentes regiões do Brasil, questões referentes ao tráfico interno, alforrias, casamentos de escravos, entre outras. Embora apresente algumas incoerências e omissões de dados, possivelmente devido aos descuidos de funcionários apressados em finalizar rapidamente seus serviços, há comprovações de que suas limitações não são suficientes para comprometer os resultados das pesquisas²⁴ sobre escravidão e, no caso deste trabalho, os resultados sobre as convivências escravas nas escravarias.

Os informes destas listas privilegiam dados sobre o cabeça do domicílio e sua família (nome, sexo, idade, estado conjugal, profissão e número de filhos), informações sobre os agregados e os escravos possuídos (número de cativos, nome, idade, origem, estado conjugal de cada um) e, por fim, questões referentes à própria unidade domiciliar como, por exemplo, se era um estabelecimento de moradia, se era uma fazenda de criar ou se foi especializada na produção agrícola, em especial o cultivo do milho ou do feijão.

Pretende-se utilizar esta gama de informações para elaborar uma história social dos escravos que viveram em Castro nas primeiras décadas do século XIX; apesar dos poucos vestígios diretamente observáveis de que dispomos, acreditamos ser possível *dar vida* ao que ficou ao acaso durante tantos anos. Como afirmou Jacques Revel ao fazer uma defesa da micro-história, também as

²³ Ibid., p. 127. Ao comparar os censos e as matrículas, Slenes salienta que as duas fontes são bastante confiáveis em relação aos dados sobre a população total; quanto à distribuição etária, no entanto, os censos são mais confiáveis que as matrículas, uma vez que os proprietários de escravos sabiam que a matrícula serviria como base para a implementação de futuras leis sobre a escravidão, inclusive leis que dariam liberdade a escravos idosos levando-os, desta forma, a diminuir a idade de seus cativos.

²⁴ Sobre esta questão ver NOZOE, N.; COSTA, I. D. N. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.21 (02): 271-284, MAIO-AGO, 1991., e FERNANDEZ, R. V. G. A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19 (03): 477-496, 1989.

vidas “minúsculas” e individuais participam à sua maneira da “grande” história. Cabe ao historiador observar o particular e, com ele, “(...) a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve”²⁵; por este campo de observação, investiga-se o processo de construção das identidades sociais que se desenvolvem na teia das relações dentro do grupo; é a partir dos comportamentos e das práticas grupais que, segundo Revel, torna-se possível perceber as formas de agregação social.

Assim, ao utilizarmos as Listas Nominativas, queremos indagar sobre as características estruturais da população cativa e suas práticas familiares e sociais no tempo e no espaço escolhidos para esta pesquisa. A intenção é a de analisar as tendências e os comportamentos familiares nas escravarias de Castro em termos de possibilidades que o historiador pode tentar descrever e compreender. Nossa proposta de pesquisa, neste aspecto, se assemelha à proposta da microanálise. Esta nova tendência da história social recusa a tirania do fato consumado e busca, por meio de possibilidades e incertezas, desvendar o que teria motivado determinados comportamentos sociais que se encontram enraizados na sociedade. A opção pelo tempo curto justifica-se porque sua análise pode ajudar a desvendar também o tempo longo²⁶, uma vez que muito do que foi praticado pelos indivíduos em seu próprio tempo se encontra em outras épocas e lugares. É neste sentido que a microanálise faz sua opção pelo singular, argumentando que a experiência do indivíduo é a mais esclarecedora sobre os acontecimentos sociais “(...) porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”²⁷. Considera que as estratégias dos indivíduos não estão estabelecidas de forma definitiva, mas nascem de conflitos e negociações travados no interior da sociedade. As tendências e os comportamentos sociais, possíveis de se recuperar nas fontes, demonstram que valores interferiam nas

²⁵ REVEL, J. (org.). *Microanálise e construção social*. In: *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996., p. 21.

²⁶ ELIAS, N; SCOLTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000., p. 20-24.

²⁷ REVEL, J. *Microanálise e construção social*, p. 32.

escolhas individuais²⁸. O projeto da micro-história tenta fazer florescer, por trás da tendência geral mais visível “(...) *as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais e familiares, de grupo, etc*”²⁹, ou seja, perceber a participação de cada um (do singular) na sustentação da história geral.

Variando a escala de observação sobre as fontes, assim, tentaremos elaborar uma história social a partir de fontes quantitativas. Quando utilizamos as Listas Nominativas de 1835, no Capítulo 1 desta pesquisa, empreendemos uma perspectiva “macro” de nossas análises, trazendo à tona algumas das características familiares no conjunto da população cativa segundo uma série de variáveis; o cerne de nossas preocupações, neste sentido, será o de revelar que apesar das mudanças operadas pelo tráfico negreiro, com forte repercussão na demografia do contingente cativo, as famílias escravas logravam sobreviver.

Mudando nossa escala de observação, já no Capítulo 2, fazemos uso dos censos de três diferentes anos com vistas a acompanhar a evolução da família escrava no tempo, levando em conta a estabilidade dos fogos e a maturidade financeira conquistada pelos senhores; procurar-se-á, por meio de uma perspectiva processual, investigar aspectos da variabilidade das relações familiares dos escravos, sobretudo quanto ao ciclo de vida dos proprietários.

E, por fim, olhando “as coisas mais de perto,” passamos, no último capítulo, à análise de casos como, por exemplo, as fazendas de absenteístas, buscando elementos que sinalizem sobre o cotidiano destas poucas unidades e as possíveis condições que ofereciam ao estabelecimento do parentesco. O estudo das alianças matrimoniais da população cativa e livre e os casos de casamentos de escravos com livres, enfim, completam o capítulo à medida que os resultados permitem discutir particularidades de alguns matrimônios, vistos a partir das

²⁸ LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Quanto a isto, o autor demonstra que as estratégias de sobrevivência social normalmente baseiam-se na capacidade dos indivíduos de estabelecerem o maior número de ligações, horizontais e verticais, com outros indivíduos. Seus comportamentos e suas fisionomias sociais exprimem valores derivados destas ligações; em outro termos: os indivíduos não evoluem isoladamente, mas dependem do grupo externo com o qual estabelecem e compartilham funções., p. 122

²⁹ REVEL, J. *Microanálise e construção social*., p. 22.

absenteístas, e colocar a questão do casamento como possibilidade de ascensão social quando os nubentes procuravam unir-se com pessoas melhor situadas, aos olhos brancos, que eles mesmos. Variando nossa escala de observação ao longo da pesquisa, assim, pretende-se obter uma percepção dos comportamentos e das práticas familiares que evoluíram nos domicílios de Castro entre 1824-1835.

Muitos dos nossos resultados puderam ser comprovados e vistos, sob novas luzes, quando confrontados com dados retirados dos Assentos de Casamentos (1793-1824) e dos Registros de Batismo (1801-1817) referentes à população cativa de Castro. Optamos por usar estas fontes com uma certa moderação por que foram encontradas já *transcritas*, ou seja, apesar de nossos esforços, os originais não puderam ser consultados³⁰. Mesmo assim, foram extremamente úteis para complementar algumas informações dos censos e comprovar a durabilidade das uniões conjugais dos escravos de Castro.

Ao nos propormos a analisar os comportamentos e as práticas familiares num curto período de tempo, assim, nossa pretensão é a de conhecer um pouco da vida no cativo e lançar algumas luzes sobre a escravidão e as sociabilidades escravas. A intenção não é a de desvendar leis que expliquem por que determinados comportamentos e tendências matrimoniais lograram sobreviver durante a escravidão; buscamos nas fontes algumas pistas que permitam analisar os mecanismos e as dinâmicas provocadas pelos indivíduos em seus contatos sociais por meio de indagações e possibilidades do que teria ou poderia ter ocorrido. Pretendemos comprovar que o violento regime de trabalho a que os escravos estavam submetidos não os impediu de encaminhar suas vidas segundo valores e normas de convivência. A escravidão de Castro, como veremos, apresentou uma série de particularidades; todavia, a valorização que os escravos dispensavam à família assemelha-se ao que foi encontrado nas áreas agroexportadoras da economia (cujas pesquisas são mais abundantes). A efetivação de laços parentais dependia de uma série de fatores correlacionados, dentro os quais a especificidade da economia de Castro assumia papel de

³⁰ Recentemente, porém, conseguimos confrontar a transcrição dos Assentos de Casamentos com cópias digitais gentilmente cedidas pela Professora Maria Luiza Andrezza, elevando a nossa amostra de 64 para 102 casos de casamentos envolvendo escravos.

destaque. Para tanto, cabe-nos inicialmente, apresentar um pouco do processo de formação de Castro.

3) Castro: Processo de Formação e Contexto da Década de 30

Durante quase todo o século XVIII, Castro desenvolveu-se ligada à rota do comércio de gado que ligava o Rio Grande do Sul à Sorocaba. Ao longo do caminho de passagem do gado pequenos povoados foram se formando e transformaram-se em vilas e cidades cujos moradores procuravam organizar suas vidas na lida nos currais e no comércio do gado. Davam assistência aos tropeiros vindos do sul que traziam gado bovino, cavalos e mulas para serem vendidos na Feira de Sorocaba em São Paulo.

A possibilidade de encontrar terras disponíveis para instalar-se (agricultores, criadores e tropeiros) e garantir a sobrevivência teria sido a motivação principal das famílias que passaram a migrar para a região. É possível que a condição de “*fronteira agrária*”³¹ de Castro, com possibilidades mais abertas de acesso a terra e às atividades produtivas, tenha contribuído neste processo inicial de formação. A fronteira agrária teria sido receptiva não apenas às elites locais como também às pessoas pobres, em especial os migrantes livres de cor. Em Guaratuba, por exemplo, o acesso a terra foi mais oportuno devido à pobreza local que dava poucas possibilidades de acumulação desestimulando, assim, as elites locais. Em Castro, por outro lado, os meios de acumulação eram mais intensos o que dificultava, mas não impedia, o acesso de livres de cor a terra. Esta realidade, congregada ao movimento de criação e comercialização de gado, contribuiu para a ocupação inicial das terras.

É possível que nem todos os distritos de Castro, porém, tenham se dedicado à atividade do criatório. Em 1835, apenas o 5º distrito (Freguesia de Ponta Grossa) e o 6º (Freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava) declararam-se, nos censos, comprometidos com a criação de animais. O restante

³¹ LIMA, Carlos. Fronteira Agrária, autonomia e dependência: livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In: XIII Seminário de Pesquisa de Universidade Estadual do Centro-Oeste – Anais, Guarapuava: Unicentro, 2001.

dos distritos, bem como também o 5º e o 6º, desenvolviam a agricultura, em especial o cultivo do milho e feijão. Do total de 1.189 domicílios que compunham os seis distritos de Castro, 382 deles plantavam milho (somando uma produção de 53.104 alqueires) e 373 famílias cultivavam o feijão (6.021 alqueires)³², revelando que mais de 60% das famílias retiravam suas sobrevivências da agricultura.

Estas informações, no entanto, não pretendem diminuir a importância que a atividade do criatório exerceu sobre as vidas dos moradores castrenses. Comprovam apenas que formas alternativas de produção eram acessíveis no sentido de elevar os rendimentos de algumas pessoas pela venda de produtos agrícolas no mercado local ou, ainda, para o consumo interno do próprio domicílio, evitando gastos e despesas com a alimentação básica. A atividade de maior vulto e que, sem dúvida, regia os interesses de boa parte dos moradores era a criação de gado. Saint-Hilaire, neste sentido, ao percorrer a vila de Castro em 1820, informou que todos os fazendeiros possuíam rebanhos de carneiros que eram utilizados na confecção de cobertores e outros tecidos grosseiros. De acordo com o viajante, na região

(...) produzem milho, feijão, arroz e trigo cuja farinha é empregada no fabrico de um pão alvo e saborosíssimo; os habitantes dos campos vizinhos, porém, pouco se dedicam ao cultivo da terra, entregando-se mais a criação de bovinos e eqüinos. E nos cuidados pouco variados que exigem esses animais, concentram-se quase todas as suas preocupações³³.

A característica econômica principal pode ser mais uma vez confirmada pela dedicação e especialização dos castrenses na atividade do criatório. Para reforçar, Saint-Hilaire revela que em 1838 criaram-se em Castro cerca de 3.751

³² A importância da agricultura em Castro pode ser reforçada comparando nossas informações com os dados que Warren Dean apresenta sobre o Município de Rio Claro, um dos maiores centros produtores de café no século XIX. Considerando apenas os domicílios sem escravos, aqueles voltados para a produção interna percebe-se, para o ano de 1835, que a produção de milho em Castro foi mais que o dobro daquela verificada em Rio Claro (1.926.082 l em Castro e 909.016 l nesta última) e o rendimento do feijão foi mais de seis vezes maior que o do município paulista: 218.381,67 l e 34.798 l, respectivamente., DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977, p. 25.

³³ SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à Comarca de Curitiba**. São Paulo: Brasiliense., v. 315, 1964., p.76-77.

cavalos, 485 mulas, 12.662 bois e 1.103 lanígeros, levando-o a concluir que “(...) em nenhum distrito da província de São Paulo forneceu neste ano tantos cavalos, mulas, bois e carneiros como o de Castro”³⁴. Em Castro, enfim, a criação de animais foi a atividade mais cotada e disputada pelos seus moradores.

Com a criação e a comercialização do gado apresentando-se como principais fatores de atração de novos moradores, a população, naturalmente, expandiu-se. Não apenas Castro vivenciava este momento de crescimento populacional como também todo o Paraná. Pelas estimativas que se tem acerca da população paranaense, constata-se que o maior crescimento ocorreu em fins do século XVIII e início do século XIX. Enquanto em 1772 a população estimada era de 7.627 pessoas distribuídas entre o litoral e o planalto paranaense, em 1800 este número saltou para 21.843, ou seja, a população praticamente triplicou em menos de 30 anos³⁵. Altiava Balhana afirma que o crescimento do contingente populacional no Paraná tornou-se muito mais acentuado ao longo do século XIX, sobretudo devido ao afluxo de imigrantes para a região.

É importante destacar que seus estudos mostraram uma alteração na distribuição espacial da população nos anos considerados em suas análises. Nos primeiros anos de ocupação das terras paranaenses, houve uma forte tendência da população concentrar-se no litoral, tendência esta que começou a mudar a partir de fins do século XVIII. No início deste século (1720), 59% da população existente no Paraná concentrava-se no litoral contra 41% no planalto; em 1822, por outro lado, apenas 35,6% encontravam-se no litoral, ou seja, o restante, 64,4% das pessoas, passou a organizar suas vidas nas terras do planalto paranaense. Esta grande concentração das pessoas serra acima não ia além dos Campos Gerais com destaque especial a Curitiba, Paranaguá e Castro. Em 1822, os dados de Altiava Balhana demonstraram que, do total de população do Paraná, 37,59% encontravam-se em Curitiba; 19,89% em Paranaguá e, em terceiro lugar, vinha Castro com 17,58%, ficando o restante confinado a vilas pouco povoadas

³⁴ Ibid., p. 72.

³⁵ BALHANA Altiava. Estruturas Populacionais do Paraná no ano da independência. In: **Paraná – 1822**. Curitiba, 1972. p.12.

como Antonina, Nova do Príncipe e Guaratuba³⁶. O volume populacional de Castro no início do século XVIII, enfim, era bastante significativo para o contexto paranaense do período.

Não menos interessante para este trabalho é o estudo que Altiva Balhana realiza sobre a composição étnica da população do Paraná. A autora destaca a sociedade heterogênea que se formou ligada às diversas atividades econômicas que se desenvolveram entre os séculos XVII e XIX. Segundo ela,

(...) na composição da população do Paraná tradicional, isto é, do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas do mate e de madeiras, e da lavoura de subsistência, estão presentes o branco, o índio e o negro, bem como a variada gama de mestiços que caracteriza o quadro demográfico da maioria dos Estados brasileiros.³⁷

Ou seja, tratava-se de uma população bastante diversificada que procurava inserir-se, na medida do possível, nas diferentes atividades econômicas que aos poucos tomavam conta do cenário paranaense. A maior parte da força de trabalho, vale à pena ressaltar, situava-se no setor primário, especialmente na agricultura e pecuária.

Dentre a força de trabalho empregada nestas atividades destaca-se a mão-de-obra cativa. Nos domicílios de Castro era comum a utilização de escravos na agricultura e na pecuária, em especial nesta última, ou seja, boa parte dos cativos concentrava-se naqueles domicílios dedicados à criação de gado³⁸.

Sobre esta realidade são relevantes as considerações de Jacob Gorender sobre o uso de escravos na pecuária. Informa o autor que, ao longo do século XVIII e XIX, muitas regiões brasileiras criavam gado para abastecer as áreas ligadas ao mercado externo, especialmente a economia mineradora de Minas Gerais³⁹. Enfatiza que a escravidão não era incompatível com a criação de animais e que, além de trabalhadores livres, existia uma parcela bastante

³⁶ Ibid., ver tabela I da autora. p. 20.

³⁷ Ibid., p.14.

³⁸ Esta questão será melhor trabalhada no capítulo 1.

³⁹ GORENDER, Jacob. Formas peculiares da escravidão. In: **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980., p. 413.

significativa de escravos trabalhando na pecuária⁴⁰. Citando Saint-Hilaire, reforça que até mesmo nas unidades de gado em que o proprietário não se encontrava, como nas fazendas de absenteístas dos Campos Gerais⁴¹, eram os escravos os responsáveis em cuidar dos assuntos ligados ao tratamento do gado.

O processo acumulativo destas atividades produtivas (agricultura e pecuária) contribuía para amenizar a pobreza dos proprietários de Castro. Estes sinais de crescimento puderam ser vistos pela elevação no volume de escravos ao longo dos anos. Referindo-se à demografia castrense, Saint-Hilaire insere algumas pistas sobre o crescimento da população cativa. Revela que em 1820 a vila “(...) elevava-se a 5.000 indivíduos, inclusive 500 escravos (...) houve, à partir de 1820, o aumento de 1.119 indivíduos em dezoito anos, o que daria, em 1839, a população total de 6.119, entre os quais 727 negros africanos e 292 mulatos e mulatas”⁴². Saint-Hilaire justifica este aumento na população escrava afirmando que teria ocorrido um “*pronunciado aumento das riquezas*” dos proprietários de Castro.

No que concerne à estrutura familiar destes escravos, os dados do viajante são reveladores; dos 79 casos de casamentos celebrados em 1837, 33 uniam cativos, ou seja, mais de 40% destes enlaces ocorreram entre escravos. O que mais chamou a atenção é que, proporcionalmente ao volume de representantes de cada grupo social, os escravos tiveram o número de casamentos maior que o referente à população livre. O autor atribui tais índices à existência de uma certa “moralidade” na região que contribuía para elevar as uniões legalmente reconhecidas; complementa, referindo-se a falta de recursos dos proprietários dificultando a compra de novos cativos incentivando-os, desta forma, a empreenderem a reprodução natural de suas escravarias.

⁴⁰ Ibid., p. 420.

⁴¹ Mais à frente, no Capítulo 3 deste trabalho, abordaremos este tipo de fazendas em Castro e as convivências familiares que se criaram num contexto de ausência dos proprietários de suas escravarias.

⁴² SAINT-HILAIRE, op.cit., p. 78.

Os poucos recursos dos proprietários castrenses foram percebidos também nos censos de 1835. Apenas 287 domicílios (1/4 do total) portavam escravos. Juntos, abrigavam 1.796⁴³ cativos dentre os quais 343 africanos.

Prevaleciam as pequenas propriedades de escravos. Pouco mais de 60% dos escravistas congregavam em suas posses quatro ou menos cativos, sendo raras as escravarias com mais de 20 escravos (5,2%)⁴⁴. Como demonstraremos no capítulo 1, entre os proprietários predominaram os homens, brancos e os alguma vez casados como senhores de escravos, monopolizando normalmente a maior parte dos cativos⁴⁵.

Com respeito às atividades produtivas que empregavam mão-de-obra escrava dominavam os agricultores e criadores de animais seguidos, em pequena escala, por outras profissões (sapateiros, alfaiates, ourives, telheiro, carpinteiro, costureira, entre outras) capazes de gerar algum recurso para a sobrevivência dos domicílios. A maior parte da escravaria (39%) plantava e criava gado ao mesmo tempo, reunindo quase 50% do total de escravos (48,4%); apenas 15,3% dos senhores não estavam ligados a estas atividades (agricultura e pecuária), concentrando parcela pouco expressiva dos escravos (6,7%). Dentre as atividades produtivas, é possível que as unidades de gado e, principalmente aquelas que

⁴³ O total de cativos neste ano torna-se bastante expressivo quando atentamos para a evolução de Castro ao longo do tempo. Em *"Fronteira agrária, autonomia e dependência: livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)"*, Carlos Lima informa que em 1776 existiam apenas 221 escravos em Castro, ou seja, em 1835 o volume de cativos havia aumentado mais de oito vezes.

⁴⁴ Comparando nossos valores com os encontrados por Motta em Bananal (1829), constata-se que na região paulista a posse de escravos foi muito mais concentrada que em Castro, situação esta que tendeu a reforçar-se ao longo do período 1801-1829 pelo estímulo recebido da lavoura cafeeira em expansão nesta área. Enquanto em Castro as propriedades com 10 ou + escravos somavam 15,3% do total de domicílios, em Bananal representavam praticamente o dobro: 29,2%. Ver MOTTA, J.F. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo, Tese de Doutorado, 1990., p.401.

⁴⁵ A concentração de escravos nas mãos de escravistas do sexo masculino, brancos, casados e viúvos foi uma constante nas economias ligadas ao mercado internacional. Quanto a isto ver COSTA, Iraci Del Nero; NOZOE, Nelson Hidelki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 19 (02): 319-345, MAIO-AGOSTO, 1989; SCHWARTZ, S. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 259-287, JAN./ABR., 1983; COSTA, Iraci Del Nero.; SLENES, Robert.; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17 (02): 245-295, MAIO/AGO. 1987, entre outros. ; LUNA; KLEIN. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX. São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 20 (3): 349-379, SET./DEZ., 1990, entre outros.

combinavam pecuária e agricultura, respondessem pelos maiores rendimentos dos domicílios. Há indícios de que parte do que era produzido destinava-se também ao mercado, e não apenas a subsistência da população residente. É mais à frente, porém, que voltaremos a esta questão.

É importante informar, ainda, que boa parte dos escravos eram casados ou viúvos. Do total de 1.796 cativos, 78,8% apareceram nas listas como solteiros e 21,15% como casados ou viúvos. Se considerarmos apenas os adultos, aqueles com 15 anos ou mais, o percentual de casados ou viúvos salta para 33,4%. As chances conjugais eram expressivas nos plantéis de grande porte, motivo este que nos levou a observar e considerar o tamanho das unidades em todas as análises realizadas. As pesquisas normalmente são unânimes neste aspecto, consagrando a noção de que os enlaces matrimoniais eram mais intensos nas maiores posses – com 10 ou + escravos – por que ampliavam as escolhas, embora não se pode negar que famílias também podiam ser encontradas nas pequenas escravarias. (Ver Anexo Tabela A). Todas as análises que empreenderemos, enfim, visam contemplar o comportamento familiar dos escravos mediante um conjunto de variáveis à fim de constatar se condições diferenciadas de vida no cativeiro tiveram algum tipo de peso na conformação das uniões conjugais. A perspectiva comparativa com outros trabalhos desta natureza, enfim, resumem a finalidade desta pesquisa.

Antes, porém, de passarmos a exposição e discussão dos resultados, é necessário justificar por que razão o estudo da família escrava em Castro revela-se como importante elemento para a compreensão da escravidão nesta área e de que modo pode fazer avançar a discussão sobre a historiografia da família escrava.

Dada a especificidade da população escrava de Castro, amplamente discutida por H. Gutiérrez⁴⁶, sabe-se hoje que ocorreu um forte processo de crescimento do contingente escravo no Paraná sobretudo em fins do século XVIII

⁴⁶ GUTIÉRREZ, H. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. São Paulo, Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 1986. Dissertação de Mestrado; Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. 17(2): 297 – 314, MAIO/AGO, 1987; Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo. V.8 n° 16, p. 161 – 188, MARÇO/AGO, 1988.

e começo do seguinte. Este crescimento deveu-se ao fato de que parte dos escravos paranaenses ligava-se às atividades voltadas ao abastecimento interno, realidade esta que, na visão do autor, teria contribuído para equilibrar o perfil demográfico da população. O equilíbrio por sexo e a baixa idade mediana dos escravos fizeram com que o contingente cativo se expandisse muito, em especial pela reprodução natural⁴⁷; assim, Gutiérrez sustenta que a maior parte da mão-de-obra escrava do Paraná era de criados e nascidos na própria região ou em suas circunvizinhanças.

O período que nos propomos a desenvolver, por sua vez, ultrapassa a periodização adotada por Gutiérrez, entrando em uma época de transformações no tráfico de escravos e na oferta de africanos que teriam causado mudanças na composição demográfica e, em consequência, na escravidão do Paraná. Devido às pressões que se seguiram contra o tráfico negreiro, houve uma redução no volume de africanos entre 1831-1835 dificultando, mas não impedindo, o acesso de senhores com poucos recursos, como os de Castro, a novos cativos pela compra⁴⁸. Como veremos, a importância do tráfico e da presença africana na população aumentou no decorrer da década, embora se tenha preservado a maioria crioula. Todo este contexto, inevitavelmente, contribuiu para mudar a escravidão e a efetivação de famílias. A primeira proibição do tráfico certamente alterou o equilíbrio demográfico constatado por Gutiérrez nas décadas anteriores⁴⁹, em especial no que concerne a razão por sexo e a presença de

⁴⁷ GUTIÉRREZ, *Demografia escrava numa economia ...*, p. 305.

⁴⁸ LIMA, C. A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas. In: V CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. *Anais*. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.

⁴⁹ Esta constatação pode ser visualizada quando comparamos nossos resultados com os padrões de crescimento dos proprietários e escravos na população de Castro entre 1804-1824, tratados por Gutiérrez. Informa o autor que, em 1804, os escravos somavam 1049 almas e os domicílios escravistas, por sua vez, 200 unidades. Em 1824 houve uma queda no volume de escravos (1023 pessoas) em função da abrupta baixa na participação de senhores, que passaram a representar apenas 145 proprietários. Sabendo que em 1835 os escravistas eram 287 pessoas e que, juntos, reuniam 1796 cativos, constata-se que o início da década de 1830 foi extremamente vantajoso, abrindo espaços à novos escravistas e às oportunidades de incremento das posses. Todo este contexto certamente teve repercussão na demografia escrava afetando as práticas familiares no cativo, pois, a significativa entrada de africanos, como trataremos, alterou a razão de masculinidade constatada pelo autor. Ver GUTIÉRREZ, H. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830...*, ver em anexo tabela A.3, p. 162.

africanos na população. A consolidação de famílias não ficou imune a toda esta torrente de transformações. Neste estudo, intenciona-se revelar que a família escrava, mesmo vulnerável às condições do tráfico e da escravidão, emergiu como instituição social viável; as alterações demográficas, dadas em função do tráfico, não impediram que o convívio familiar fosse valorizado no cativeiro. Seguindo o raciocínio de H. Gutiérrez, é possível que a especificidade da economia paranaense tenha reservado aos escravos oportunidades mais abertas de uma existência autônoma pela efetivação de laços parentais. A frequência das uniões, como veremos, dependeu de uma série de variáveis que, combinadas à realidade do cativeiro, ora ampliavam e ora reduziam o acesso dos escravos à família. São, pois, a estas variáveis e ao contexto das escravarias de Castro que voltaremos agora nossas análises.

Capítulo 1

Da Vida Familiar dos Escravos em 1835

A idéia de que os escravos tiveram sua humanidade soterrada pelo violento regime escravista a que foram submetidos pôde ser reavaliada quando as pesquisas demonstraram que não era incomum a constituição de famílias entre eles. O argumento de que a imoralidade fazia parte de suas vidas afetivas e sexuais caiu por terra diante da descoberta de que boa parte dos escravos de diferentes regiões do Brasil eram casados ou viúvos. Ao permitir a criação de vínculos parentais, a família pacificava as relações e ampliava o acesso a recursos capazes de prover autonomia no cativeiro. Estabilizando as convivências, o ambiente tornava-se cada vez mais aberto à integração familiar e cultural do escravo, garantindo a socialização na comunidade escrava.

O acesso ao casamento, porém, e, conseqüentemente, à inserção social do escravo na comunidade, não foi igualitário para todas as pessoas. A procedência, o sexo e a idade, entre outros, combinavam-se à realidade do cativeiro ora facilitando e ora escasseando as chances matrimoniais. As pesquisas têm demonstrado, por exemplo, que quase sempre mulheres casavam mais que homens e que estes, por sua vez, diferente das mulheres, deparavam com boas

oportunidades conjugais quanto mais velhos fossem⁵⁰; a procedência também teve peso, pois, os africanos tendiam a casar-se mais que crioulos, sobretudo as mulheres não coloniais⁵¹.

Tais resultados sugerem que as uniões não ocorriam aleatoriamente. Existiam critérios de escolha de companheiros. Os cativos que mais se assemelhavam a estes critérios de escolha tendencialmente casavam mais que aqueles distantes dos padrões de preferências dominantes. A integração ao meio social ampliava-se pela criação de laços de parentesco, e estes, por sua vez, eram facilitados por uma série de variáveis específicas do indivíduo e da realidade de seu cativo.

Não apenas as características físicas dos nubentes, assim, contavam no processo de inserção social. Queremos comprovar que a realidade a que o escravo estava confinado tenha interferido sobremaneira quando buscavam consolidar parentesco. Como demonstraremos neste capítulo, os atributos dos senhores de escravos (brancos ou livres de cor, homens ou mulheres e seus estados conjugais) eram elementos importantes que abriam portas para os meios de aquisição de novos cativos e crescimento das escravarias. Assim, eram normalmente os proprietários do sexo masculino e os brancos que monopolizavam parcela expressiva dos escravos existentes. Volumosas escravarias tendiam, por sua vez, a abrigar grande proporção dos casados ou viúvos por que aumentavam as opções de escolhas dentro de um mesmo domicílio.

A atividade produtiva dos plantéis e o caráter absenteísta de algumas unidades escravistas, que trataremos no Capítulo 3 desta dissertação, possivelmente interferiram na vida familiar dos escravos. Tanto os domicílios pecuaristas, como aqueles que praticavam a agricultura, contavam com a mão-de-obra escrava no desenvolvimento de suas atividades produtivas. Entre estes, destaca-se aqueles cujos donos não estavam presente diariamente nas fazendas, momentos estes em que ficavam sob a responsabilidade dos escravos. Como

⁵⁰ COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W., SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17 (02): 245-295, MAIO/AGO. 1987., p. 250.

⁵¹ *Ibid.*, p. 251.

teriam os cativos se comportado nestas condições? Em que medida o contexto destes domicílios atingia os matrimônios?! Que sentido a família conferia à vida dos escravos nestes ambientes? Estas, entre outras, são algumas das questões que trataremos neste capítulo e ao longo do trabalho. Faz-se necessário conhecer como os escravos que viviam em diferentes realidades se comportavam diante do casamento e quais foram as melhores opções e padrões de escolhas que prevaleceram nestas condições de convívio.

Este capítulo, em suma, abrange dois diferentes níveis de análise. O primeiro deles, ao ocupar-se das atividades produtivas dos plantéis, pretende ressaltar a interferência que a criação de gado ou/e agricultura de abastecimento tiveram sobre a organização familiar dos escravos. Sabe-se hoje que algumas culturas exigiam intenso período de trabalho durante algumas partes do ano e tempo livre em outras, momentos estes em que os escravos aproveitavam para constituir seus laços de parentesco. A intenção é perceber se as atividades produtivas dos domicílios, com seus ritmos sazonais de trabalho⁵², tiveram algum tipo de repercussão nas convivências escravas.

Para finalizar, nosso último tópico de análise, destina-se a investigar de que modo os atributos dos senhores (cor, sexo e estado conjugal) influenciaram as chances conjugais dos escravos e contribuíram para ampliar a frequência de uniões familiares sancionadas nas escravarias. Vale destacar, por fim, que muito do que será visto neste capítulo vai receber novas luzes a partir da análise das fazendas de absenteístas que empreenderemos no Capítulo 3. A idéia é analisar o comportamento da família escrava num contexto de ausência do proprietário e na qual a fazenda ficava sob responsabilidade e administração dos escravos.

Recuperar a história da família cativa num contexto em que a proporção de escravos na população era relativamente pequena revela alguns obstáculos ao historiador; as limitações das fontes e a escassez de outros documentos sobre a escravidão de Castro tornam o problema ainda maior. De qualquer modo, acreditamos que nossa principal fonte – as Listas Nominativas de Habitantes –

⁵² BERLIN, I; MORGAN, P. "Introduction". In: *Cultivation and Culture: labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

fornece algumas pistas sobre as relações sociais que se criaram durante a escravidão no Paraná. A análise destas fontes pode revelar aspectos da interação diária estabelecida entre senhores e escravos no âmbito do cativo; a conformação de famílias e a criação de parentesco, por exemplo, comprovam que o campo de relacionamento entre senhores e escravos compensava estes últimos com algumas margens de *autonomia*⁵³ normalmente usadas para estabilizar a difícil convivência na comunidade. Os arranjos conjugais, enfim, podem ter servido tanto para reduzir as tensões sociais, como bases para a construção de laços de solidariedade e amizade mais profundos. Nossa pesquisa, assim, destina-se a buscar tendências que comprovem que os cativos não estavam fadados à promiscuidade; a elevada participação de casados ou viúvos e os indicadores positivos de reprodução são alguns dos elementos que caminham nesta direção. Não pretendemos, com este trabalho, generalizar nossos resultados para outras áreas ou esgotar o estudo da família escrava dentro do espaço geográfico e da perspectiva temporal que optamos; a idéia é lançar algumas luzes para a compreensão das possíveis práticas familiares dos escravos e sobre a escravidão de Castro nas primeiras décadas do século XIX.

1.1) No Ritmo da Labuta

A análise do tipo de economia e principais atividades produtivas que se desenvolveram em determinado espaço é de extrema importância para a compreensão das práticas familiares que se estabeleceram entre os escravos. Estudos demonstram que nas economias de abastecimento e voltadas para o mercado interno, o perfil demográfico da população cativa foi muito diferente daquele das áreas agroexportadoras. Nas regiões de lavoura de exportação, os

⁵³ É importante frisar que o uso desta expressão na presente pesquisa deve-se porque ela se tornou uma convenção na bibliografia sobre a escravidão no Brasil. Boa parte dos historiadores consultados, sobretudo R. Slenes, Hebe Castro, José Flávio Motta, Florentino e Góes, entre outros, buscam recuperar as estratégias cotidianas praticadas pelos escravos como formas de enfrentamento às injustiças da escravidão e como instrumentos capazes de ampliar as margens de *autonomia* e *liberdade* no interior do cativo. A efetivação de famílias escravas, assim, é encarada como um dos pontos altos destes recursos com vistas a manterem alguns dos valores e aspectos culturais, quase sempre independentes da ação ou vontade dos senhores.

escravos eram empregados amplamente na produção de mercadorias destinadas ao mercado externo. Os efeitos do ritmo de produção se fizeram sentir negativamente nas altas taxas de mortalidade, devido à exploração inconstante do trabalho escravo. A reposição da mão-de-obra dava-se pela constante recorrência ao tráfico, contribuindo para a formação de um perfil demográfico caracterizado por “(...) *altas razões de masculinidade, estrutura etária inchada nas idades produtivas, fecundidade e nupcialidades diminutas (...)*”⁵⁴, fatores estes que dificultavam, mas não impediam, os laços familiares entre escravos.

A realidade, por outro lado, teria sido outra para os escravos voltados à agricultura de abastecimento. Para a população cativa do Paraná das três primeiras décadas do século XIX, cuja economia estava desvinculada do mercado agroexportador⁵⁵, o ritmo não tão intenso de trabalho teria ajudado grandemente a diminuir as discrepâncias por sexos, o que por si só ampliava a frequência de uniões escravas. Considerando a presença expressiva de crianças⁵⁶ em meio à massa escrava, comprova-se que a reprodução endógena teve grande peso na estrutura da população escrava.

A condição exportadora das economias brasileiras, desta forma, se não impediu, pelo menos dificultou a consolidação de uniões conjugais entre escravos e a sua durabilidade no tempo. O intenso ritmo de trabalho nos engenhos de açúcar, nas atividades mineradoras e nas lavouras cafeeiras, com produções voltadas para o mercado internacional, teria diminuído a vida útil dos escravos. O tempo que dispunham para outras atividades sociais ficava

⁵⁴ GUTIÉRREZ, *Demografia escrava numa economia ...*, p. 313.

⁵⁵ PAIVA, C. A.; LIBBY, D. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. V. 25 (2): 203-233, MAIO/AGO, 1995. Sugerem os autores, assim como Gutiérrez, que os agrupamentos familiares de uma região eram tanto maiores quanto menores fossem sua ligação com a economia de exportação. Argumentam que mesmo as áreas indiretamente ligadas ao mercado internacional, como a economia mineira do século XIX, não necessariamente recorriam ao tráfico para incrementar as posses escravas; a frequência de laços familiares e a alta presença de crianças e crioulos na população são alguns elementos que comprovam que a reposição dos plantéis dava-se também via reprodução natural., p. 204.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 312. Gutiérrez informa que as crianças menores de 9 anos representavam 27% do total de escravos em 1804; neste ano, Antonina e Castro reuniam 506 destes infantes que, à exceção de um angolano e outro de Benguela, todos eram crioulos. Tendo em vista que o Paraná dificilmente foi um grande importador de crianças, na visão do autor, tudo indica que o contingente infantil se estruturou como resultado da *reprodução natural*.

comprometido diante da constante demanda por produtos de exportação. Frente à instabilidade demográfica, em especial as diferenças etárias e por sexo, a família sobrevivida nas grandes *plantations* a custo de muito esforço e insistência dos escravos.

Como apresentamos na introdução do trabalho, a economia que se formou no Paraná, por sua vez, caracterizou-se pelas atividades ligadas à lavoura e à criação de gado. À partir do século XVIII o planalto paranaense incorporou-se à rota de gado oferecendo pastagens aos animais provenientes do Rio Grande do Sul e expandindo as atividades do criatório. O gado criado nos Campos Gerais era comercializado em Sorocaba e, daí, era redistribuído e vendido aos mercados consumidores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, respondendo por parte das necessidades alimentares e de transporte da lavoura cafeeira paulista e do ouro mineiro. É por esta razão que as atividades do comércio e criação de animais disseminaram-se rapidamente pelo planalto, pois, mesmo exigindo muito trabalho e adaptação nas fases de formação, condução e venda da tropa⁵⁷, os lucros gerados compensavam as incertezas e os riscos do empreendimento.

É desta forma, então, que a pecuária toma conta do planalto e “(...) a fazenda de criar, nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais, se tornou a “empresa” fundamental da economia da comunidade paranaense, durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte”⁵⁸. As fazendas voltadas à criação e comercialização de gado, assim, agrupavam a maior parte dos escravos porque tendiam a negociar no mercado parte da produção, garantindo alguns processos de acumulação. Gutiérrez informa, neste aspecto, que os mais ricos proprietários do Paraná criavam e comercializavam animais nas primeiras três décadas do século XIX⁵⁹. A agricultura, evidentemente, era praticada pela maior parte dos

⁵⁷ WESTPHALEN, Maria Cecília. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

⁵⁸ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, UFPR, 3 : 4-27, jun. 1963.

⁵⁹ GUTIÉRREZ, *Senhores e escravos no Paraná ...*, Seus dados revelam que muitas fazendas de criação de animais localizavam-se em Castro e em Ponta Grossa. Das 29 fazendas de Castro (1825) dez tinham entre 10 a 19 escravos, cinco de 20 a 39 e cinco entre 40 a 98 cativos. Atribui a alta participação de escravos neste tipo de atividade às inúmeras e diversificadas tarefas

domicílios e destinava-se sobretudo à subsistência dificultando, mas não impossibilitando, a acumulação e a participação no mercado de abastecimento.

No caso específico de Castro em 1835, há indícios de que a situação constatada por Gutiérrez não tenha se alterado. Os censos confirmaram que a pecuária e a agricultura continuavam a ser as atividades mais cotadas entre os moradores da região e que a concentração de escravos obedecia a uma certa lógica de acumulação possível a partir do desenvolvimento destas atividades. As unidades de subsistência, aquelas destinadas à produção de gêneros para o auto-consumo, contavam com menos escravos que os plantéis pecuaristas e, por esta razão, propenderam a enfrentar mais dificuldades para iniciar um processo de acumulação, o que talvez justifique os baixos rendimentos declarados por tais unidades (Ver Anexo Tabela B). As fazendas de pecuária, por sua vez, ao voltarem-se para a criação de animais, num contexto de forte demanda por gado, estavam mais inseridas no mercado e, em consequência, mais susceptíveis à acumulação. Em condição melhor, todavia, estavam aquelas fazendas que além de gado, desenvolviam também a lavoura. Além dos lucros derivados da comercialização de animais, tendiam a sofrer menos com as despesas exigidas para a manutenção de seus moradores por que produziam muito dos gêneros que precisavam, justificando seus expressivos rendimentos.

É sugestivo, desta forma, que a realidade de algumas fazendas de Castro não se vinculava a noção de “economia autárquica” desenvolvida por Brasil Pinheiro Machado⁶⁰. Não há indícios nos censos de que as fazendas de gado e as moradias de pessoas ligadas aos mais diversos ofícios (jornaleiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, entre outros) praticassem algum tipo de agricultura para garantir suas sobrevivências. Soma-se, também, que muitas unidades de lavoura

exigidas como, por exemplo, a marcação do gado, domas de potros chucros, castração de novilhos, vigia diária contra roubos, ferimentos e ataques de índios, entre outras. Ver Tabela 1.11, p. 56.

⁶⁰ O autor argumenta que as fazendas que se formaram nos Campos Gerais desenvolveram uma espécie de economia quase que auto-suficiente. Sustenta que o principal produto de exportação desta economia, o gado vacum, não exigia muito trabalho escravo e que os artigos de subsistência, produzidos pelos cativos, não eram comercializados e destinavam-se exclusivamente ao consumo e manutenção das fazendas. MACHADO, Brasil Pinheiro. *Formação da estrutura agrária tradicional ...*

declararam nas listas algum tipo de rendimento que, mesmo que modesto, sugere ligações com o mercado e possibilidades de acumulação (Ver em Anexo Tabela B). Caso tais justificativas não convençam acerca da existência de um mercado local de abastecimento questiona-se, ainda, que outra razão, senão o acúmulo de riquezas, teria levado muitos proprietários a superarem suas limitações financeiras, inseridos que estavam numa economia que pouco se destacava pelo dinamismo, a reunirem grande volume de homens sob seu poder?! O que teria motivado, por exemplo, Jerônimo Xavier de Lima que, com poucos recursos e precisando enfrentar o preconceito social gerado por sua cor e pelo passado escravo (era pardo e antigo escravo de Francisco Xavier da Rocha⁶¹) a tornar-se senhor de 10 escravos numa economia pouco diversificada?! Talvez o rendimento declarado – de 700\$000 – sugira algumas hipóteses, uma vez que tantos outros senhores que não carregavam o mesmo “fardo” de Jerônimo e tinham muito mais recursos não declararam rendimentos melhores. Certamente o que estava em jogo não era formar uma comunidade onde os escravos trabalhassem nada mais que o suficiente para satisfazer suas próprias necessidades e a de seus senhores. Não há dúvidas de que a possibilidade de geração de riqueza tenha falado mais alto neste sistema de escravidão.

Uma outra questão ligada às atividades produtivas, e que merece ser aqui colocada, refere-se a natureza sazonal de algumas atividades. A historiografia norte-americana, com estudos mais abundantes nesta direção, sugere que alguns produtos de exportação tendiam a exigir muito trabalho escravo em determinadas épocas do ano. A economia dos senhores e seus anseios por produtividade quase sempre prevaleceram nos plantéis das Américas, levando-os a extrair o máximo de trabalho possível de seus escravos. O trabalho na produção açucareira, por exemplo, foi reconhecido inquestionavelmente como um dos mais intensos para os cativos⁶² por apresentar etapas exaustivas de esforços (em especial o período de plantação, adubação do solo e colheita). No período entre safras de baixo ritmo de trabalho, Berlin e Morgan informam que não era incomum, por

⁶¹ Casa da Cultura Emilia Erichsen. Assentos de Casamentos da População de Castro, 1793 – 1824, caixa única (cópias transcritas).

⁶² BERLIN, I.; MORGAN, P. *Cultivation and Culture ...*

exemplo, que os senhores se esforçassem para limitar as flutuações sazonais de produção preenchendo o tempo livre de seus escravos com outras tarefas no interior das *plantations* ou, ainda, utilizando colheitas secundárias para complementar a sazonalidade. Citando o caso da Carolina do Sul, informam que plantadores de tabaco tendiam a acrescentar o trigo ao ciclo de cultivo para limitar o tempo livre nas fazendas e como meio de maximizar, ainda mais, suas rendas mantendo o ritmo de trabalho dos escravos.

Havia uma certa preocupação por parte dos senhores, portanto, de limitar os efeitos das flutuações sazonais à medida que os escravos ficavam livres e mais susceptíveis a idéias subversivas. Mesmo diante dos cuidados dos senhores, a historiografia sustenta que os escravos estavam longe de serem passivos e normalmente mobilizavam-se para fazer valer suas próprias concepções de trabalho. Muitos resistiam às demandas de seus donos recusando-se a trabalhar e estabelecendo padrões próprios de trabalho a serem cumpridos na semana e negociando com seus senhores o número de dias livres⁶³ a serem usados a seu exclusivo proveito. O que estava em jogo, nestas ocasiões, era a possibilidade, por menor que fosse ela, de poderem controlar o tempo a seu próprio benefício. A intensidade de trabalho da economia agroexportadora precisava ser refreada, mediante acordos e negociações diretamente com os senhores, concedendo aos escravos um mínimo de direito de dispor livremente de seu tempo.

Também no Brasil as roças de subsistência foram empregadas como formas de diminuir os custos dos senhores com a manutenção dos escravos e como meio de amenizar os descontentamentos e as fugas do cativo. Ciro Cardoso argumenta que o acesso a estas terras de cultivo teria exercido um papel estrutural na escravidão, pois, tanto os senhores como os escravos desfrutavam de certas vantagens:

⁶³ BERLIN; MORGAN., op.cit., informam que a prática dos senhores cederem terras de cultivo a seus escravos dava a estes últimos a possibilidade de variar sua dieta alimentar e comercializar o excedente no mercado informal. Com o tempo, os escravos transformaram estas concessões senhoriais em privilégios que seriam convertidos em recursos para si e seus familiares.

(...) Para o escravo, a margem de autonomia representada pela possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente. Na consciência social dos senhores de escravos, porém, a atribuição de parcela de terra e do tempo para cultivá-las era percebida como uma concessão revogável, destinada a ligar o escravo à fazenda e evitar fugas⁶⁴.

O descontentamento e as revoltas reduziam-se porque os cativos desfrutavam de uma certa independência de seus senhores ao exercerem um mínimo de controle sobre o tempo de trabalho. Parte do que produziam nas terras era vendido e, com o dinheiro obtido, gozavam da liberdade de poder comprar o que lhes conviessem. A oportunidade de trabalhar para si mesmo e comercializar o excedente de sua produção, assim, certamente tiveram significativos impactos sociais. Berlin e Morgan sustentam que no “dia de mercado”, por exemplo, muitos escravos jamaicanos vendiam seus produtos e adquiriam pequenas quantias de dinheiro para comprar comida extra, roupas novas, tabaco, mobília e até mesmo jóias e artigos ornamentais⁶⁵. Eram ocasiões em que se encontravam para compartilhar uma certa liberdade e que serviam como base para uma sociabilidade extremamente favorável à consolidação de famílias.

Considerando o caráter sazonal de algumas atividades e tendo em vista, ainda, que o tamanho do plantel é de fundamental importância para a efetivação do parentesco, cabe-nos indagar como teria se comportado a família sob cada uma das atividades produtivas desenvolvidas em Castro. Seriam nas fazendas de criação de gado, nas unidades agrícolas, ou ainda, nos domicílios que combinavam as duas atividades, que as uniões conjugais mostraram-se mais frequentes? Como é possível explicar o favorecimento à família nestes lugares?!

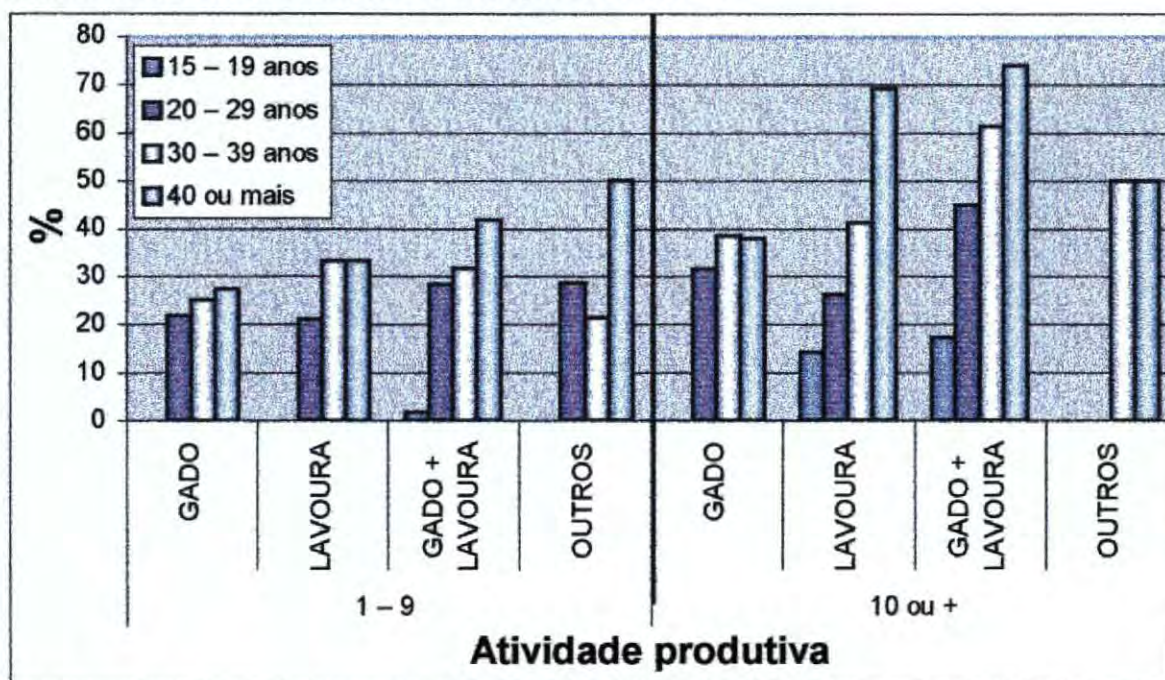
Os dados constantes no gráfico 1A (pág.34) reforçam a tese de que grandes escravarias ampliavam as chances conjugais dos escravos. Sabendo que eram as unidades do tipo “gado + lavoura” que reuniam quase 50% dos cativos, é justificável que parte expressiva dos escravos já haviam conhecido o casamento nestas posses. O acesso às uniões crescia em faixas etárias superiores, ou seja, quanto mais velho o indivíduo maiores suas oportunidades matrimoniais: cerca

⁶⁴ CARDOSO, C. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987., p. 59-60.

⁶⁵ IRA; BERLIN., op. cit.

de 70% daqueles com 40 anos ou mais das maiores posses dos tipos “lavoura” e “gado+lavoura” eram casados ou viúvos.

GRÁFICO 1 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM GRANDES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO ATIVIDADES PRODUTIVAS⁶⁶ E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Castro

Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR)

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela D.1)

A participação dos alguma vez casados entre os escravos, então, foi maior nos domicílios que reuniam as duas principais atividades de Castro⁶⁷. Calculando o tamanho médio da escravaria em cada tipo de atividade (Ver Anexo Tabela C), nota-se que a maioria dos cativos concentrava-se nas unidades com 10 ou mais

⁶⁶ Para a elaboração do gráfico foram utilizados os seguintes critérios conforme os registros das fontes: A) GADO: senhores cujas ocupações estavam ligadas aos negócios e agências de gado; fazendas de criar animais; tropeiros; compra e venda de animais; marcou vacuns, moares e cavalares; criador de animais. B) LAVOURA: vive de lavoura; planta e colhe milho e feijão (arroz, tabaco e algodão, em menor frequência); planta para a sua subsistência; agricultor (a); lavrador. C) GADO + LAVOURA: negocia animais e planta para a sua subsistência; marcou vacuns, moares e cavalares e planta para seu passar; lavrador e criador; planta e cria animais; fazenda de criar e cultivo; vive de negócios de gado e lavoura; criação de animais e lavoura. D) OUTROS: alfaiate; jornaleiro; sapateiro; carpinteiro; latoeiro; ourives; costuras; lavagem de roupa; telheiro; ferreiro; vive de salário; vive de esmola ou favor; milita; cirurgião ajudante da expedição.

⁶⁷ É importante frisar que colocamos a pecuária e a agricultura como principais atividades produtivas por reuniam quase todos os escravos de Castro. Apenas 6,7% dos cativos não estavam ligados a tais atividades, compondo o tipo “outros” do gráfico.

escravos, especialmente nos fogos pecuaristas e naqueles que plantavam e criavam gado ao mesmo tempo. Este contexto de concentração dos escravos foi bastante propício à conformação de famílias. Como constatou Robert Slenes sobre a economia de *plantations* de Campinas no século XIX⁶⁸, os grandes plantéis incontestavelmente facilitavam a formação do parentesco, sendo exatamente nestes ambientes que os escravos normalmente conseguiam casar-se e construir famílias conjugais estáveis.

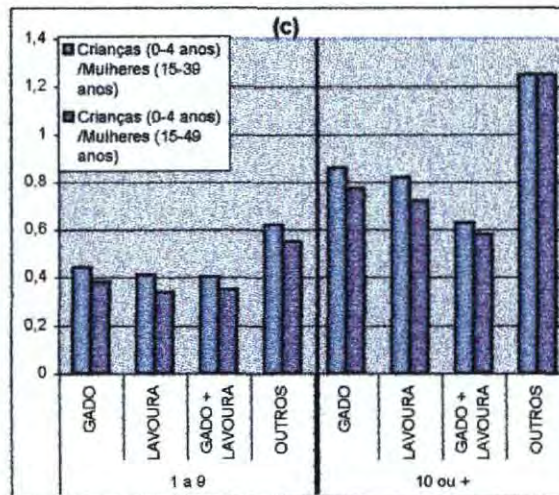
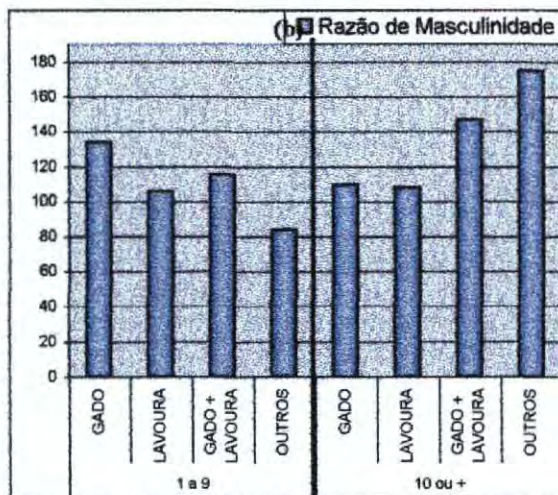
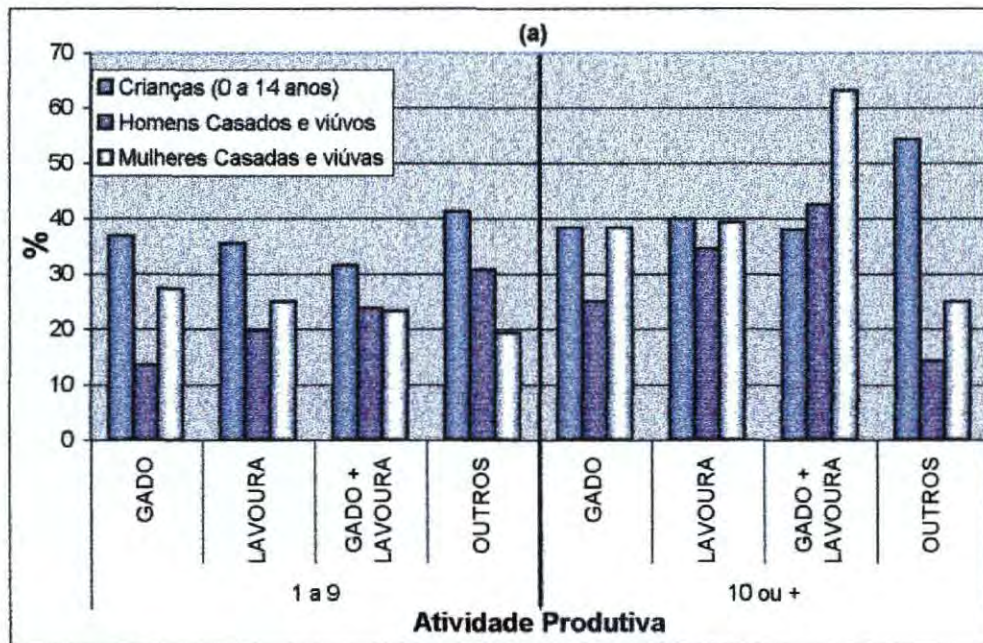
A grande frequência de famílias nas posses de “gado + lavoura” pode estar ligada à sazonalidade favorável dos domicílios com atividades combinadas. Os trabalhos ligados à criação de animais eram mais intensos em determinados meses do ano e tendiam a não comprometer tanto a integridade física dos escravos que podiam, nas épocas de poucas atividades, labutar em suas próprias roças de subsistência. Não se pode ignorar, é verdade, o pouco dinamismo da economia de Castro limitando as margens do comércio de excedentes. Todavia, os rendimentos declarados pelas diferentes atividades produtivas, sugerem a existência de um mercado local onde excedentes podiam ser negociados e trocados. Estes momentos podem ter intensificado as ocasiões de contatos, estimulando os escravos a compartilharem valores e experiências comuns extremamente úteis para a consolidação de parentesco.

Atentando para os indicadores de fecundidade⁶⁹ disponíveis no Gráfico 1B (pág.36), constata-se que, embora as unidades de “gado + lavoura” tenham apresentado significativa proporção de homens e mulheres casados, foi o lugar de menor fecundidade. Tendo em vista a expressividade de mulheres casadas destas posses, a participação de crianças (menores de 14 anos) foi bastante pequena frente ao potencial reprodutivo que reuniam.

⁶⁸ SLENES, Na senzala, uma flor ..., p. 71-72.

⁶⁹ Chegamos a estes indicadores relacionando as crianças entre 0-4 anos com as mulheres produtivas (15-39 anos e 15-49 anos) registradas nos censos de 1835. Trata-se de um indicador importante por que informa a reprodução natural da população escrava e os níveis de fecundidade das mulheres no cativo.

GRÁFICO 1 B - (a) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), (b) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (c) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela D.2)

Trata-se de um problema a ser investigado. A historiografia apresenta uma correlação positiva entre acesso às sanções legais do matrimônio e fecundidade das escravas⁷⁰, o que nos leva a esperar que, quanto maior a participação de mulheres casadas tanto maiores seriam os índices de fecundidade e,

⁷⁰ Quanto a isto ver apêndice 4 apresentado por Florentino e Góes sobre a distribuição da média de filhos segundo estado matrimonial das mães no agro-fluminense (1790-1830), onde constataram que a média de filhos foi maior entre as mulheres casadas em praticamente todos os intervalos considerados., FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas* ..., p. 235.

conseqüentemente, a freqüência de crianças. O gráfico, por sua vez, mostra que o tipo “gado + lavoura”, embora apresentasse muitos casados, era o lugar de menor fecundidade dos escravos.

É possível, neste sentido, que a explicação esteja no ritmo das atividades destes domicílios. Sabendo que se tratava de fogos com grande volume de escravos, supomos que a produtividade nestas posses era levada muito à sério pelos seus donos. Certamente parte da produção interna esteve destinada ao abastecimento do mercado local, o que exigia muito esforço e trabalho por parte da mão-de-obra escrava. A confiabilidade desta hipótese é reforçada quando atentamos para a composição étnica dos escravos destes domicílios. Quase 70% dos africanos com 15 anos ou + encontrados em Castro neste ano (69%), labutavam nos fogos que plantavam e criavam gado ao mesmo tempo. A concentração de africanos pode ser vista como um indicativo do poder aquisitivo destas unidades, o que evidencia a acumulação de riquezas de seus proprietários. A fim de manter e ampliar seus meios acumulativos possivelmente os senhores teriam empreendido um intenso aproveitamento das forças produtivas dos escravos, comprometendo consideravelmente a reprodução natural das escravarias.

É o que ilustra, por exemplo, as propriedades que pertenciam a duas ricas viúvas de Castro: D. Ana Luiza da Silva e Ana Teodora de Oliveira. Esta última senhora concentrava em suas mãos 55 cativos dentre os quais 19 já haviam conhecido o casamento e 27 eram crianças menores de 14 anos de idade. Considerando o tamanho da posse é natural que a reprodução interna se efetivasse sem muitos esforços. D. Ana Luiza, por sua vez, era senhora de 52 escravos e apesar da proporção dos alguma vez casados ter sido mais expressiva em sua escravaria (25), foram registrado apenas 13 crianças. Os rendimentos apresentados pelas duas unidades certamente lançam algumas luzes sobre a alta proporção de menores entre os cativos de Ana Teodora. Enquanto esta proprietária declarou um rendimento de 800\$000 réis, a soma referente ao domicílio de D. Ana Luiza foi mais de três vezes maior: 2.500\$000 réis.

Situação semelhante foi constatada nos fogos de José Gonzaga Guimarães (senhor de 32 escravos: 13 casados ou viúvos e 14 crianças) e Firmino José Xavier, proprietário de 35 cativos dos quais 12 já haviam conhecido o casamento e 20 eram menores. O rendimento bastante expressivo conquistado por este último escravista, 2.000\$000, mostra-se pouco significativo quando comparado ao de José Gonzaga Guimarães que, mesmo com menor volume de escravos, atingiu um rendimento de 4.500\$000 réis.

Tudo indica, assim, que muitos senhores que combinavam a pecuária e a agricultura em suas posses tenham direcionado seus esforços no sentido de tirar proveito da capacidade produtiva de seus escravos. A forte presença de africanos nos plantéis⁷¹, como sugerimos, sinaliza as favoráveis condições aquisitivas dos proprietários dadas pela exploração intensa de sua força produtiva. Esta forma de aprimorar a produção dos fogos (pecuária + lavoura) teria contribuído para diminuir o número de rebentos por escravo, o que não significava necessariamente redução dos laços familiares (Ver Gráfico 1B, pág. 36).

A forte incidência de africanos pode ser ainda um indicativo que justifica a baixa proporção de crianças nas unidades de “gado + lavoura”. De acordo com H. Klein, parte das mulheres africanas que desembarcavam nas Américas eram adultas que já haviam passado muitos de seus anos fecundos na África, ou seja, já haviam perdido diversos anos de reprodução no continente africano, comprometendo o crescimento populacional escravo no Novo Mundo⁷². A concentração de africanos nos fogos que combinavam as duas atividades produtivas pode ter alterado o curso dos nascimentos. O período fértil de suas vidas que as escravas deixavam para trás, após deslocarem-se para as Américas, certamente teve impacto na participação de rebentos nos plantéis.

É importante observar, também, que o tamanho dos fogos e a desproporção por sexo tenham interferido, neste caso, a favor das escravas. As

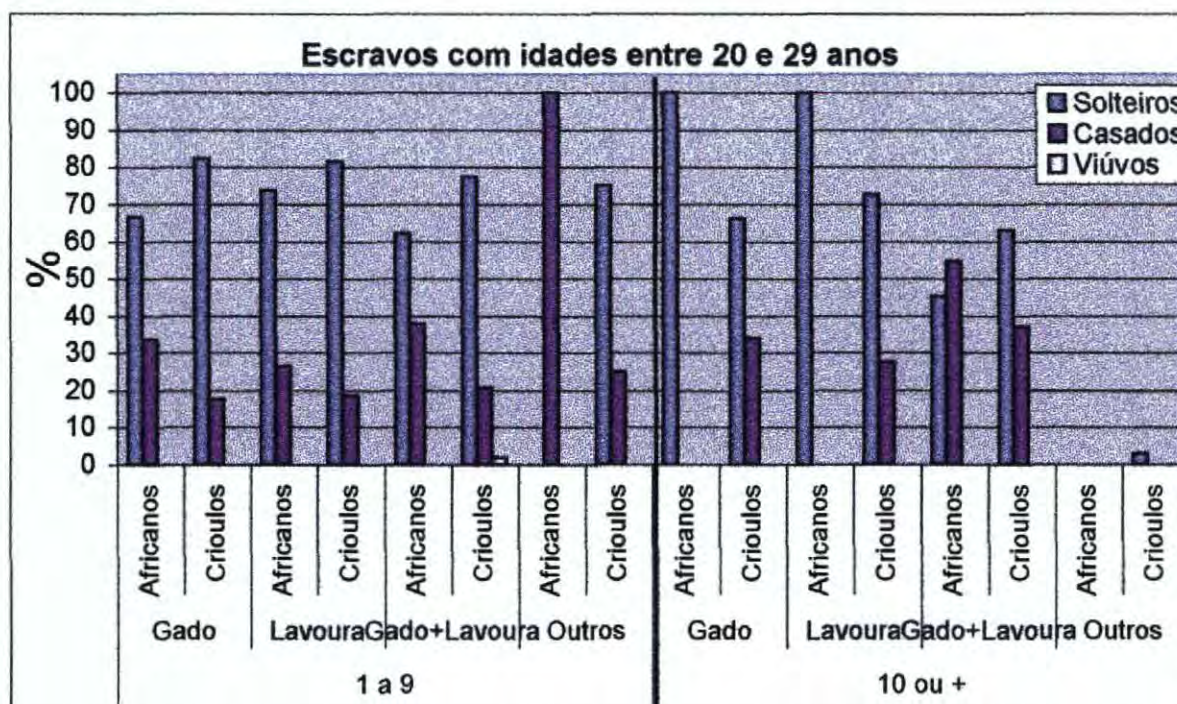
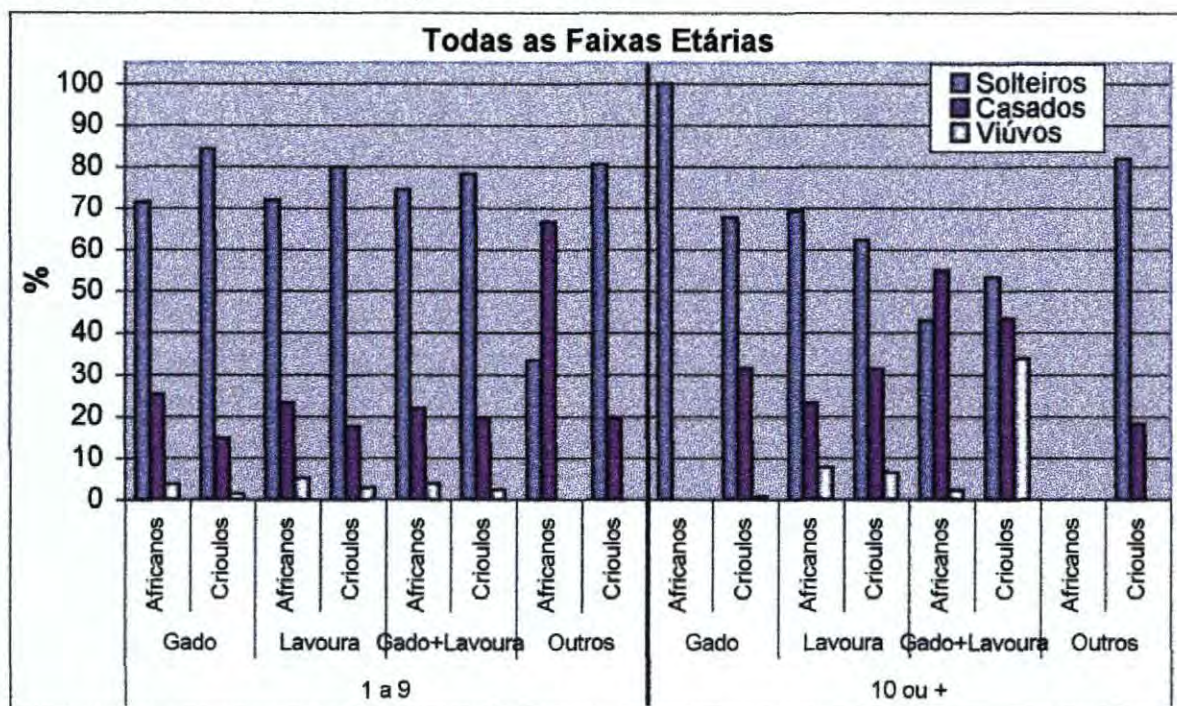
⁷¹ Enquanto Firmino José possuía 12 africanos, José Gonzaga preenchia sua escravaria com 25 cativos estrangeiros em 1835. É possível que enquanto o primeiro explorava o potencial de reprodução como meio de incremento de suas posses, o que explica a expressiva participação de crianças, este último reunia recursos suficientes para buscar no mercado os meios necessários para ampliar sua escravaria.

⁷² KLEIN, H. *A escravidão africana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986., p. 167.

altas taxas de masculinidade informam que as possibilidades de escolha de parceiros para as mulheres eram consideráveis, em especial nos domicílios de pecuária. A situação da mulher quanto à família, assim, não era muito afetada pela ocupação do plantel, uma vez que sempre tinha mais homens que mulheres. Para os homens isso não ocorria. Algumas atividades tinham muito mais homens, o que dificultava suas escolhas conjugais por que acirrava a competição pelas mulheres disponíveis. Os semelhantes índices de fecundidade em todas as atividades e nos diferentes tamanhos de plantel comprovam esta especificidade privilegiando às escravas. Nas unidades de pecuária a fecundidade foi ligeiramente maior devido a alta razão de masculinidade, que ajudava a empurrar para cima a proporção de casadas

Sabendo que os africanos concentravam-se nos domicílios do tipo “gado+lavoura”, os dados do Gráfico 1C (pág. 40) confirmam que tais cativos, nestas condições, tinham muito mais perspectivas de casar-se, especialmente nas grandes posses. As unidades com atividades combinadas eram exatamente aquelas, como visto, que apresentavam os maiores rendimentos, sugerindo que seus donos eram ricos proprietários que monopolizavam riquezas para elevar suas escravarias comprando cativos no mercado. É possível perceber, ainda, que os africanos, além de serem mais velhos, casavam mais que os crioulos, independente da faixa de tamanho de domicílio.

GRÁFICO 1 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela D.3)

Os escravos com indefinição de naturalidade foram contados como crioulos.

Todos os africanos eram solteiros nos fogos com 10 ou + escravos do tipo "gado" e não houve registro de africanos na categoria "outros".

Nas posses que desenvolviam apenas pecuária ou lavoura, analisadas em separado, nota-se que a participação dos africanos nas pequenas escravarias era

expressiva⁷³. Esta realidade vai de encontro com os resultados de Gutiérrez sobre Antonina e Castro em 1804. Destaca o autor que, nas duas vilas, o percentual de cativos brasileiros era mais expressivo nos grandes plantéis e, por outro lado, os africanos concentravam-se nos pequenos fogos. Informa que, dentre os proprietários com 20 ou mais escravos, os crioulos compunham 93% do total e os africanos apenas 7%; nos pequenos domicílios (com 4 ou menos cativos), em contrapartida, os africanos ocupavam um espaço maior representando mais de 20% do efetivo escravo⁷⁴.

A explicação do por que os africanos compareciam menos nos plantéis de grande porte Gutiérrez encontrou quando da análise de uma amostra do mercado de escravos de Castro no intervalo de 1803-1806. Constatou que os cativos negociados neste período tiveram por domicílio de origem e destino a própria vila de Castro; do total, os africanos perfaziam 30% no conjunto dos escravos, sendo que chegaram a Castro possivelmente negociados “(...) por traficantes especializados que compravam boçais nos mercados do Rio” ou, ainda, através de “(...) tropeiros que aparentemente aproveitavam as viagens para comercializar, além de gado, escravos por encomenda ou iniciativa própria”⁷⁵. Os dados da amostra revelaram que a maioria dos cativos negociados, inclusive os africanos, foram adquiridos pelos fogos de pequeno porte, forçando-o a concluir que “(...) conforme maior o tamanho dos plantéis, menor o percentual de escravos adquiridos por seus donos no mercado”⁷⁶, ou seja, a reposição e ampliação pela compra teve pequena incidência nas grandes escravarias, sendo que o crescimento possivelmente tenha ocorrido pela reprodução natural.

⁷³ A tabela sobre a participação dos africanos segundo atividade produtiva e tamanho dos plantéis comprova que eram as pequenas posses que normalmente agrupavam a maioria dos africanos.

Tipo de domicílios	1 a 9 escravos	10 ou +
GADO	27,8	7,5
LAVOURA	26,35	12,2
GADO + LAVOURA	36,8	40,2
OUTROS	10,5	0

⁷⁴ GUTIÉRREZ, Crioulos e africanos no Paraná ..., p. 175.

⁷⁵ Ibid., p. 178.

⁷⁶ Ibid., p. 185.

Tendo em vista os poucos recursos dos proprietários castrenses, dificultando o acesso ao mercado, nota-se que os resultados de Gutiérrez aplicam-se aos domicílios pecuaristas e agrícolas de Castro em 1835. A alta incidência de africanos nos plantéis de pequeno porte comprova as boas oportunidades dos menores escravistas no mercado. Deve-se ressaltar, porém, que os domicílios do tipo “gado + lavoura” não apresentaram esta mesma tendência. Ali, tanto os pequenos como os mais ricos senhores contavam com a maioria dos africanos de Castro⁷⁷. É sugestivo que a própria condição privilegiada destes proprietários, permitindo desenvolver simultaneamente as duas atividades produtivas de maior peso, fazia crescer suas chances de sobrevivência e acumulação no mercado, assegurando a aquisição de novos escravos. Tal possibilidade, por outro lado, era negada aos donos de fogos pecuaristas ou agrícolas de grande porte que, diferente das pequenas unidades deste mesmo tipo, contavam com reduzido volume de africanos, uma vez que a expansão das posses dava-se sobretudo pela reprodução interna ou compra de crioulos.

A atividade produtiva dos domicílios, em suma, certamente teve repercussão na vida familiar dos escravos. A combinação da agricultura de abastecimento com a criação de gado⁷⁸ dava uma parcela de tempo livre geralmente usados nas convivências sociais. Tudo sugere que esta “sobra” de tempo livre estivesse ligada ao caráter sazonal da agropecuária que exigia muito trabalho em determinadas épocas do ano, afrouxando o ritmo em outros períodos. Os laços horizontais entre escravos se concretizavam mediante o crescimento dos contatos sociais contribuindo, neste sentido, para elevar as chances matrimoniais nas senzalas.

⁷⁷ Considerando apenas o total de africanos de todas as atividades produtivas em pauta, constata-se que quase 70% deles achavam-se nos domicílios do tipo “gado + lavoura”: 25,4% nas unidades com menos de 10 cativos e 43,7% nas maiores.

⁷⁸ HIGMAN, B. *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976. O autor argumenta que a realidade dos escravos em atividades combinadas foi bastante diferente daquela nas quais se praticava a monocultura de exportação. As culturas com ritmos sazonais de produção tenderam a diminuir os índices de mortalidade e a elevar a fecundidade das mulheres permitindo, em consequência, alcançar taxas mais favoráveis de crescimento na população.

Os próprios Assentos de Casamentos da população escrava de Castro fornecem algumas pistas neste sentido. Os meses de agosto, setembro e outubro, em que os tropeiros normalmente partiam para o sul antecipando as viagens com vistas a escolherem os melhores animais para a formação da tropa, foram aqueles que apresentaram menos casamentos de escravos (Ver Anexo Gráfico C). Em contrapartida, nos primeiros meses do ano (janeiro, fevereiro e março) quando os negociantes, em companhia dos camaradas e escravos, retornavam ao Paraná, os índices de matrimônios tenderam a aumentar significativamente. Considerando que as comercializações na Feira de Sorocaba encerravam-se em abril⁷⁹, torna-se compreensível que a maior representatividade de casamentos tenha ocorrido a partir de então, sobretudo nos meses de maio, junho e julho.

Tais dados, assim, servem para confirmar que a flutuação sazonal do comércio de animais refletia nos índices de matrimônios. Como sustentou Gutiérrez, os meses da estação primavera-verão eram os mais trabalhosos para aqueles envolvidos na pecuária, pois, os pastos tornavam-se mais abundantes para o gado. Todavia, passado o período da viagem e das negociações em Sorocaba, o ritmo de trabalho diminuía e os esforços voltavam-se para a agricultura. Eram ocasiões ideais para iniciar relacionamentos por que multiplicavam os contatos, em especial nos plantéis de grande porte.

As atividades dos fogos, portanto, exerceram impacto sobre a vida comunitária dos escravos. Nenhuma delas, é importante ressaltar, apresentou obstáculos que impedissem famílias, pois, em todas os escravos encontravam meios para pôr em prática suas sociabilidades, estabelecendo uniões conjugais e gerando rebentos. Contudo, a sazonalidade típica da pecuária “facilitou as coisas” para aqueles que labutavam sob tal atividade. Os fogos com atividades combinadas, por sua vez, ao ajustarem a sazonalidade do gado com roças de cultivo tendiam a ampliar a existência autônoma dos cativos que, ao contarem com a colaboração e cumplicidade de parentes, certamente encaravam seus destinos com mais ardor. O dinamismo destas atividades, assim, fortaleceu as

⁷⁹ WESTPHALEN, O Barão dos Campos Gerais ..., p. 9-17.

convivências e contribuiu para reforçar os laços de parentesco e amizades nas escravarias.

1.2) Atributos dos Senhores e a Família no Cativoiro

É de nosso interesse, como informamos, verificar se as uniões conjugais dos escravos sofreram algum tipo de impacto decorrente da cor, sexo e estado conjugal dos proprietários. As pesquisas têm demonstrado que a interação diária que se criava entre senhores e escravos afetava, sem dúvidas, as oportunidades sociais destes últimos, que passavam a negociar com seus donos algumas concessões e conquistas. Questiona-se, contudo, se as características distintivas dos senhores ditaram estes relacionamentos e o curso do desenvolvimento das famílias, uma vez que a concentração de posses estava intimamente ligada a tais características dos proprietários.

Em a *“Formação do Brasil Contemporâneo”*, Caio Prado refere-se ao regime econômico em formação neste país desde o período colonial, afirmando que tal regime teria consagrado a preponderância masculina e dos brancos sobre a riqueza, o poder e a autoridade social⁸⁰. A presença de um *“(...) forte preconceito discriminador das raças”*⁸¹ teria criado sérios obstáculos à integração social e econômica dos homens livres de cor, reforçando ainda mais as barreiras sociais. Os domínios dos brancos do sexo masculino teriam sido vastos, monopolizando sobretudo a condição de grandes proprietários rurais, donos de volumosas escravarias. A igreja católica e seu clero religioso também contribuíam para a autoridade e prestígio do senhor rural permitindo-lhe, inclusive, escolher e dirigir os casamentos mais convenientes a todos aqueles submetidos a sua proteção, concretizando o pertencimento destes poucos homens à elite dominante e privilegiada da sociedade ainda no século XIX.

Não há dúvidas, assim, que o acesso a recursos e a escravos eram mais intensos para as pessoas brancas e do sexo masculino. Não brancos, todavia,

⁸⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. Organização social. In: *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

⁸¹ *Ibid.*, p. 282.

certamente sofriam mais de perto as barreiras econômicas e sociais que as mulheres, uma vez que estas quase sempre eram herdeiras de seus maridos ou cuidavam dos fogos, na ausência destes, contando com boa parcela de escravos, quando na condição de escravistas. Os homens de cor, por sua vez, libertos ou descendentes de forros, propenderam a encarar mais de perto os efeitos do “preconceito discriminador das raças” colocado por Caio Prado. Como veremos nesta pesquisa, não encontravam-se totalmente excluídos na sociedade, mas estavam sempre abaixo dos homens brancos, reservando-se às atividades menos cotadas, às piores terras e reunindo poucas possibilidades de concentração de escravos. A cor, neste sentido, mais que o sexo, tendencialmente figurava como uma escala de pobreza e riqueza, limitando fortemente a integração dos não brancos na sociedade.

As pessoas de cor, por sua vez, representavam uma parcela significativa da sociedade no século XIX. Para o Paraná os dados de Cecília Westphalen são reveladores. Em 1836, os pardos e pretos, escravos e livres, somavam 18.985 pessoas representando 44,3% do total da população paranaense. Considerando apenas os livres, as pessoas de cor passam a configurar 31,1% da população⁸². Traz dados, ainda, sobre a população dos Campos Gerais, em especial Lapa e Castro. Neste mesmo ano de 1836, as pessoas de cor compunham 29,7% e, somadas aos escravos, representavam 49% da população total dos Campos Gerais⁸³.

Tais dados confirmam que, no século XIX, as pessoas de cor representavam parcela significativa da sociedade. Quanto aos livres, Cecília Westphalen informa que tratava-se de africanos forros e seus descendentes na população, ou seja, envolvia tanto aqueles que nasceram livres e os que atingiram tal condição jurídica conquistando a liberdade. Infelizmente não revelou a participação de cada um na sociedade, o que permitiria saber o alcance das alforrias. Tão pouco trouxe informações sobre as ocupações e a inserção dos livres de cor na sociedade. É nas descrições do viajante alemão sobre o Brasil,

⁸² WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, 1997., p. 27-29.

⁸³ *Ibid.*, p. 35-36, Quadro nº 11 e 12.

João Maurício Rugendas, que buscamos alguns indícios sobre a situação social destas pessoas. Após afirmar que estes homens constituíam as classes inferiores da sociedade, sendo raros aqueles com um mínimo de riquezas, limitados que estavam pelo obstáculo da sua cor, informa aspectos importantes acerca da inserção social dos não brancos, sobretudo aqueles que atingiam a liberdade:

Uma vez libertados, os negros se instalam na vizinhança da própria fazenda em que trabalhavam; aí cultivam um pequeno sítio que seus antigos senhores lhes entregam, muitas vezes, mediante arrendamento módico, ou mesmo gratuitamente; além disso, trabalham por dia, como camaradas. Os bons trabalhadores, e principalmente os fiscais de engenho, continuam a exercer seu ofício nas fazendas vizinhas, na qualidade de trabalhadores livres. Após o corte da cana de açúcar, êles se encarregam de outros trabalhos diversos e oferecem seus serviços aos que carecem de utensílios necessários ou de dirigentes experimentados. Podem assim, êsses antigos escravos, alcançar em pouco tempo um grande bem estar⁸⁴

Informa o viajante, que as leis colocavam muitas restrições à admissão dos livres de cor nos empregos e cargos importantes; todavia, apesar do obstáculo da cor, não poucas vezes estas leis eram desobedecidas e não brancos podiam ser vistos em diferentes ramos da administração, como exército e sacerdócio.

Rugendas nos fornece sinais, assim, de que a cor realmente era um impedimento social que limitava o acesso dos libertos aos recursos econômicos; contudo, o preconceito social não impedia a integração de tais pessoas na sociedade, mesmo que normalmente inseridas nas atividades braçais e com baixa remuneração, quase sempre ligadas ao trato da terra. Alguns, ainda que enfrentando inúmeras dificuldades sociais e econômicas, conquistavam um pedaço de terra e tornavam-se donos de pequenas unidades domiciliares, como também senhores de alguns poucos escravos. Em Minas Gerais, Paiva e Klein encontraram em 1831 muitos homens de cor desfrutando de tais condições, alguns inclusive eram ex-escravos africanos. Apesar dos brancos dedicarem-se mais à agricultura que as pessoas de cor e dominarem grande parte dos empregos públicos, argumentam que a cor não teve tanto impacto na posse de escravos em Sabará e Campanha, e as pessoas de cor chefiavam fogos e concentravam parte dos escravos e, definitivamente, “(...) não compunham um grupo marginalizado

⁸⁴ RUGENDAS, J.M. (1835). *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1979., p. 192.

e isolado sem acesso aos recursos que uma economia aberta de mercado poderia proporcionar (...)” e, diferente do que se pensava, “(...) um grau significativo de mobilidade econômica já se fizera presente para um importante segmento desses libertos e, de várias maneiras, eles participaram da maioria das ocupações e tipos de domicílios de seus vizinhos brancos⁸⁵, ou seja, a cor da pele não impediu que não brancos formassem uma massa de trabalhadores integrados na economia mineira de Sabará e Campanha.

Quanto a presença de mulheres na sociedade mineira, Paiva e Klein informam que apesar de não ter sido comum mulheres como proprietárias de escravos, foi significativa a parcela feminina nesta condição. Em geral, elas possuíam menos cativos que os homens e dominavam todas as atividades têxteis e artesanais de Campanha, sendo poucas aquelas, comparadas aos homens, que desenvolviam a agricultura. Explicam que a significativa presença de mulheres mais velhas como escravistas pode ter ocorrido quando da morte de seus maridos, ocasião em que recebiam, por meio de heranças, a posse de toda a propriedade e seus escravos⁸⁶.

Também em Castro os censos de 1835 revelaram que as mulheres, embora também minoritárias entre os escravistas, agrupavam uma parcela expressiva dos escravos. Representavam 21,3% dos senhores e monopolizavam 20,3% dos cativos. Assim como nas unidades de homens, os escravos de mulheres distribuíam-se de forma quase que equilibrada nas duas faixas de tamanho de plantel (Ver Anexo Tabela E).

Quanto aos não brancos, estes representavam 11,8% dos senhores e reuniam apenas 3% dos cativos. Mais de 80% dos escravos das pessoas de cor labutavam nos fogos de pequeno porte, ou seja, aqueles com 9 ou menos escravos (Ver Anexo Tabela F). Tal realidade confirma que a cor dos proprietários ligava-se realmente a uma escala de pobreza e riqueza. Diferente dos brancos, tendiam a começar tardiamente suas carreiras como escravistas e as

⁸⁵ KLEIN; PAIVA, *Libertos em uma economia escravista* ..., p. 332.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 146.

chances de receberem escravos por herança eram as mais remotas possíveis, o que certamente justifica o pouquíssimo volume de escravos que reuniam.

Tudo sugere, como se vê, que tratava-se de uma sociedade bastante desigual quanto ao acesso a escravos, principalmente para as pessoas de cor. As mulheres, normalmente herdeiras de seus maridos, reuniam quase que a mesma proporção de escravos que os homens, considerando seu peso entre os escravistas. O mesmo não se deu com os não brancos: foram minoritários entre os proprietários e tiveram pouco acesso a escravos. Era uma sociedade, assim, pouco permeável aos livres de cor, sugerindo que a cor realmente dificultava o acesso a riquezas e ao mercado de escravos, como veremos.

Também solteiros enfrentavam muitos obstáculos para adquirir escravos. Representando 14,3% dos senhores reuniam uma fatia pequena do contingente: 7,85% (Ver Anexo Tabela G). Contudo, diferente dos não brancos, boa parte de seus escravos trabalhavam nas unidades produtivas de grande porte, pois, 70,9% dos cativos de solteiros abrigavam os fogos com 10 ou + escravos. Tal questão talvez revele a possibilidade de heranças, praticamente inexistente às pessoas de cor, e a elevada faixa etária em que se encontrava a maior parte dos grandes escravistas solteiros. Dos 6 senhores com vastas unidades (10 ou +), 5 apresentavam idades superiores a 40 anos. Apenas Jeremias Manoel Carneiro tinha menos de 40 anos em 1835, concentrando em suas mãos 13 cativos; mesmo assim, já contava, neste ano, com 38 anos de idade, sugerindo que a concentração das posses tendia a ser mais intensa à medida que ficavam mais velhos.

Conclui-se, então, que em Castro eram os homens, brancos, casados e viúvos que monopolizavam quase todos os escravos existentes. As condições dos proprietários, neste caso, foram essenciais no processo de aquisição e incremento das escravarias. Eram eles quase sempre os senhores das maiores posses da região, desfrutando de estabilidade possível de garantir a sobrevivência de suas unidades, mesmo quando das crises no mercado e no tráfico negreiro.

Sabendo que o tamanho do plantel estava intimamente ligado às oportunidades conjugais dos escravos, cabe-nos investigar se as famílias foram mais freqüentes nas maiores escravarias, monopolizadas pelos homens, brancos e

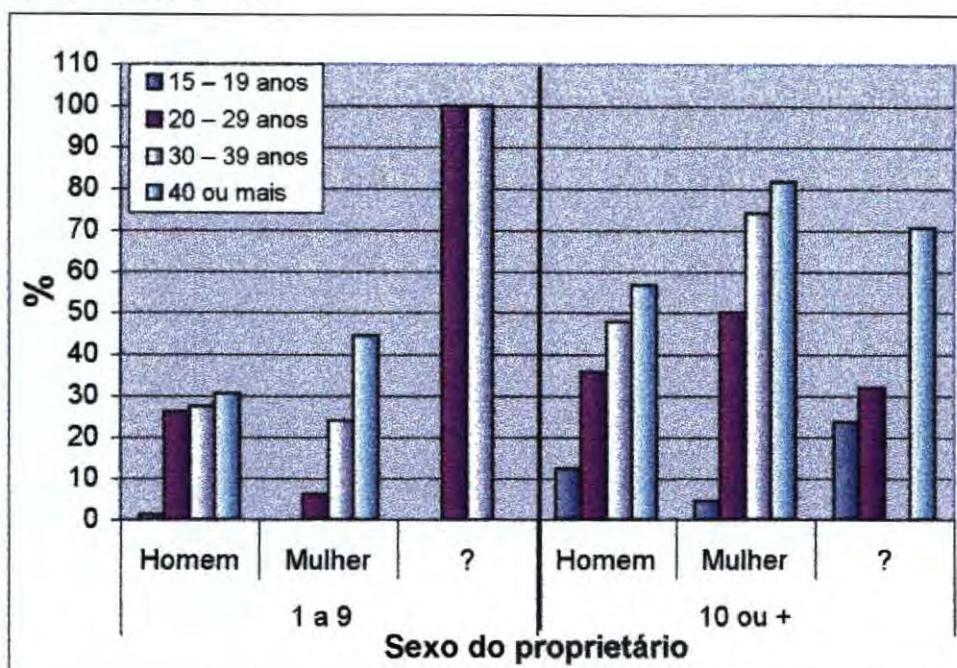
que já haviam conhecido o casamento ou, por outro lado, se foram facilitadas nas pequenas unidades tendo em vista serem encaminhadas por mulheres, pessoas de cor e solteiros, minoritários entre os proprietários e com menos escravos.

1.2.1) Sob o Controle das Senhoras

As informações do gráfico 2A (pág. 50), referentes a distribuição dos escravos casados em determinadas faixas etárias e segundo o sexo dos proprietários, demonstram que nos dois tamanhos de domicílios considerados aumenta a proporção de escravos casados à medida que cresce a faixa etária dos nubentes, sugerindo que os casamentos eram mais tardios. Isto ocorria sobretudo entre os escravos pertencentes a mulheres. O que mais chama a atenção, no entanto, é que a proporção de casados ou viúvos das unidades dirigidas por mulheres foi muito mais expressiva que naquelas referentes aos proprietários masculinos, especialmente nas grandes unidades.

Pode-se indagar se a elevada frequência de famílias nas unidades de mulheres esteve ligada com as aquisições de escravos e recursos no mercado. Ao compararmos a proporção dos casados e viúvos deste gráfico com a distribuição dos cativos por idade (Ver Anexo Gráfico A), constata-se um forte impacto do tráfico e das aquisições de escravos para os homens. A faixa etária dos 20 aos 29 anos, por mais escravos que concentrasse, foi uma das que menos casamentos apresentou. Inversamente, no caso das mulheres, houve um impacto menor do tráfico – a curva de distribuição por faixas etárias não teve um ressaltado tão grande na faixa dos 20-29 anos – e uma tendência mais pronunciada aos casamentos dos escravos, embora mais tardios.

GRÁFICO 2 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS POR FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela H.1)
 Todos os escravos são solteiros nos espaços sem dados.

Sabendo que os escravos adquiridos no mercado normalmente situavam-se nesta faixa etária e que, postos no cativeiro, enfrentavam muitas dificuldades para se integrar (quase não tinham vínculos na comunidade), é possível que a alta frequência de casados entre os cativos das grandes posses de mulheres na faixa dos 20 aos 29 anos, informe a distância destas proprietárias do tráfico de homens, pois, suas unidades tendiam a ser menos abaladas pela chegada de estrangeiros. Assim, ao recorrerem menos ao tráfico que os homens, abriam condições para a efetivação familiar no cativeiro. Os homens, por sua vez, à medida que adquiriam novos cativos no mercado comprometiam, mesmo que sem intenção, o equilíbrio de suas escravarias.

Quanto a isto, Florentino e Góes sustentam que a introdução de forasteiros tornava o ambiente marcado por alto grau de desarraigo social⁸⁷, uma vez que eram pessoas desprovidas de laços parentais e sem qualquer vínculo social com os demais cativos. A anomia e a guerra eram superadas apenas à medida que

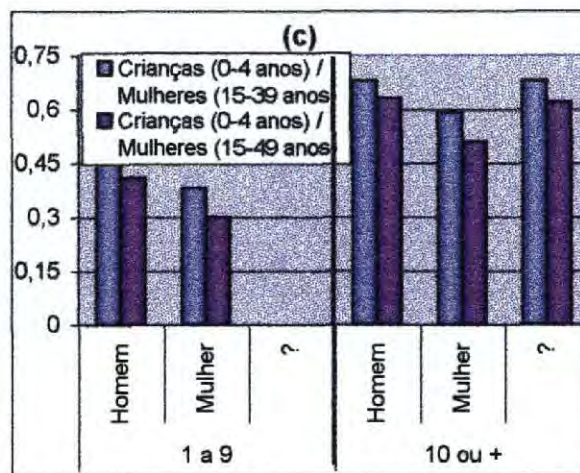
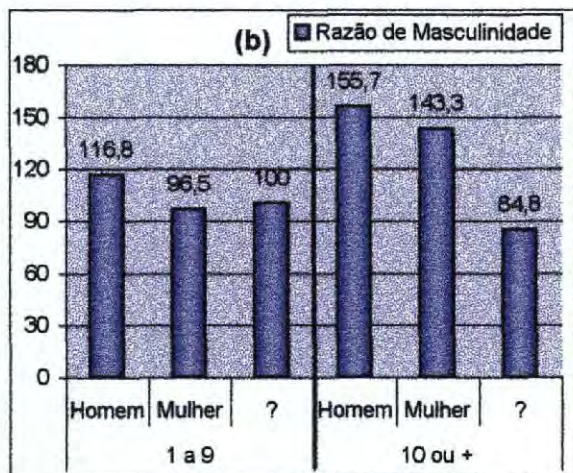
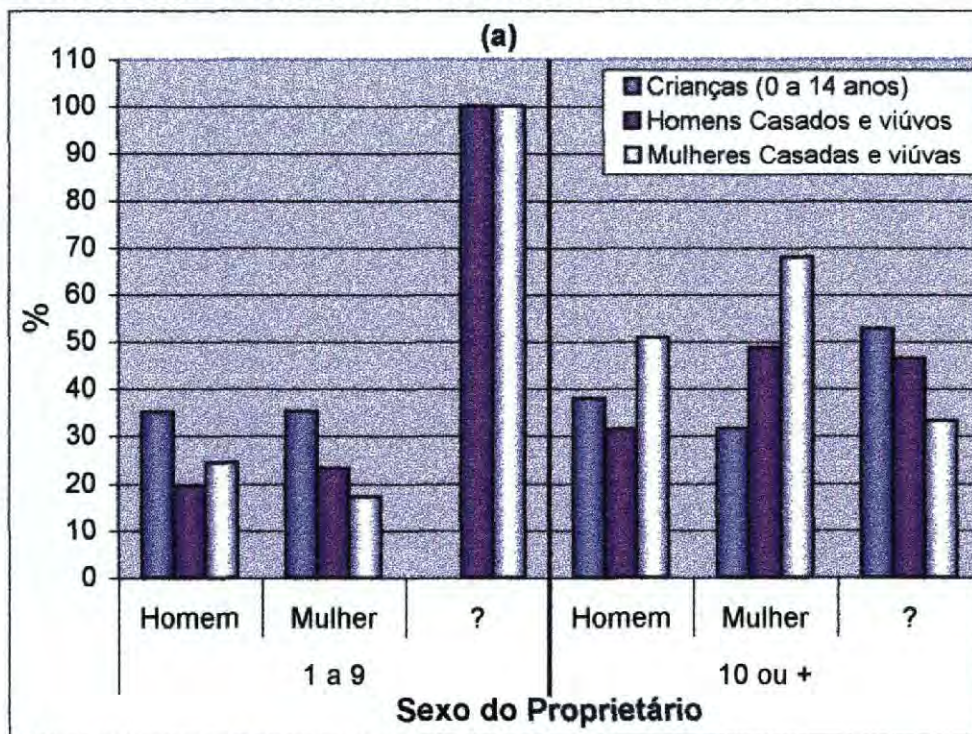
⁸⁷ FLORENTINO; GÓES, op. cit., p. 34-37.

procuravam instituir a *paz* mediante a criação de parentesco e a obediência às regras de convívio. Nos fogos de mulheres, ao contrário dos domicílios dirigidos por homens, as convivências tenderam mais ao equilíbrio social; ali, possivelmente o conflito gerado pela chegada do *estranho* não tenha alterado tanto o ritmo de vida dos escravos. Enquanto os cativos sob proprietários esforçavam-se para amenizar o estado de beligerância a que estavam sujeitos pela incessante introdução de estrangeiros, estes últimos ganhavam tempo para construir e reforçar seus laços de solidariedade e auxílio mútuo, o que ajuda a explicar a alta participação de famílias.

É importante frisar também que as chances conjugais maiores para os escravos de mulheres não se deram por que estas concentravam mais escravos que homens. Como vimos, mulheres reuniam, proporcionalmente a sua representatividade entre os escravistas, as mesmas condições de posses que os homens, e os cativos distribuía-se igualmente tanto nos pequenos quanto nos grandes plantéis (Ver Anexo Tabela E). Por que razão, então, as mulheres, mais que os homens, tendiam a propiciar a paz nas senzalas? Mais distantes do tráfico, teriam estimulado a família escrava como meio de incrementar suas posses?!

Os dados do gráfico 2B (pág. 52), no entanto, ofuscam um pouco esta última hipótese. Revelam que, apesar da proporção de casados e casadas entre escravos de mulheres ter sido maior, o mesmo não ocorreu com os indicadores de fecundidade. Comparando com os domicílios chefiados por homens, as unidades governadas por senhoras apresentaram alto percentual de matrimônios e, em contrapartida, os mais baixos índices de fecundidade, independente da faixa de tamanho de plantel considerada.

GRÁFICO 2 B - PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela H.2)

Tudo sugere que as proprietárias dependiam muito mais das famílias escravas que os homens incentivando-as, inclusive, por razões ligadas ao incremento de suas escravarias. A tendência a ter menos filhos, todavia, pode estar indicando que mulheres proprietárias permitiam casamentos entre escravos mais por razões políticas que econômicas. Os laços matrimoniais propenderam a estabilizar as relações sociais no cativeiro. A vivência familiar pacificava as

convivências dentro de um espaço constantemente abalado pelas diferenças culturais entre escravos. Nos fogos com elevadas proporções de casados, como aqueles cuidados por mulheres, o controle e a vigilância seriam facilmente mantidos caso a efetivação de famílias fosse prática recorrente. Para as mulheres, isto conferia vantagens quando a questão em jogo era a fiscalização e a manutenção da ordem. Esta possível justificativa para a alta representatividade de casadas em contraste aos baixos índices de fecundidade das escravas, hipótese esta muito mais política que econômica, vai de encontro com a “*política de domínio senhorial*”⁸⁸ criticada por Slenes. Os senhores, ávidos por garantir condições mínimas de segurança para seus empreendimentos, viam-se forçados a afrouxar uma parte de seu poder sobre os escravos permitindo, por exemplo, que estabelecessem laços familiares. Ao dar ao escravo algo a perder, o senhor tornava-o vulnerável e garantia seu domínio sobre o cativo, efetivando a família como uma espécie de estratégia de controle. Slenes reforça, contudo, que esta forma de “*ver as coisas*” fazia parte da concepção senhorial. O que estes homens não contavam é que a família, na verdade, estava minando e comprometendo seus poderes quando era usada pelos escravos como mecanismo para a criação de uma comunidade com “*(...) experiências, valores e memórias compartilhados*”⁸⁹ e não unicamente como uma concessão que retrata a “benevolência” dos senhores para com seus submetidos. No caso dos proprietários de Castro possivelmente esta tendência de incentivo à família como estratégia de controle tenha prevalecido, sobretudo entre as mulheres. O estabelecimento de regras pelo parentesco ajudava a amenizar as clivagens que diariamente desuniam e comprometiam a calma no cativo.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, que os fogos de mulheres tendiam a ser mais antigos por que normalmente eram herdados quando estas atingiam a viuvez ou, por outro lado, estavam sendo temporariamente administrados por elas na ausência de seus maridos. Assim, podemos supor que havia uma certa *continuidade* da escravaria e os cativos estavam juntos há anos,

⁸⁸ SLENES, Na senzala uma flor ..., p. 48.

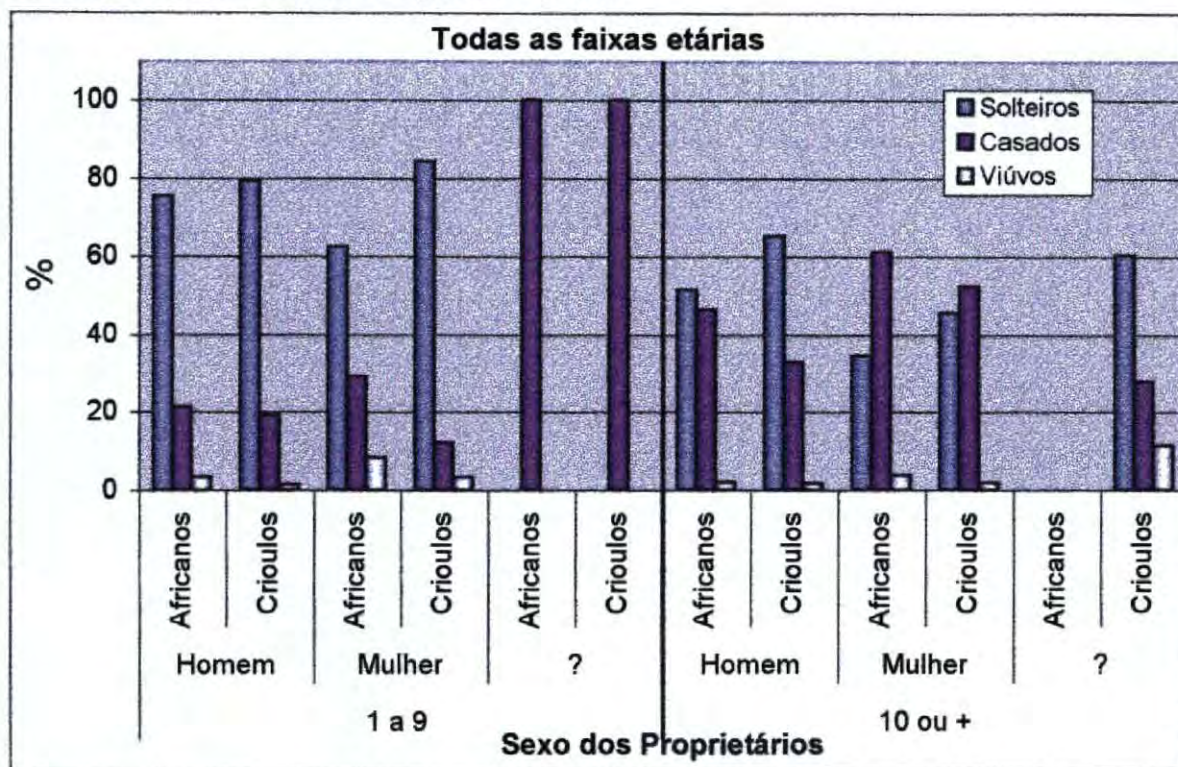
⁸⁹ Ibid., p. 48.

estimulando o parentesco nestas unidades de mulheres. Como o acesso ao tráfico era também pequeno, cremos que tudo condicionou aumentar o tempo de convívio entre escravos que respondiam, por sua vez, agrupando-se em unidades familiares.

Também os cativos estrangeiros tiveram grande acesso ao casamento quando pertenciam a mulheres (gráfico 2C, pág. 55). O percentual de africanos casados nos domicílios governados por proprietárias foi mais forte que naqueles dirigidos por homens. Ressalta-se, ainda, que a maior parte dos casados sob mulheres tinha idade superior a 30 anos (foram poucos os cativos em matrimônio entre 20-29 anos, em especial nas pequenas posses), o que confirma que os casamentos de escravos de mulheres eram realmente mais tardios.

Talvez seja também por esta razão que a fecundidade das escravas tenha sido menor nas unidades de senhoras (gráfico 2B, pág. 52). Como vimos, apesar dos escravos sob mulheres terem apresentado altos índices de nupcialidades, foram os que revelaram as menores taxas de fecundidade frente ao potencial reprodutivo que reuniam. A tendência de casarem mais tarde, sobretudo os africanos, pode ter comprometido a geração de crianças. Em ambientes de fecundidade natural (não controlada por mecanismos artificiais), a idade em que as mulheres entravam nas uniões era decisiva para determinar quantos filhos teriam. Sabendo que as africanas eram mais sujeitas que as crioulas a ter menos filhos, caso aceitemos o argumento de Klein de que estas mulheres deixavam na África parte de seu período fértil e que, por outro lado, todos os escravos tendiam a casar-se mais tarde, torna-se compreensível os baixos indicadores de fecundidade das escravas sob mulheres.

GRÁFICO 2 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela H.3)

Os escravos com indefinição da naturalidade foram contados como crioulos.

Os cativos abrigados nos domicílios de mulheres, enfim, especialmente os do sexo feminino, tendiam a casar-se mais que os escravos de homens. Diferente destes, no entanto, em que a elevada razão de masculinidade contribuía para

aumentar a representatividade de casadas e, conseqüentemente, também de rebentos, as escravas de mulheres não tiveram bem exploradas suas capacidades reprodutivas. A significativa freqüência de famílias escravas, porém, pode estar ligada a uma possível estratégia de controle sobre as escravarias. As unidades de mulheres eram menos abaladas pelo mercado e pelas oscilações do tráfico; diga-se, ainda, que tendiam a ser mais antigas e o tempo de convivência dos escravos era maior. A possibilidade de manter a vigilância e a estabilidade interna dos fogos, neste caso, interessava mais às mulheres que os meios que contavam para elevar o volume de suas unidades pela reprodução endógena. Este contexto privilegiado à consolidação de famílias premiava em especial os escravos não coloniais, uma vez que foram muitos os africanos que tiveram acesso ao matrimônio. A proporção de casados entre estes escravos foi alta nas unidades de mulheres que naquelas chefiadas por homens. Tudo leva a crer que as mulheres, mais que os homens, propenderam a depender e a incentivar a formação de famílias entre seus escravos. Muitos casamentos, mesmo com poucas crianças, e alta proporção de africanos casados são dois elementos que evidenciam o contexto favorável ao parentesco nos fogos de mulheres. As convivências tendiam a ser mais estáveis porque suas unidades estimulavam a formação de famílias com vistas a garantir a calma nos fogos. Os laços parentais, além de criar uma sólida base para o relacionamento pacífico⁹⁰, respondiam aos anseios dos escravos por parentesco. Funcionavam, em suma, como elementos de estabilização social para pacificar as convivências e organizar a vida no interior das escravarias.

1.2.2) Dos Limites da Cor

Quanto a cor dos proprietários de Castro, vimos que os não brancos eram poucos entre os senhores de escravos e concentravam apenas 3% dos cativos registrados. É importante informar que os livres de cor, donos de domicílios sem escravos, compunham a maioria entre os não brancos. Dos 331 cabeças de

⁹⁰ FLORENTINO; GÓES, op. cit., p. 32.

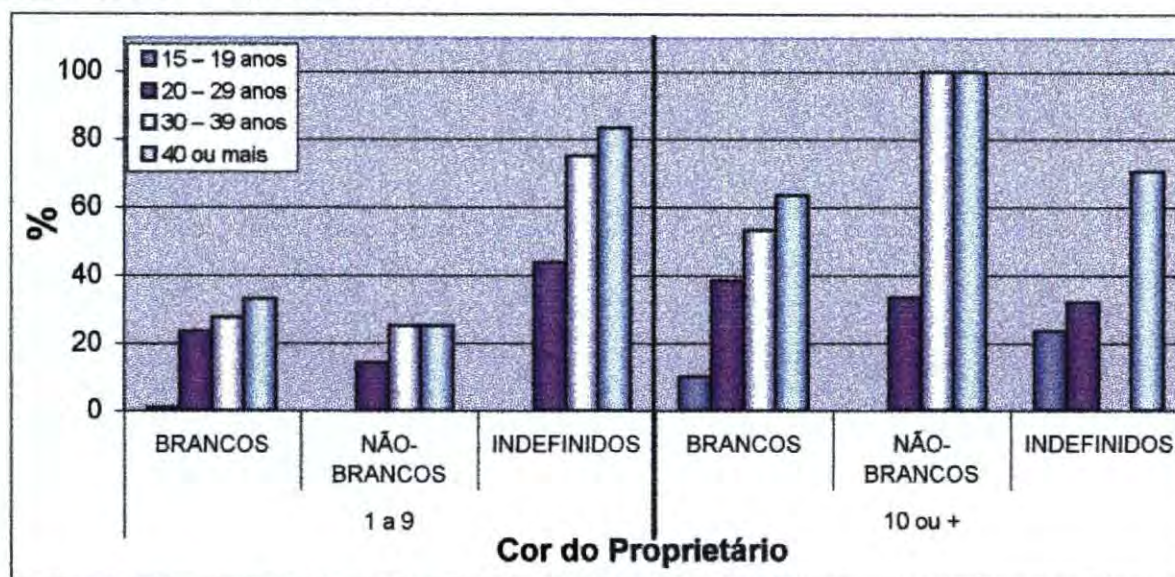
domicílios de cor localizados nos censos, apenas 17 tinham escravos; em outros termos, 94,8% das pessoas de cor, nascidas livres ou libertas, dependiam de seus próprios esforços, e de seus familiares quando tinham, para garantir suas sobrevivências⁹¹.

Diferente do que Paiva e Klein encontraram em Minas Gerais (1831), onde as pessoas de cor ocupavam e chefiavam domicílios tradicionalmente reservados apenas aos brancos e, ainda, concentravam volume significativo de escravos; nota-se que em Castro as coisas foram mais difíceis aos não brancos que desejavam ser escravista. O baixo nível de riquezas, o passado escravo ou o estigma da cor, as desvantagens educacionais, entre outras, certamente cobraram um preço maior na região paranaense que em Minas, tornando a competição por recursos ainda mais acirrada e penosa. Neste caso, há indícios de que estes poucos senhores de cor precisavam colocar em prática outros meios para incrementar suas escravarias. O estímulo à família, entre os poucos escravos que reuniam, pode ter sido uma saída para superarem os resíduos do racismo na sociedade e tornarem-se escravistas, mesmo que pequenos.

As informações contidas no Gráfico 3A (pág. 58), neste sentido, sugerem algumas pistas que proprietários não brancos de Castro podem ter encontrado para excederem suas desvantagens sociais. Boa parte dos cativos de livres de cor já haviam conhecido o casamento. Seus escravos, mesmo casando-se em idades mais avançadas, tinham acesso muito mais alargado ao matrimônio que os cativos de senhores brancos.

⁹¹ Entre as propriedades declaradas como pertencentes a brancos 69,2% não possuíam escravos.

GRÁFICO 3 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

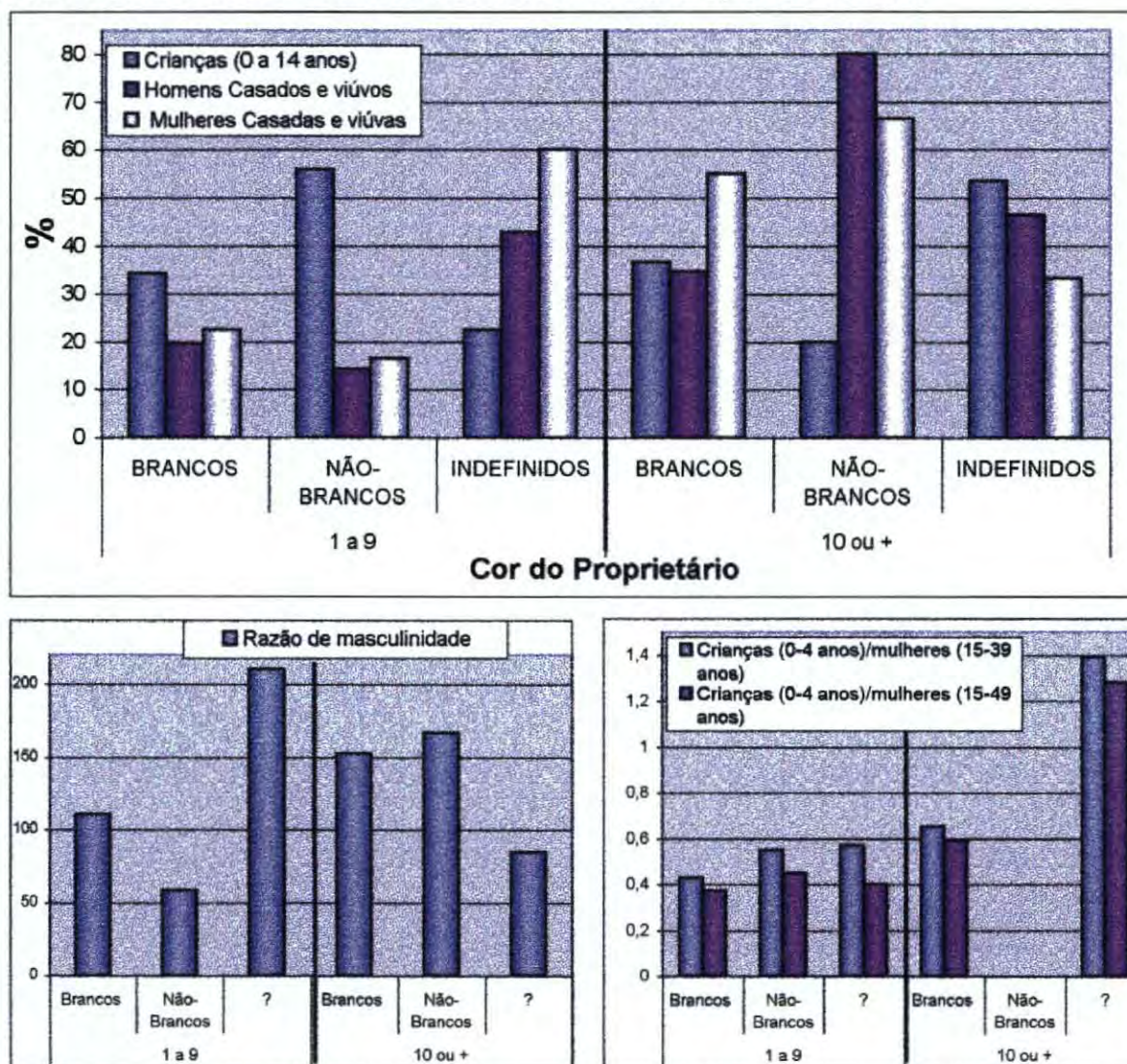
Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela I.1)

Não Brancos - Refere-se aos proprietários negros, pardos e índios

Indefinidos - Refere-se às fazendas e aldeamentos que não constam dados sobre os donos de domicílios.

Esta elevada representatividade de famílias entre os escravos dos proprietários de cor pode ser vista a partir dos dados contidos no Gráfico 3B (pág. 59). Privilegiando as informações referentes aos domicílios com menos de 10 escravos, podemos constatar os inúmeros obstáculos que precisavam ser superados para que a reprodução endógena nos fogos de não brancos se efetivasse de fato. Havia baixa razão de masculinidade e pequena representatividade de mulheres casadas nestas unidades; contudo, quando comparadas aos índices dos escravos de brancos, nota-se que os indicadores de fecundidade das escravas foram elevados e, como consequência, também foi bastante significativa a participação de crianças nestes lugares. Deve-se observar, todavia, que o mesmo não ocorreu nos fogos com dez ou mais escravos porque apenas um homem de cor foi encontrado como senhor de 10 escravos. Mesmo que dentre estes 10 cativos, seis já haviam conhecido o casamento e 2 eram crianças menores de 14 anos, o pouco volume de escravos compromete uma análise mais apurada da família escrava segundo tamanho do plantel. Apenas as pequenas unidades, portanto, constituem parâmetro seguro para a análise da efetivação de famílias segundo a cor do proprietário.

GRÁFICO 3 B - PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835



Fonte: Vide gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela I.2)

Não houve registro de crianças entre 0-4 anos sob não brancos com 10 ou + escravos.

A alta participação de casados em faixas etárias produtivas sugere que não brancos também estavam afastados do tráfico negreiro. Agrega-se, ainda, os poucos africanos que reuniam: foram encontrados 7 destes escravos nos domicílios dos senhores de cor. Assim, também seus fogos tendiam a ser menos abalados pela chegada de novos escravos sem vínculos na comunidade, e seus cativos desfrutavam de um tempo de convívio maior, embora fossem poucos. Talvez tais condições justifiquem as elevadas proporções de casados e de crianças nas unidades.

Pode-se questionar se a tendência dos escravos de não brancos a ter mais filhos não estivesse relacionada aos anseios destes proprietários em fazer crescer suas escravarias por seus próprios meios. Como o acesso ao mercado e a aquisição de cativos não eram tarefas fáceis de se cumprir, tendo em vista as limitações sociais que enfrentavam (destaque ao racismo e a pobreza familiar e histórica destes descendentes de escravos), possivelmente a reprodução interna tenha apresentado-se como única e melhor solução para o incremento de suas posses. Diferente das mulheres senhoras de escravos, que propenderam a fazer da família um meio para assegurar o controle sobre seus cativos, proprietários de cor talvez dependessem destas famílias por razões relacionadas à expansão dos fogos. O limitado acesso ao mercado confirmou-se por que quase não tinham africanos⁹². O pardo Jerônimo Xavier de Lima foi localizado nos censos como único senhor de 10 escravos, dentre os quais nenhum era africano, ou seja, o maior proprietário de cor de Castro concentrava em suas mãos nada mais que 10 escravos e praticamente não contava com o mercado para fazer crescer sua escravaria. O incentivo às uniões, bastante visível no gráfico pela alta proporção de casados, possivelmente tenha sido o recurso mais amplamente praticado pelos livres de cor com vistas a empreenderem o crescimento de suas propriedades humanas. A política de incentivo destes senhores pode ter sido uma forma, enfim, de enfrentamento aos obstáculos sociais e econômicos que precisavam superar; o nascimento de crianças era decisivo para o crescimento populacional e foi acionado com bons resultados pelos não brancos, uma vez que pouco mais de 65% dos escravos concentrados nos pequenos fogos tinham menos de 20 anos.

Desta forma, conclui-se que o restrito acesso ao mercado de escravos configurou-se, em Castro, como elemento de incentivo à família. Proprietários com recursos limitados, aqui representados sobretudo por não brancos, estimulavam as uniões escravas como estratégias de incremento das escravarias. As convivências nestes ambientes tenderam a ser menos abaladas pelo tráfico negreiro que nas economias agroexportadoras, fortemente dependente do tráfico

⁹² É por esta razão que optamos por não elaborar o gráfico 3C, pois, do total de africanos possuídos por brancos e livres de cor, apenas 7 pertenciam à não brancos, o que compromete fortemente a análise dos dados.

atlântico para a reprodução física de suas *plantations*. Mesmo que a urgência em socializar-se não tenha se apresentado como resposta à potencialização do *estado de guerra*, constata-se que os escravos, nestes domicílios, também buscavam a *paz* pela criação de laços parentais. Enquanto os cativos das economias agroexportadoras empregavam parte de seu tempo livre reorganizando o convívio social sacudido pela chegada de estrangeiros, os escravos de Castro, sobretudo os de mulheres e não brancos, disparavam à frente efetivando famílias. Os relacionamentos no cativeiro, em suma, eram valorizados e estavam sujeitos a interferências decorrentes do caráter da economia, do sexo e da cor dos proprietários.

1.2.3) Acumulando Escravos

Na mesma direção, é possível indagar se o estado civil dos senhores interferiu nas chances conjugais dos escravos. A condição de casado ou viúvo revela a maturidade dos proprietários e a estabilidade que tendiam a conquistar ao longo de suas vidas⁹³. Maiores posses, supostamente pertencentes a senhores mais abastados, refletem o êxito econômico de seus donos. Nestas condições, certamente os escravos enxergavam aumentadas suas chances de constituírem famílias.

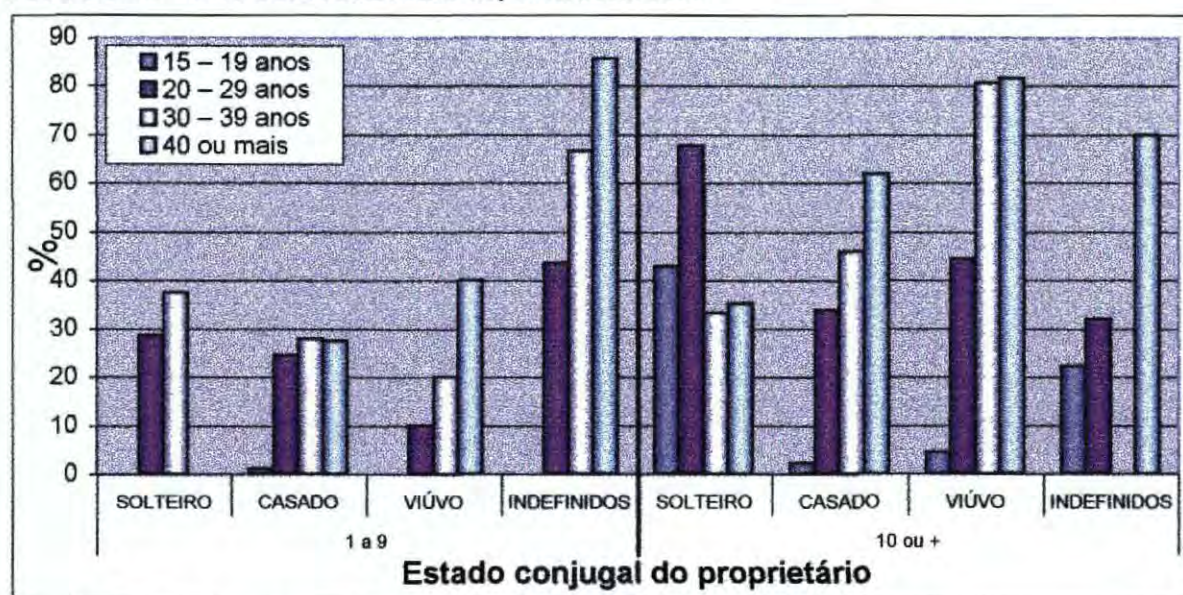
Os informes do gráfico 4A (pág. 62), pois, confirmam que senhores casados ou viúvos abrigavam grande parte dos cativos casados. Informam também que a maioria dos escravos casados ou viúvos de solteiros situavam-se em faixas etárias menores, enquanto os cativos de senhores casados e viúvos ligavam-se em matrimônio depois dos 40 anos.

Há poucas dúvidas de que a alta proporção de casados/viúvos nos fogos de senhores também casados e viúvos esteja relacionada a concentração das posses

⁹³ FRANCO NETTO, Fernando. Algumas considerações sobre a estrutura de posse de cativos e a hipótese do ciclo de vida – Guarapuava – Século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, ABPHE, 2003, Caxambu, Minas Gerais., onde comprova que os padrões de posse e a acumulação de riqueza em Guarapuava nas primeiras décadas do século XIX eram compatíveis com o ciclo de vida dos escravistas; a propriedade escrava propendeu a concentrar-se ao longo da vida dos senhores especialmente quando estes já eram casados.

destes proprietários. Estes, além de serem maioria entre os escravistas, monopolizavam mais de 80% dos escravos. Dentre os escravos não pertencentes a estes senhores, pouco mais de 10% labutavam nas fazendas e aldeamentos das quais se desconhece o estado conjugal de seus donos. Assim, restavam aos solteiros uma fatia pequena dos escravos, o que torna compreensível que os alguma vez casados do contingente cativo estivessem sobretudo nas unidades dos senhores que já haviam conhecido o casamento.

GRÁFICO 4 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CONJUGAL⁹⁴ DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela J.1)
 Todos os escravos são solteiros nos espaços sem dados.
 Foram considerados os proprietários de ambos os sexos.

Tendo em vista estas constatações, é importante frisar que a historiografia sustenta uma correlação positiva entre ciclo de vida dos senhores e formação e estabilidade das famílias escravas. Conscientes das limitações colocadas pelas fontes, sabemos que poucas questões poderão ser solucionadas, pelo menos neste capítulo, sobre a durabilidade das uniões em Castro. Todavia, os dados

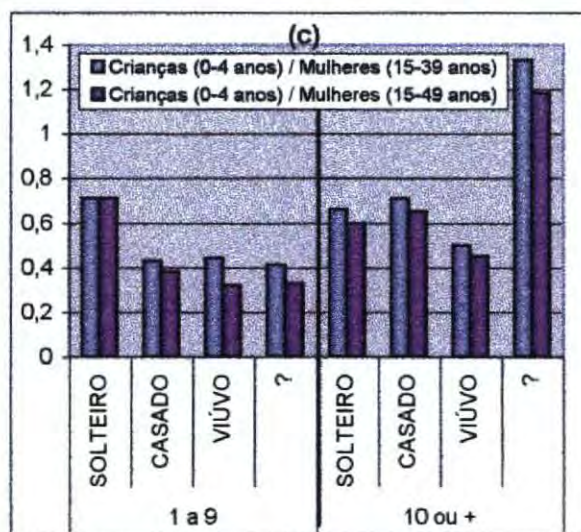
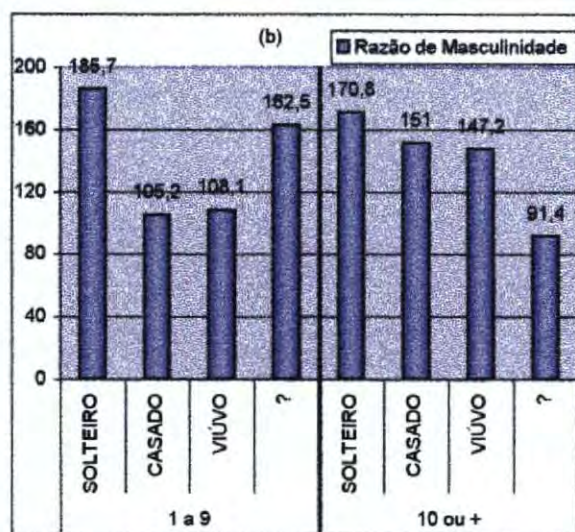
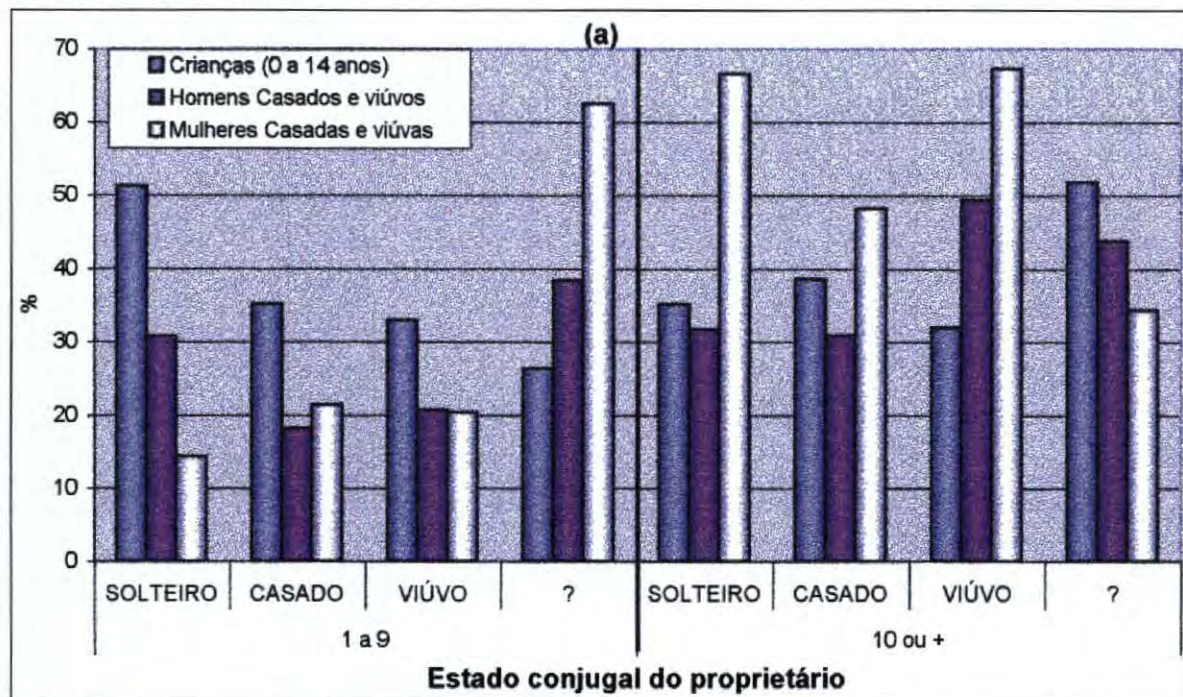
⁹⁴ Vale destacar que o uso das expressões “solteiro”, “casado” ou “viúvo” não pretende designar grupos sociais. Trata-se de uma estratégia de pesquisa que busca indicadores sobre a estabilidade das convivências dos escravos. Solteiros, no caso, significa senhores que normalmente estavam compondo suas escravarias e que, por esta razão, possuíam escravarias mais instáveis. Neste aspecto, as convivências escravas e as práticas familiares tendiam a diferenciar-se dos domicílios de casados ou viúvos, cuja maturidade financeira conquistada ao longo da vida revertia-se em estabilidade para as suas escravarias.

selecionados têm demonstrado que a conformação de famílias estava relacionada à estabilidade das escravarias, normalmente conquistada pela maturidade empresarial atingida pelos proprietários. De acordo com o modelo de ciclo de vida⁹⁵ proposto por Herbert Gutman, os senhores iniciavam suas vidas esforçando-se para montar o mais rápido possível suas escravarias; nesta fase inicial, os escravos eram adquiridos das mais variáveis formas, em especial por meio de presentes de casamento e compras, o que causava uma destruição prematura da família e das redes de parentesco já formadas. Somente à medida que iam atingindo a maturidade biológica e empresarial é que emergiriam famílias estáveis e uma nova rede de parentesco nos fogos. Este auge de socialização, por sua vez, conheceria sua pior fase quando da morte dos senhores, momento em que as famílias se desintegravam mediante partilhas e doações procedidas pelos herdeiros. A maturidade dos senhores conquistada ao longo dos anos, desta forma, foi de extrema relevância para a emergência e durabilidade dos arranjos familiares.

Em Castro, como sugerido, a estabilidade dos proprietários potencializava o acesso a escravos, sinalizando que o decorrer dos anos conferia vantagens àqueles com ambição de incrementar suas posses. Quando ainda solteiros, reuniam uma parcela ínfima de escravos; quando casavam e à medida que atingiam a maturidade biológica, que normalmente coincidia com sua maturidade empresarial, passavam a concentrar em suas mãos um volume maior de escravos. Este ciclo de crescimento e amadurecimento dos proprietários certamente conferia vantagens aos cativos quando ampliava as oportunidades de escolhas de parceiros e a efetivação dos laços parentais.

⁹⁵ GUTMAN, H. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York: Pantheon, 1976. p. 137-143.

GRÁFICO 4 B - (a) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU+), (b) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (c) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela J.2)

Não se pode ignorar, no entanto, que mesmo com poucos escravos, os senhores solteiros de Castro tendiam a incentivar seus cativos a estabelecerem uniões conjugais, especialmente enquanto estes ainda eram jovens (os maiores percentuais dos alguma vez casados situavam-se em faixas etárias inferiores a 40 anos). Embora enfrentando elevadas taxas de masculinidade (gráfico 4B), nota-se que a proporção de mulheres casadas foi alta nestes fogos. Os indicadores de

fecundidade e a participação de crianças também foram expressivos, sinalizando uma política de incentivo aos arranjos conjugais por parte dos proprietários sem muitas condições e recursos suficientes para fazê-la. Lembro que os solteiros reuniam em seus plantéis menos de 8% dos escravos existentes, contexto este relativamente adverso às conformações familiares. Por que razão, então, a família logrou sobreviver nestes ambientes?!

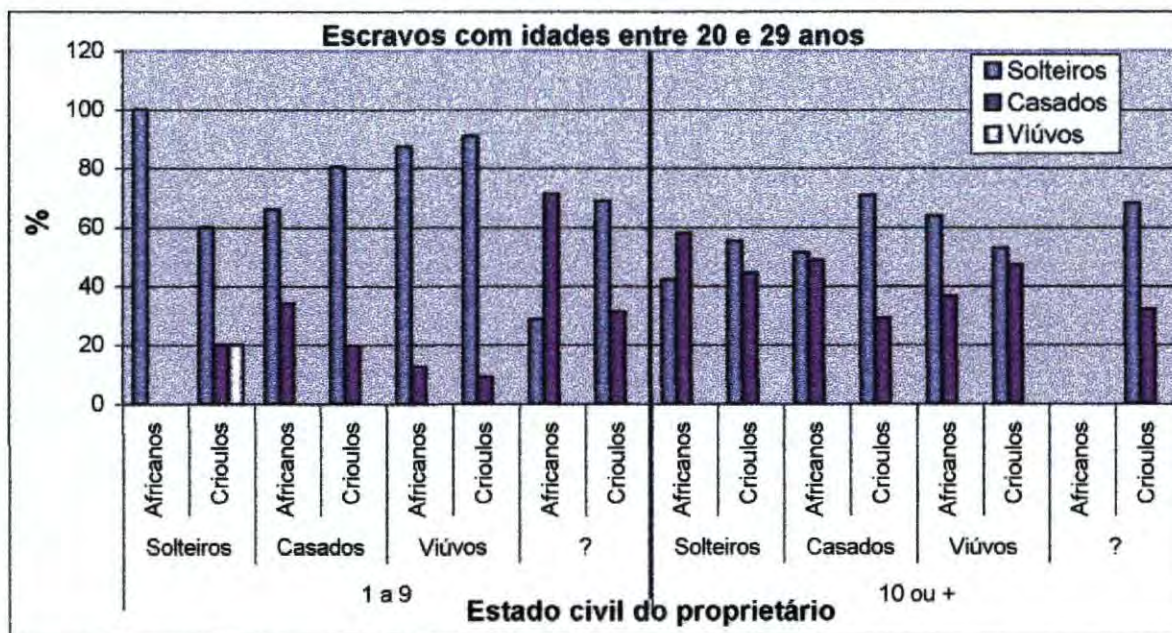
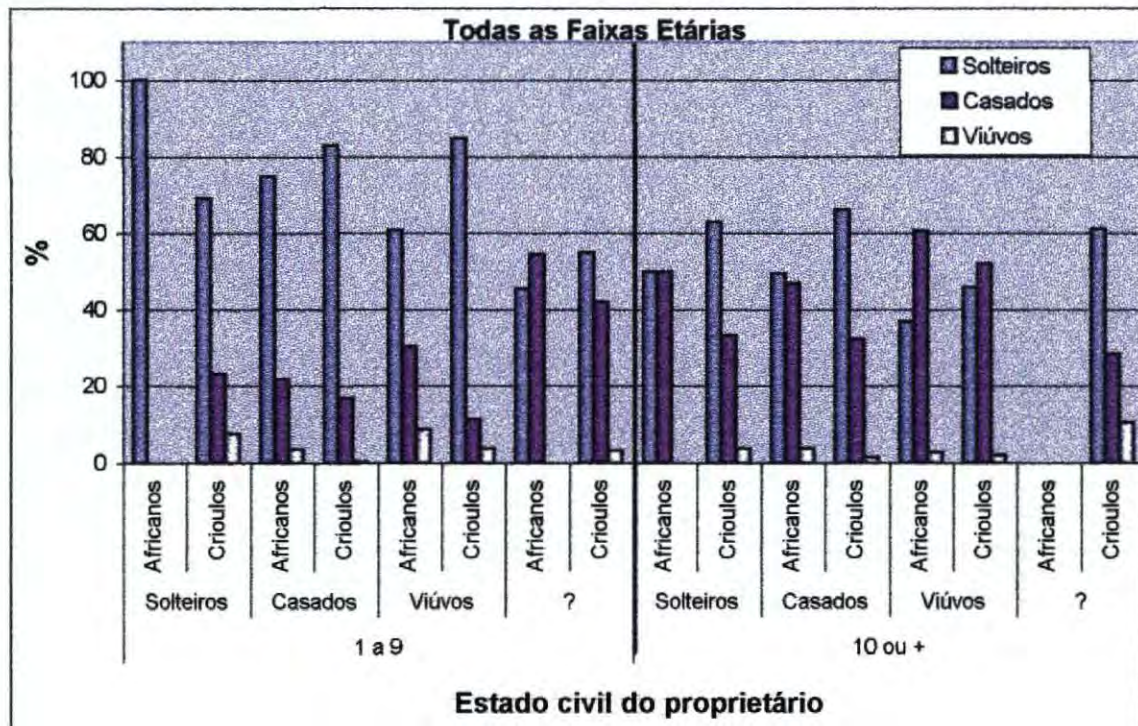
É possível que a explicação novamente esteja no pouco acesso que também solteiros tiveram ao mercado. A participação dos alguma vez casados foi expressiva principalmente na faixa etária mais produtiva (20-29 anos) que coincidia, por conseguinte, com aquela de menor concentração escrava (Ver Anexo Gráfico B). Quanto aos senhores casados ocorreu exatamente o inverso: alta proporção de escravos na faixa dos 20-29 anos e poucos casados. A receita, desta forma, foi a mesma que encontramos nos fogos de mulheres e não brancos: com recursos limitados, os solteiros não tinham grandes opções senão ampliar suas escravarias pelo incentivo à família e à reprodução. A capacidade reprodutiva foi acionada tendo em vista o incremento no volume de escravos; a idéia, pois, pode ter sido a de explorar os potenciais internos de auto-reprodução e dar continuidade a construção de sua força de trabalho.

Não há dúvidas de que esta forma de crescimento das posses condizia mais com as condições dos senhores casados ou viúvos que, por serem detentores das mais vastas unidades, tendiam a ampliar as possibilidades de escolhas conjugais de seus cativos. Considerando, porém, a pobreza e os limitados recursos de acumulação disponíveis em Castro, aliados aos interesses destes proprietários em construir sua força de trabalho, é de se compreender que fizessem uso de todos os meios possíveis para tornarem-se escravistas. É sugestivo que o próprio caráter não-exportador da economia, dificultando o acesso ao tráfico, tenha levado os solteiros a empreenderem a reprodução natural de suas posses para a formação e crescimento das escravarias. Contrariando o modelo de Gutman, portanto, o início da vida adulta dos senhores de Castro certamente não teve efeitos tão negativos sobre os escravos. Ao procederem a construção de sua força produtiva, preocupavam-se também em dar condições

para que os cativos organizassem uma rede de parentesco. A finalidade pode ter sido única: expandir o volume de escravos pela auto-reprodução. Os indicadores referentes a presença de crianças, especialmente nos menores fogos, informam que obtiveram bons resultados, caso tenha sido realmente este seus objetivos.

Quanto à procedência dos escravos interferindo nas chances conjugais comprova-se, mais uma vez, o forte acesso que os africanos apresentavam no mercado matrimonial. Exceto entre os solteiros donos de pequenas escravarias, que reuniam apenas sete africanos e todos solteiros (questão esta que também constitui sinal dos limitados recursos destes proprietários), nota-se que os africanos tiveram as maiores participações entre os casados e viúvos. A baixa proporção de casados entre aqueles com idades entre 20-29 anos indicam que crioulos e africanos casavam-se normalmente em faixas etárias superiores. A participação de casados crescia conforme avançava a idade dos nubentes, especialmente acima dos 30 anos. Sabendo que 75,8% dos africanos de Castro tinham idades superiores a 19 anos, justifica-se, em partes, as vantagens conjugais destes cativos frente aos crioulos. A idade avançada reunida ao tamanho do domicílio (atentar para a alta proporção de casados, africanos ou crioulos, nos maiores fogos), em suma, foram elementos determinantes quando da busca por parceiros conjugais.

GRÁFICO 4 C - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela J.3)

Todas as informações analisadas levam a crer que os atributos dos senhores foram decisivos para intensificar os relacionamentos conjugais dos escravos. Mulheres, mais que os homens, tendiam a incentivar as uniões muito possivelmente aspirando manter o controle e a ordem interna de suas posses.

Proprietários não brancos, por sua vez, diante de uma série de obstáculos que comprometiam sua integração social e econômica, também estimulavam seus escravos a estabelecerem famílias. A razão, contudo, não pareceu ter sido a mesma que inspirou as mulheres. Enquanto estas admitiam o casamento entre escravos tendo em vista colocar em prática certas estratégias políticas de controle, senhores de cor podem tê-lo tolerado por razões ligadas ao incremento de escravos sob seu poder. Os elevados indicadores de fecundidade, bem como a representatividade de crianças, não deixam dúvidas de que a frequência de laços sancionados entre escravos não era contrária aos reais interesses de seus donos.

O tamanho do plantel teve forte impacto na consolidação das famílias. Posses maiores apresentavam elevadas proporções de casados e casadas, inclusive entre escravos de solteiros. Estes, por sua vez, tinham muito mais interesse em estimular os arranjos familiares porque estavam iniciando a vida adulta e a construção de sua força de trabalho. Com poucos recursos, aparentemente estavam conscientes de que suas chances de virem a se tornar grandes escravistas recorrendo ao tráfico eram bastante remotas. A solução mais ao alcance, portanto, era pôr em prática uma política de incentivo às uniões conjugais tirando proveito da potencial capacidade reprodutiva dos escravos. Os resultados foram vistos pela expressividade de crianças nestes fogos, indicador este que por si só reforça a existência de famílias nestes fogos.

Quanto ao acesso dos escravos não coloniais ao casamento ficou atestado que os atributos dos donos não comprometiam muito as oportunidades matrimoniais destes cativos. Independente da cor, do sexo ou do estado civil dos senhores, os africanos apresentaram chances mais abertas à efetivação de laços familiares que seus vizinhos crioulos. Sua pouca experiência frente a um novo ambiente, o cativo, parece não ter limitado sua integração social. O acesso aberto ao matrimônio, embora não se desconsidere as árduas barreiras sociais que precisavam ser superadas, corrobora a inserção dos africanos na comunidade escrava de Castro.

A família escrava logrou sobreviver em Castro mesmo enfrentando um período de transformações e mudanças operadas pela proibição do tráfico

negreiro. O equilíbrio entre os sexos, constatado por H. Gutiérrez, foi alterado na direção de uma maior africanidade (em geral homens) a partir de 1830. A razão de masculinidade do contingente escravo elevou-se em todas as faixas de tamanho, passando de 106,1 em 1824 para 122,7 em 1835⁹⁶.

Todo este contexto comprova que os proprietários tiveram acesso mais alargado ao mercado de escravos no início da década de 1830. Este acesso certamente não foi igual para todos os senhores. Homens, mais que mulheres, proprietários brancos, muito mais que os de cor, e os senhores casados ou viúvos, portadores de recursos menos limitados que os solteiros, tiveram contatos com o mercado. Escravistas dos sexos masculinos, brancos, casados ou viúvos monopolizavam riquezas para ampliar suas posses comprando novos escravos e estavam mais sujeitos a estabilizar as convivências em seus fogos por que a concentração de escravos estimulava famílias.

Não significa afirmar, no entanto, que a família escrava não vingou nos domicílios com recursos limitados. Como vimos, eram principalmente nestes lugares que os senhores procuravam superar suas limitações incentivando a família em troca de novos braços. Enquanto as mulheres estimulavam as uniões almejando controle sobre a massa cativa (a vivência familiar tornava os escravos menos propensos a fugas e revoltas), os não brancos e os solteiros o fizeram tendo em vista o incremento de suas posses. Frente às limitações colocadas pelo mercado, outras formas precisavam ser acionadas para empreenderem o crescimento das escravarias; a geração de crianças, futuros trabalhadores produtivos, na lógica dos proprietários, compensava o incentivo aos arranjos conjugais dos escravos.

Vale destacar, todavia, que a existência de laços de parentesco em Castro certamente não deveu-se unicamente à lógica empresarial e à política de domínio dos senhores. Entre as aspirações dos escravos possivelmente os laços parentais interessavam como parte de uma estratégia de sobrevivência e como possibilidade, ainda que pequena, de autonomia. Pode ter servido ainda, como argumentou R. Slenes, para a formação de uma identidade, antagônica a dos

⁹⁶ LIMA, C. A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro ...

senhores, à medida que experiências, valores e memórias eram compartilhados para a criação da comunidade escrava⁹⁷. A consolidação desta comunidade, por sua vez, requeria que normas e regras fossem compartilhadas e respeitadas por todos os membros; há poucas dúvidas, neste aspecto, que a opção pela vivência em família contava muito entre as normas de convívio.

É importante frisar, por fim, que a atividade produtiva dos fogos também interferiu nas chances conjugais dos escravos. O caráter sazonal de algumas atividades brindava os escravos com tempo livre normalmente usado em suas convivências sociais. As unidades que praticavam a agricultura e a criação de gado simultaneamente ampliavam a parcela de tempo livre porque combinavam a possibilidade de roças de subsistência e a sazonalidade favorável do gado. Tudo teria afetado fortemente as sociabilidades porque tornava mais frequentes as ocasiões de aproximação e contato, situações estas propícias aos laços conjugais.

Conclui-se, finalmente, que apesar da escravidão no Paraná ter passado por significativas mudanças na década de 1830, tanto senhores quanto escravos estavam convencidos da relevância da família. Para os primeiros, os laços de parentesco faziam parte de uma política de domínio capaz de prover controle e incremento de suas unidades. Numa economia não-exportadora e com recursos limitados tudo se justificava quando a questão em jogo era tornar-se ou manter-se como escravista. Para os escravos, a família possivelmente figurava como estratégia de sobrevivência, dispositivo de integração social e espaço, através do qual, poderiam gozar de um mínimo de autonomia. As condições de vida colocadas pela escravidão talvez se tornassem menos dura, caso contassem com companheiros e aliados para dividir as preocupações rotineiras.

A interação diária que se criava entre senhores e escravos, não se pode esquecer, dependeu muito dos padrões da economia. A produção de abastecimento de Castro foi fundamental para determinar os contornos da escravidão e da família na região. Não restam dúvidas de que pesquisas adicionais deverão ser praticadas a fim de que se conheçam mais sobre as implicações das economias não-exportadoras sobre as convivências escravas e

⁹⁷ SLENES, *Na senzala, uma flor...*, p. 43-53.

especialmente sobre suas práticas familiares. O que podemos destacar por meio dos resultados desta pesquisa, contudo, é que mesmo desligada do mercado agroexportador, ou exatamente por esta razão, os escravos não estavam fadados à instabilidade e à falta de nexos. Quando buscavam companheiros obedecendo alguns critérios de seleção (cor, idade, sexo e procedência) manifestavam preferências e vontades de encaminhar suas vidas segundo normas de convívio. Algumas vezes chegavam mesmo a ser ajudados pelas condições de seus domicílios – destacamos aqui os fogos que combinavam a pecuária e agricultura; todavia, a alta participação dos alguma vez casados, mesmo nos lugares mais adversos, sugere que obstáculos tendiam a ser vencidos. As relações de parentesco, enfim, podem ter representado um fator de adaptação capaz de garantir a sobrevivência e tornar as convivências um pouco menos instáveis no cativeiro.

Capítulo 2

Análise da Família Escrava Segundo uma Abordagem Processual, Castro 1824 e 1835

A vivência familiar, como sugerimos anteriormente, certamente fazia parte das estratégias adotadas por senhores e escravos, cada qual a sua maneira, para garantir suas sobrevivências no sistema escravista. Em ambientes mais favoráveis às convivências sociais, como nas unidades marcadas por ritmos sazonais de produção, as uniões escravas foram mais freqüentes. O grau de autonomia conquistado por aqueles que optavam pela vida familiar dependia também da interação diária que os escravos mantinham entre si e com seus senhores. Como veremos, o ciclo de vida dos proprietários e a trajetória da comunidade escrava (sobretudo quanto ao tempo das convivências entre os cativos), contavam sobremaneira na efetivação de uma sociabilidade razoavelmente estável, imprescindível para a efetivação e manutenção dos laços parentais que se criavam no cativeiro.

Sobre esta questão, é interessante destacar o regime paternalista apresentado por E. Genovese que se formou durante os anos de escravidão no Velho Sul dos Estados Unidos (período anterior à Guerra de Secessão)⁹⁸; o autor argumenta que uma espécie de interação criou-se entre os senhores e seus

⁹⁸ GENOVESE, E. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra, 1988.

submetidos, contribuindo para a efetivação de acordos acessíveis a todos os envolvidos. Tratava-se de aproximações onde uma parte se via obrigada a fazer concessões frente às demandas e exigências da outra. É a esta constante troca e adequações de valores que o autor denominou de *regime paternalista*. Era um sistema que tanto legitimava o trabalho compulsório, pela proteção que os senhores davam aos cativos, como também afrouxava certos laços da escravidão à medida que os senhores se viam obrigados a reconhecerem a natureza humana de seus escravos diante das relações conflituosas que se criavam entre os dois grupos. Abria algumas “brechas” àqueles submetidos à escravidão que sabiam, por sua vez, valer-se de certas situações capazes de ampliar seu meios de autonomia no cativeiro.

É importante frisar, no entanto, que a sociedade paternalista que se criou no Velho Sul não tinha nada a ver com benevolência dos senhores. Ela surgiu, na verdade, da necessidade de consolidar a *hegemonia* dos senhores que, ávidos por disciplinar sua força de trabalho e legitimar moralmente um sistema de exploração⁹⁹, faziam algumas concessões que ajudavam a definir o trabalho involuntário como legítima retribuição à proteção que os escravos recebiam. Seriam estes estreitos contatos que, na visão do autor, tornavam os cativos dependentes de seus donos para receber ^{certos} favores que, por sua vez, deveriam ser pagos em forma de serviços e obediência constantes.

Justamente neste aspecto que Genovese difere de Herbert Gutman. Enquanto o primeiro defende que a análise da família escrava parte necessariamente da compreensão da relação senhor-escravo, Gutman sustenta a existência de uma cultura reservada apenas aos negros que, no âmbito do cativeiro, desenvolviam suas tradições independente da vontade ou ação dos senhores. A vida familiar dos escravos, exemplifica, envolvia uma rede de parentesco (como a relação de compadrio e a escolha dos nomes das crianças, entre outras) que quase sempre não foi percebida ou detectada por seus donos. Assim como existia um mundo reservado aos brancos, com sua cultura incontestavelmente dominante, havia também um mundo reservado apenas aos

⁹⁹ Ibid., p. 22.

cativos. Suas uniões familiares, neste sentido, não eram criações ou cópias dos brancos¹⁰⁰, mas faziam parte dos valores e das tradições dos próprios escravos.

Gutman reforça que até mesmo os senhores mais atentos não perceberam que crenças e práticas culturais caracterizavam a vida familiar dos escravos. Apesar do poder que exerciam sobre a manutenção ou término das uniões familiares, não constataram que muitos escravos viveram uma vida em comum durante longos anos. No Condado de Rockbridge na Virgínia, por exemplo, concluiu que muitos casais com 40 anos ou mais viveram juntos por muito tempo: “(...) três em cada quatro permaneceram juntos pelo menos 10 anos; dois em cada três pelo menos 20 anos e pouco mais de um, em cinco casais, viveram unidos pelo menos 30 anos”¹⁰¹, ou seja, as uniões familiares entre escravos não foram apenas freqüentes mais também duradouras, sendo raríssimas as vezes que senhores constataram tal realidade.

O mundo reservado aos negros, assim, diferente do que afirma Genovese, prosperava independente de negociações seladas com seus donos. Criticando o “compromisso paternalista” deste autor, Gutman declara que os senhores não conseguiram transformar seus poderes em autoridade¹⁰², uma vez que as regras e os comportamentos familiares dos cativos não foram necessariamente afetados e determinados pela interação cultural com seus donos, mas tiveram origem dentro das experiências dos próprios escravos.

Queremos crer, contudo, que esses dois modelos não necessariamente precisam ser excludentes. Ao mesmo tempo em que os escravos teriam criado laços horizontais e uma vida relativamente livre da vontade dos senhores, certamente dependiam destes para aliviar o fardo da escravidão. Como afirmou Metcalf “(...) os escravos viveram nos grandes domicílios hierarquizados de seus proprietários e desenvolveram laços complexos, íntimos e interdependentes com os senhores. Entretanto, isso não impediu o desenvolvimento de famílias,

¹⁰⁰ GUTMAN, H. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York: Pantheon, 1976. p. 326.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 12.

¹⁰² *Ibid.*, p. 316-317.

*amizades e de uma cultura independentemente da classe senhorial*¹⁰³, ou seja, assim como os senhores não podiam controlar em absoluto a vida de seus escravos, estes também não podiam negar a escravidão e a autoridade de seus donos. Gutman certamente não se engana ao insistir que práticas e valores culturais respeitados e reconhecidos no cativeiro, especialmente quanto à efetivação dos laços parentais, não eram simples reprodução da cultura senhorial; o fato das crianças normalmente receberem os nomes de tios, tias ou avós e a recusa em desposar primos consangüíneos, por exemplo, revelam que normas de convivência social eram seguidas e valorizadas; boa parte destes valores, segundo o autor, pertencia a uma bagagem de experiências dos próprios escravos deixando de ser, desta forma, uma imitação direta da cultura branca dominante. Por outro lado, não se pode negar, como quer Genovese, que contatos diários moldavam, de certa forma, o convívio entre senhores e escravos. A exploração do trabalho compulsório (defendida pelos senhores) e a conquista de algumas concessões capazes de prover autonomia, suavizando o fardo da escravidão (desejo maior dos escravos), só poderiam ser mantidas mediante mecanismos que contemplassem os dois lados. Não há dúvidas de que o equilíbrio de poder foi extremamente desigual a favor dos senhores. Contudo, o simples fato dos escravistas reconhecerem a natureza humana de seus submetidos, bem como a consciência de que dependiam do trabalho de seus cativos¹⁰⁴, deu a estes últimos a oportunidade de resistência à escravidão, levando-os a pressionar seus donos por concessões. Nestas condições, enfim, teriam garantido a sobrevivência de suas crenças e tradições (que não eram cópias da cultura branca, como bem demonstrou Gutman) mediante acordos e negociações que, na visão de Genovese, serviam para tornar a relação senhor/escravo menos instável. Toda

¹⁰³ METCALF, Alida. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Econômicos*, v. 17 (02): 229-243, MAIO/AGO. 1987.

¹⁰⁴ GENOVESE, op. cit., p. 123. Refere-se que, a partir deste momento, ocorre uma transformação da doutrina de propriedade e da vontade absoluta dos senhores numa doutrina de reciprocidade, na qual os escravos deveriam cumprir seus deveres e obedecer as ordens de seus donos em troca de proteção e algumas conquistas imprescindíveis para ampliar os espaços de autonomia no cativeiro.

esta realidade sem dúvidas teria contribuído, como veremos, para garantir a efetivação e a manutenção dos laços familiares durante a escravidão.

Privilegiando as realidades econômicas e demográficas de vastas *plantations* da América Central, Barry Higman aponta alguns fatores que também teriam determinado os contornos das famílias escravas. A instabilidade do tráfico negreiro (importação constante de escravos, normalmente adultos e do sexo masculino) e as condições de vida colocadas pelos senhores (comida insuficiente, trabalho excessivo e brutalidade física) teriam dificultado a efetivação de famílias, apesar de não tê-las destruído. Os desequilíbrios por sexo, o ritmo intenso de produção, o descaso dos senhores, que atribuíam o lento crescimento da população à promiscuidade inerente dos próprios cativos, entre outros, são alguns dos fatores internos que, segundo Higman, afetavam grandemente a estrutura familiar dos escravos¹⁰⁵. Agregado a estas condições,, aponta também fatores externos (com destaque a antiguidade de ocupação da região) como relevantes para se compreender a consolidação das uniões no cativo. Afirma que existia uma íntima relação entre efetivação de famílias e os fatores econômicos e demográficos externos¹⁰⁶. Ao comparar três colônias do Caribe que estavam em diferentes fases de desenvolvimento econômico e demográfico – Barbados, Jamaica e Trinidad – exemplifica informando que 80% dos escravos em Barbados viviam em família em contraste a 53% dos cativos de Trinidad. A antiguidade de Barbados na produção do açúcar teria contribuído para equilibrar demograficamente a população de escravos beneficiando, em consequência, a formação de famílias. Enquanto a Jamaica apresentava uma situação intermediária de desenvolvimento, Trinidad caracterizava-se por apresentar inúmeras pequenas propriedades escravistas, altas taxas de

¹⁰⁵ HIGMAN, B. *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p.133-134. Citando Curtin, que propôs um modelo dinâmico de desenvolvimento econômico-demográfico das propriedades escravas no Novo Mundo, informa a existência de uma curiosa relação entre comércio de escravos e mudanças demográficas. Onde o crescimento econômico era muito rápido, o excesso de mortes sobre os nascimentos tendeu a ser bastante severo. Por outro lado, as colônias sem crescimento tão notável começaram a importar menos escravos podendo, desta forma, alcançar taxas favoráveis de crescimento na população, ou seja, o tráfico negreiro teve grande impacto sobre o aspecto demográfico da população escrava comprometendo, em consequência, a própria estrutura familiar dos cativos.

masculinidade e elevada presença de africanos¹⁰⁷, fatores estes que teriam comprometido seriamente a efetivação dos laços parentais. Sugere, enfim, a existência de uma relação direta entre níveis de desenvolvimento econômico e estabilidade das famílias escravas¹⁰⁸.

Seguindo o raciocínio de Higman, é possível imaginar que a vida familiar dos escravos era bastante afetada pelos acontecimentos na vida de seus senhores. A riqueza acumulada ao longo dos anos, bem como o próprio ciclo de vida dos proprietários, fazia diferença na formação e durabilidade das famílias. Pequenas escravarias, como vimos, abrigavam poucos casados ou viúvos devido às limitações na escolha de cônjuges. As maiores posses, por outro lado, pertencentes a ricos senhores, abrigavam também parcela expressiva daqueles que já haviam conhecido o casamento. Desta forma, o ciclo familiar dos cativos dependia impreterivelmente “(...) das características dos senhores – do seu grau de riqueza e de como suas famílias se modificavam ao longo do tempo”¹⁰⁹. As áreas com alto nível de desenvolvimento na produção do açúcar, como Barbados, propiciavam tempo e espaço acessível para que as propriedades escravistas atingissem estabilidade econômica e financeira. A representatividade de famílias escravas aumentava diante das possibilidades mais abertas às convivências sociais que eram favorecidas, por sua vez, pela maturidade empresarial de seus donos.

Neste sentido, são relevantes, ainda, as considerações de Gutman sobre o ciclo de vida dos senhores afetando as famílias escravas porque significava progressivo aumento de sua estabilidade e do *tempo de convivência* entre os cativos. Trata-se, especificamente, do modelo cíclico de destruição, construção e dispersão da família escrava. Esse movimento, segundo o autor, acompanhava as etapas de vida e das atividades produtivas dos proprietários de pequeno porte que, ao iniciar suas vidas adultas, trabalhavam na formação de sua força de trabalho (período este em que ocorria a destruição dos laços familiares entre

¹⁰⁷ HIGMAN, B. *The Slave Family and Household in the British West Indies, 1800-1834*. *Journal of interdisciplinary History* 6: 261-287, 1975. p. 263-264.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 136.

¹⁰⁹ METCALF, *Vida familiar dos escravos em São Paulo ...*, 231.

escravos, uma vez que estes eram adquiridos sobretudo pela compra ou como dotes de casamento); conforme iam se estruturando (meia idade do proprietário), estes laços tendiam a se recompor e se desenvolviam grandemente até que passavam por mais uma etapa de destruição quando da morte do senhor, momento em que ocorria a dispersão da força de trabalho¹¹⁰ e a desintegração dos arranjos familiares.

A acumulação de riquezas e recursos por parte dos senhores de Castro no decorrer dos anos também teve impacto sobre a organização familiar nas escravarias. Como demonstramos no Capítulo I, eram sobretudo os proprietários casados ou viúvos que monopolizavam recursos para elevar suas posses recorrendo ao mercado. Os senhores mais jovens, em especial os solteiros, quase não tiveram condições para adquirir escravos pela compra. Assim como as mulheres e os escravistas de cor, não lhes restavam outras soluções senão a de estimular as uniões familiares e explorar os potenciais de auto-reprodução com vistas a incrementar o volume de escravos possuídos. O ciclo de vida dos proprietários, à medida que dava acesso a acumulação de riquezas, tornava a realidade da escravaria mais favorável às convivências sociais por que os senhores tendiam a concentrar mais cativos ao longo dos anos. Posses mais estáveis, assim, eram menos abaladas por conjunturas externas derivadas do mercado e do tráfico de escravos, estimulando fortemente as sociabilidades. Todo este contexto, ao ampliar o tempo de convívio dos escravos, contribuía para propagar as relações parentais e as famílias escravas tinham maiores chances de permanecerem unidas. É por esta razão que propomos, nesta pesquisa, que a abordagem processual pode dar acesso ao impacto das estratégias dos senhores quanto à família escrava de acordo com o ciclo de vida destes mesmos senhores. Mas pode dar acesso também ao impacto, sobre as famílias escravas, da temporalidade da própria comunidade; em outros termos, ao tempo de convivência e ao processo de formação dos laços comunitários.

Para acompanhar o ciclo de vida dos proprietários interferindo na efetivação de famílias, optamos por fazer uso dos censos de três diferentes anos –

¹¹⁰ GUTMAN, *The black family ...*, p. 137-143.

1824, 1829 e 1835 – como forma de identificar alguns domicílios e analisar o comportamento matrimonial de seus escravos no tempo¹¹¹. É importante frisar que, ao longo deste capítulo, estaremos combinando as análises transversal e longitudinal. Considerando que as duas têm limites¹¹², a idéia é confrontar os resultados de ambas para saber se eles sugerem as mesmas pistas acerca do ciclo de vida dos senhores afetando a efetivação de famílias escravas. Como veremos no transcorrer do trabalho, mesmo que os números tenham sido diferentes em uma e outra análise, efetivamente apontavam na mesma direção, comprovando que as uniões entre cativos eram freqüentes e duradouras quanto mais estáveis eram as escravarias, o que normalmente coincidia com a maturidade etária e empresarial dos senhores.

2.1) Sobre a Expansão das Posses e o Ciclo de Vida dos Senhores

Há indícios de que a idade dos senhores foi determinante no processo de ampliação das posses no decurso dos anos. Em pouco mais de 10 anos observamos que muitos escravistas da região aumentaram o volume de cativos sob seu poder. Dentre os 63 senhores selecionados para a elaboração das amostras, constatamos um incremento de 56 %¹¹³ no volume de escravos possuídos entre 1824-1835, especialmente entre os proprietários que, em 1824, tinham idades entre 20 – 39 anos (Ver Tabela 1A – pág. 86).

¹¹¹ Deve-se destacar que dos 63 escravistas selecionados em 1824, nem todos puderam ser identificados, com segurança, nas listas de 1829. Alguns dados deste censo foram incluídos baseados em conjeturas razoáveis sobre o que foi possível ler, sobretudo aqueles referentes a cor e idade dos cativos. Tivemos o cuidado de fazer uso apenas daquelas informações cujos dados não discrepavam das de outras listas. De qualquer forma, todos os selecionados nas listas de 1824 foram identificados nos censos de 1835.

¹¹² A longitudinal tem a desvantagem de referir-se a um pequeno número de casos podendo, assim, conduzir a uma falsa impressão da realidade. A transversal, por outro lado, peca por tratar a situação de classes etárias num dado momento como se fosse experiências de coortes; além disso tende a ignorar os efeitos das mudanças de conjunturas desconsiderando os efeitos de situações de impacto, como os períodos de crise, com possível repercussão sobre os estados das posses. É neste sentido, pois, que optamos por conciliar as duas análises atentando se os seus resultados revelam as mesmas tendências nas escravarias de Castro no intervalo de 1824-1835.

¹¹³ No primeiro ano, todos os 63 senhores reuniam em suas mãos cerca de 377 escravos; onze anos mais tarde este número saltaria para 588 cativos.

Para compreender este crescimento da população cativa de Castro entre 1824-1835 faz-se necessário, antes de qualquer questão, realizar algumas considerações sobre o tráfico negreiro para o Brasil, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX; é importante questionar que tipos de impacto as oscilações do tráfico tiveram sobre a escravidão do Paraná e, no caso específico desta pesquisa, na efetivação de famílias em Castro.

O tráfico de escravos para o Brasil, portanto, já no século XVIII, organizou-se a partir do porto do Rio de Janeiro e, desta região, muitos escravos foram enviados para outros centros dinâmicos da economia, especialmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A descoberta de depósitos aluviais de ouro e diamantes em Minas fez com que a demanda por escravos atingisse altíssimas proporções, ao mesmo tempo em que impulsionou a economia dos Estados vizinhos, com destaque à pastagem no Rio Grande do Sul e à produção de alimentos em São Paulo que abastecia o mercado mineiro¹¹⁴. Este contexto teria contribuído para disseminar a escravidão a todos os setores da economia colonial; inclusive nos chamados Campos Gerais, onde as atividades ligadas ao tratamento do gado nas fazendas cada vez mais eram sustentadas pelo trabalho de escravos. Além do crescimento da mineração, Klein informa que a revitalização da indústria açucareira no nordeste fez com que a economia colonial brasileira crescesse muito na segunda metade do século XVIII, tornando a demanda por escravos ainda mais urgente frente ao aumento contínuo da produção. A Revolução Francesa e os conflitos no Haiti contribuíram para que a economia açucareira no Brasil se expandisse ainda mais superando, posteriormente, o declínio da economia de mineração em Minas Gerais que passou a diversificar, já no século XIX, sua produção agrícola para suprir o mercado local. Neste momento,

(...) o Brasil detinha a maior concentração individual de escravos africanos e crioulos de qualquer colônia da América (...) e a vitalidade da economia brasileira era tal que novos produtos eram desenvolvidos, novas regiões eram abertas, e eram criados vivos mercados internos. Tudo isso garantia o não cessamento do fluxo de escravos¹¹⁵.

¹¹⁴ KLEIN, H. *A escravidão africana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 82-97.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 97.

No início do século XIX, o desembarque de escravos continuou acentuado. Fortes declínios ocorreram somente diante da tentativa do governo de controlar o comércio de escravos, sobretudo quando da primeira proibição do tráfico, em 1831, o que acarretou uma queda abrupta dos desembarques na primeira metade da década de 1830. Quanto a isto, Klein apresenta estimativas dos africanos desembarcados no Brasil entre 1781-1855. Enquanto no intervalo de 1826-1830 o desembarque total foi de 250.200 escravos, entre 1831-1835 foi de apenas 93.700¹¹⁶, queda esta bastante substancial causada pelas pressões inglesas pelo fim do tráfico. No entanto, já nos anos seguintes recupera seu alto fluxo de desembarques para, no início da década de 1850, escassear-se diante da extinção definitiva do comércio de escravos.

Tal realidade certamente teve efeitos no processo de aquisição de escravos no Paraná e, em consequência, também em Castro. A redução das importações dos africanos para o Brasil entre 1831-1835, como informou Klein, possivelmente contribuiu para encarecer o seu preço, dificultando ainda mais a aquisição de novos escravos. No Paraná, o próprio Gutiérrez já nos informou que os proprietários paranaenses estavam longe de representar um mercado sólido com respeito à demanda de escravos, tendo em vista seus poucos recursos¹¹⁷, e que o crescimento da população cativa, nas três primeiras décadas do século XIX, possivelmente não tenha sido fruto de importações de africanos.

Estendendo o período trabalhado por Gutiérrez, no entanto, que vai até 1830, constatamos, já no Capítulo I, um crescimento no volume total de escravos de Castro em meados desta década, em especial os de origem africana. Investigando a evolução do contingente escravo em Castro, neste aspecto, Carlos Lima comprovou que a proporção de africanos entre os adultos no período de 1824-1835 tendeu a dobrar¹¹⁸. Notou que todas as faixas de tamanho de plantel

¹¹⁶ KLEIN, H. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. In: *Estudos Econômicos*. 17(2): 129-149, MAIO/AGO., 1987., p. 133.

¹¹⁷ GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo. V.8 nº 16, p. 162, MARÇO/AGO, 1988.

¹¹⁸ LIMA, C. A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas. In: V CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Anais. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.

expandiram a parcela africana possuída e que, a maior africanidade nos domicílios, alterou o equilíbrio por sexo constatado por Gutiérrez até 1830. Seus estudos revelaram que os proprietários tiveram acesso ao mercado de africanos em Castro a partir de 1831, justamente num momento de retração dos desembarques de escravos no Brasil.

O recurso para a aquisição de africanos em meados de 1830 foi sugerido como derivado dos mecanismos de comercialização em processo de expansão nesta época. Como demonstrou Klein, esta foi a década marcada pela chegada em Sorocaba de grande volume de animais vindos do Sul superando os anos antecedentes¹¹⁹; em outros termos, a conjuntura foi bastante favorável ao alargamento das posses de escravos a partir do início da década devido os recursos derivados da comercialização de animais. Tudo isto sugere alterações nos padrões de posse no intervalo 1824-1835, permitindo que não apenas os ricos senhores de Castro, como era de se supor, tivessem acesso a expansão de suas posses via mercado. A aquisição de novos cativos entre 1824-1835 teria contribuído para que pequenos escravistas fossem promovidos a médios e grandes proprietários¹²⁰. É o caso, por exemplo, do “soldado aventureiro” (como apareceu nos censos de 1824) Manoel Batista Ribeiro, branco de 32 anos, casado com Ana de Jesus e pai de 8 filhos. Tendo em vista sua pouca idade e a condição de seu ofício, que dispensava trabalho escravo, Manoel contava, neste ano, com apenas uma escrava de 12 anos em sua propriedade. Sabendo que em 1829 já negociava animais e cultivava milho, arroz e feijão, é justificável seu interesse em ampliar sua força de trabalho. Neste ano, conquistou 5 cativos entre os quais os negros africanos Joaquim e Antônio com 25 e 24 anos, respectivamente. Após perder dois escravos coloniais, o pardo João (15) e a negra Felisberta (31), que não constam mais nos censos de 1835, aparece neste ano com uma escravaria composta por 8 cativos sendo que, além dos já mencionados Joaquim e Antônio,

¹¹⁹ KLEIN, H. A oferta de muares no Brasil Central: O mercado se Sorocaba, 1825-1880. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. 2, p.347-372, Maio-Agosto.1989. p. 356.

¹²⁰ Dos 63 senhores selecionados constatou-se que 88,9% deles mantiveram ou ampliaram suas escravarias no decurso dos anos; boa parte destes escravistas, como veremos, buscava no mercado recursos necessários para elevar o volume de escravos possuídos, sobretudo pelo estímulo que novos escravos davam a reprodução natural (Ver Anexo Tabela B).

o aumento ocorreu pela compra de 4 novos africanos; ou seja, $\frac{3}{4}$ dos escravos de Manoel Batista eram, em 1835, cativos não coloniais.

É importante destacar que não apenas os senhores brancos tiveram condições de ampliar suas posses. Mesmo considerando seus inúmeros obstáculos de acesso ao mercado, como discutimos no capítulo anterior, também os proprietários de cor buscavam meios para superar suas limitações sociais e econômicas e tornarem-se senhores de escravos, mesmo que quase sempre pequenos. Valemo-nos, mais uma vez aqui, do exemplo de Jerônimo Xavier de Lima, único escravista de cor com 10 escravos e que, em 1824, já contava com 62 anos de idade. Casado com a parda Maria de 43 anos, Jerônimo ganhava a vida negociando animais e plantando milho e feijão, tarefas estas que contava com a ajuda de apenas 7 escravos em 1824. Onze anos mais tarde, sua escravaria sofreria um incremento devido ao nascimento de duas crianças, Pedro de 5 anos e Lião de 9, e pela compra da escrava parda Vicência de 39 anos de idade.

O crescimento das posses de Jerônimo Xavier deveu-se sobretudo à reprodução natural, mas também ao mercado. É verdade que as barreiras enfrentadas por Jerônimo para ter acesso a novos recursos eram muitos maiores que as encaradas por Manoel Batista Ribeiro. Mesmo desenvolvendo a agricultura e negociando animais, não adquiriu africanos no mercado possivelmente por que suas condições financeiras eram limitadas¹²¹. É interessante notar, no entanto, que o que Jerônimo adquiriu no mercado de escravos não foi mão-de-obra produtiva, representada por homens em idade adulta; o que buscou, consciente ou não de suas limitações, foi mais capacidade de reprodução natural: *uma mulher em idade fértil*.

¹²¹ FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Florentino revela que, entre 1790-1830, quase sempre os africanos custavam mais que os escravos coloniais e que, apesar da diferença percentual entre os preços de homens e mulheres não ter sido tão grande, os primeiros eram mais caros. Em 1830, porém, adquirir um escravo crioulo exigia mais recursos que a compra de um africano; enquanto este custava 365\$000 réis o preço do crioulo era de 436\$000. Sabendo que as mulheres exigiam menos recursos, justifica-se talvez o por que Jerônimo tenha preferido adquirir uma mulher no mercado, cujo preço era em média 360\$000 (Ver Apêndice 5, p. 220).

Tanto o exemplo de Jerônimo Xavier quanto o de Manoel Batista Ribeiro, o último caso mais que o primeiro, informam que Castro, ainda que desvinculada da economia agroexportadora, teve condições para a aquisição de cativos no mercado, inclusive comprando africanos. Como vimos, a partir de 1831, a possibilidade de que o Paraná adquirisse africanos em seus próprios portos cresceu muito. De acordo com Cecília Westphalen, não foram poucos os documentos que deixaram transparecer tal possibilidade:

Testamentos, inventários, processos-crime, devassas, registros paroquiais estão repletos de referências à presença de escravos no litoral do Paraná. Houve até mesmo desde o século XVIII denúncias de que o Porto de Paranaguá era ponto de recepção de escravos contrabandeados. Essas denúncias tornaram-se mais frequentes após a Lei de 27 de novembro de 1831, regulamentada pelo Decreto de 12 de abril de 1832¹²².

Deve-se destacar, todavia, que as hipóteses de crescimento propostas por Gutiérrez também continuam relevantes nesta década. O incremento de escravos, segundo ele, pode ter ocorrido pela imigração de senhores de regiões vizinhas, trazendo consigo toda sua escravaria, pela compra de cativos vindos do Rio de Janeiro por mãos de traficantes e tropeiros, que aproveitavam suas viagens para comercializar escravos ou, ainda, hipótese esta bastante plausível, pela reprodução natural das escravarias paranaenses que, por apresentarem características demográficas equilibradas, estimulavam a formação de famílias naturalmente geradoras de novos escravos.

Vale frisar, como sugerimos anteriormente, que os meios de expansão das posses não estavam reservados apenas aos grandes escravistas. Proprietários com poucos escravos, como Manoel Ribeiro em 1824, também tinham oportunidades de ampliar o volume de escravos possuídos recorrendo ao mercado. A trajetória da posse de escravos segundo a idade dos senhores, representada na Tabela 1A (pág. 86), comprova bem o que acabamos de elucidar. Nota-se de imediato que, independente da idade, os proprietários expandiram suas posses entre 1824-1835. O restrito acesso que os jovens tinham ao mercado pôde ser comprovado quando

¹²² WESTPHALEN, Cecília Maria. *Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná?*, p. 42.

constatou-se que nenhum dos proprietários de 1824 com menos de 40 anos era senhor de 10 ou mais escravos. Contudo, mesmo jovens e com poucos escravos, tiveram condições de crescimento entre uma data e outra. Houve um extraordinário incremento de 90,7% sobre o volume inicial de escravos. Proprietários situados em faixas etárias maiores e donos de pequenas escravarias também apresentaram boas condições de crescimento de suas posses¹²³. Mas nada comparado ao poder de incremento alcançado pelos jovens senhores de escravos que estavam iniciando a formação de sua força produtiva. Sendo a acumulação de riquezas, no decurso dos anos, um dos fatores determinantes para a expansão das posses, por que razão os senhores mais velhos teriam apresentado um desempenho menos significativo que os proprietários de menor idade? Que tipo de impacto o ciclo de vida destes escravistas exerceu sobre suas estratégias direcionadas a multiplicar o volume de escravos possuídos sob seu poder?!

As informações contidas na Tabela O (em anexo), que expõe o número de escravos possuídos pelos escravistas em 1824 e 1835, sinalizam algumas pistas que apontam para uma diferenciação interna do grupo dos senhores segundo seus ciclos de vida. Na passagem de 1824 para 1835, como informamos, todos os senhores que tinham menos de 40 anos, no ponto de partida, aumentaram ou mantiveram suas posses. O mesmo, todavia, não ocorreu com os mais velhos. Aqueles que, em 1824, tinham 40 ou mais anos tiveram desempenho diferente. Muitos deles expandiram suas posses. Outros, no entanto, tiveram suas propriedades escravas reduzidas, sugerindo que a posse de escravos estava intimamente ligada ao ciclo de vida destes proprietários. Até a meia idade, havia uma subida segura no volume de cativos possuídos ligada ao fato de que os senhores estavam em plena fase de acumulação. Após os 40, no entanto, as trajetórias começavam a diferenciar-se. Alguns senhores entravam em uma fase descendente do ciclo ao perderem parcela significativa de suas escravarias.

¹²³ Considerando o tamanho médio das escravarias, constata-se que os proprietários mais abastados não apresentaram desempenho tão expressivo quanto os mais jovens escravistas. A média de escravos dos senhores com 20 a 39 anos passou de 2,4 para 4,5, ou seja, aumentaram suas posses médias em 88% no decurso dos anos. A evolução da média dos pequenos escravistas com 40 anos ou + também foi significativa: 73%; apenas os ricos proprietários não apresentaram desempenho semelhante: 35%.

TABELA 1 A - TRAJETÓRIA PELA POSSE DE ESCRAVOS DE SENHORES BRANCOS DO SEXO MASCULINO, CASTRO 1824-1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
N= 18 proprietários	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de escravos	43	82
Tamanho médio das escravarias	2,4	4,5
OBS: Não foram encontrados em 1824 proprietários entre 20 e 39 anos com mais de 10 escravos.		
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
N= 37 proprietários	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de escravos	145	250
Tamanho médio das escravarias	3,9	6,75
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
N= 8 proprietários	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de escravos	189	256
Tamanho médio das escravarias	23,6	32,0

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Castro

Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR)

Nota: Somente os 63 senhores selecionados para a amostra.

É possível que esta perda de escravos estivesse ligada ao caráter camponês de algumas unidades produtivas de Castro. Quanto a esta questão, são relevantes as considerações de Hebe Mattos sobre o município fluminense de Capivary para o qual desenvolve o conceito de camponês no contexto histórico do Brasil no século XIX¹²⁴. A autora, na verdade, realiza uma aproximação entre campesinato e escravidão, chamando a atenção para os níveis de produtividade que uma família camponesa podia atingir em determinados períodos de seu desenvolvimento. As pequenas posses de escravos seriam famílias camponesas, baseadas no trabalho familiar, complementando parcialmente sua força de trabalho com escravos, mas permanecendo camponesas. As unidades que combinavam este tipo específico de trabalho executavam um ciclo porque se baseavam no trabalho familiar. No começo da vida produziam muito pouco porque não tinham filhos, ou estes ainda eram pequenos. Os rendimentos tendiam a ir subindo, pois, passavam a contar cada vez mais com braços para trabalhar. O auge dos rendimentos de suas unidades estava ligado ao fato de que chegavam a

¹²⁴ MATTOS, Hebe Maria. "Campeinato e escravidão". In: SILVA, F. C.; MATTOS, H. M.; FRAGOSO, J. (org.). História e Educação. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

um momento de suas trajetórias no qual dispunham de um máximo de trabalho familiar, com muitos filhos, dos quais muitos eram jovens produtivos. Quando os filhos começavam a abandonar a família de origem para formar suas próprias unidades, iniciando seus próprios ciclos, os rendimentos começavam a cair. A relação entre camponato e escravidão, por sua vez, ligava-se a que muitos camponeses aproveitavam o momento de auge dos rendimentos para adquirir um escravo ou pouco mais que isso¹²⁵, amenizando a fase descendente do ciclo. A tendência que nossos dados apontam, pois, é que tenha havido dois tipos de senhores em Castro. Uns não eram camponeses (identificados aqui como os maiores escravistas) e acumulavam continuamente vivendo à custa do trabalho exclusivo dos escravos. Outros eram camponeses que possivelmente deram o passo descrito acima e, aproveitando-se do auge do ciclo, adquiriram escravos, mesmo que a tônica da unidade produtiva continuasse sendo dada pelo trabalho familiar. Todavia, na fase descendente do ciclo, o trabalho começava a diminuir, pois, embora se tivesse adquirido escravos, a falta do trabalho dos filhos contribuía para reduzir os rendimentos. Isso implicava dificuldades para comprar mais escravos, ou mesmo manter os números de escravos conquistados no auge do ciclo, o que talvez explique os prejuízos apresentados por alguns destes senhores entre 1824-1835.

A maioria dos proprietários, no entanto, apresentaram bom desempenho no incremento de suas posses no decurso dos anos. A expansão das escravarias atingida pelos 63 senhores selecionados acompanhou a trajetória da comunidade escravista de Castro. Praticamente todas as faixas etárias consideradas na Tabela 1B (pág. 88) ampliaram o volume de escravos possuídos entre uma data e outra. É bastante visível que a concentração nos plantéis acompanhava o ciclo de vida dos proprietários; quanto mais estes avançavam em idade mais oportunidades de acumulação adquiriam, embora nem sempre esta regra se aplicava a todos os escravistas. Como sugerimos, mesmo os senhores com 40 anos ou mais, em 1824, tiveram suas unidades reduzidas porque talvez a tônica de suas unidades produtivas tenha sido dada pelo trabalho familiar complementado pelo trabalho

¹²⁵ Ibid., p. 339.

de alguns poucos cativos. Quando seus filhos partiam, inevitavelmente passavam pela fase descendente do ciclo e seus rendimentos diminuía dificultando, em contrapartida, a aquisição e mesmo a manutenção dos escravos possuídos. Isso significa que o ciclo de vida implicava um avanço na diferenciação interna do grupo dos senhores de escravos¹²⁶. Era ao final de suas vidas, enfim, que tendiam a se diferenciar mais estritamente.

TABELA 1-B- NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS POR SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO, 1824 - 1835

Estado em 1824					
10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou + anos
2,7	2,4	2,4	5,1	7,2	7,7
Estado em 1835					
10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 ou + anos
18*	3,6	4,2	4,7	8,0	8,7

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Todos os escravistas de 1824 e 1835.

(*) Deve-se ao registro de um escravista com 18 anos de idade e dono de 35 cativos, sugerindo herança como fonte de aquisição de escravos. Além dele, outro foi encontrado, nesta mesma faixa etária, com apenas um cativo.

Dentro deste ciclo, o desempenho na fase inicial de formação da força produtiva era decisivo para garantir a sobrevivência dos proprietários como senhores de escravos. Para que a etapa de acumulação de suas vidas fosse segura precisavam fazer uso dos recursos disponíveis para tornar a aquisição de escravos um empreendimento garantido. Como sugeriu o caso da propriedade de Jerônimo Xavier, nem sempre o mercado apresentava-se como recurso mais viável e acessível a todos os escravistas. É possível que outras formas tenham sido empregadas como alternativas àqueles com poucos recursos acumulativos, normalmente representados pelos pequenos senhores.

Olhando as coisas mais de perto, nota-se que a situação narrada a partir do domicílio de Manoel Batista Ribeiro foi uma exceção, sendo raros aqueles com

¹²⁶ É importante lembrar que a diferenciação ocorreu ainda quanto a cor dos proprietários. Os não brancos, como sugerimos, começavam tardiamente suas carreiras como escravistas por que enfrentavam uma série de restrições, especialmente os forros que passavam parte de suas vidas acumulando recursos para a compra da liberdade. Certamente isso explica por que tendiam a concentrar muito menos escravos que os homens registrados nos censos como brancos.

pouca idade e recursos que conseguiam incrementar suas posses comprando escravos. A maioria destes senhores, na verdade, combinavam a auto-reprodução com uma modesta compra de escravos. Joaquim José de Andrade (27) e Cláudio Furquim (27) ilustram bem esta situação. O primeiro proprietário possuía em 1824 apenas a escrava Isabel de 7 anos de idade; em 1835, além de Isabel, que agora fora registrada como uma jovem mulher casada, contava com mais 5 escravos entre os quais dois africanos (Maria de 20 anos e Antônio, possível esposo de Isabel, com 32 anos) e três crianças: Pedro (5), Generoso (4) e Floriano (2).

O mesmo ocorreu com Cláudio Furquim. Na primeira lista concentrava em seu domicílio nada mais que a jovem Sebastiana de 18 anos como escrava; onze anos mais tarde, 5 novos escravos faziam companhia à Sebastiana: Cândido (7), Antônio (5), Joaquim (3), Benedita (1) e o africano Francisco de 42 anos.

Os dois casos são ilustrativos por que sugerem que tendencialmente os jovens e pequenos senhores, quando podiam, compravam no mercado um ou dois escravos com vistas a estimular famílias e a capacidade reprodutiva de seus fogos¹²⁷. Tanto Joaquim Andrade quanto Cláudio Furquim tinham sob seu poder um forte potencial de crescimento representado por suas escravas em plena idade reprodutiva em 1835. A compra dos africanos Antônio e Francisco talvez fizesse parte das estratégias de incremento natural destes senhores. A presença de crianças nestes fogos informa que os resultados, por sua vez, propenderam a ser bastante compensadores.

A maioria dos senhores situados nas faixas etárias inferiores, no entanto, não dispunha de tais recursos para a aquisição de cativos no mercado. Notou-se entre tais proprietários uma tendência de incentivo às uniões conjugais legais, consensuais ou, ainda, um estímulo aos potenciais reprodutivos das mulheres

¹²⁷ Gutiérrez constatou algo semelhante nas amostras de casamentos de Castro de inícios do século XIX. Informa que uma via de casamento reclamada pelos escravos, e aceita pelos senhores, era a compra de cativos que poderiam servir como possíveis parceiros. Ilustra esta possibilidade expondo que “(...) um proprietário que possuía 4 escravos homens, por exemplo, adquiriu em 1804 a Jacinta e Inácia, de 20 e 18 anos respectivamente, e logo a seguir, antes de raiar o novo ano, ambas as jovens já haviam contraído núpcias. A mesma sorte teve Genoveva dois anos mais tarde.”, *Senhores e escravos no Paraná ...*, p. 145.

férteis. Quanto a esta última questão vale destacar os casos de José Soares de Farias (21) e Luciano Ribeiro (26). Em 1824 José Soares era senhor de três crianças menores de 6 anos e uma mulher fértil, Joana de 25 anos, como seus únicos escravos; nos censos de 1835, o domicílio permaneceu inalterado, ou seja, não foi registrado mais nenhum nascimento ou compra. A situação do plantel pertencente a Luciano Ribeiro foi idêntica: no primeiro ano, a escrava Julia aparece como possível mãe de Manoel (3) e Teobaldo (5), sem que a escravaria apresentasse maiores alterações no período seguinte.

A mesma composição dos fogos dentro de um intervalo de onze anos leva a crer que estas mulheres não tiveram cônjuges no interior do mesmo domicílio. Além da impossibilidade de parceiros entre escravos, devido ao tamanho limitado das posses, deve-se destacar, ainda, que não contavam com agregados que pudessem ser relacionados como possíveis companheiros destas escravas. Fica como sugestão, assim, duas hipóteses. Ou estas mulheres teriam tido seus filhos como frutos de uniões consensuais e, por algum motivo, perderam seus parceiros antes mesmo de poderem legalizar tais uniões ou, ainda, tratava-se de ligações conjugais com pessoas de plantéis diferentes¹²⁸. A oportunidade de crescimento pela geração de crianças pode ter inspirado os jovens proprietários a explorar a capacidade reprodutiva das cativas estimulando, inclusive, os contatos com escravos de plantéis distintos. Nenhuma possibilidade de incremento poderia ser desperdiçada quando o que estava em jogo era a chance de superar as restrições do mercado e aproveitar a fase de acumulação do ciclo para ampliar suas posses.

¹²⁸ COSTA, Del Nero; SLENES, R.; SCHWARTZ, S.B. A família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos Econômicos*, v. 17 (02): 245-295, MAIO/AGO. 1987., p. 256-257. Os autores constataram uma baixa incidência de casamentos entre escravos não pertencentes ao mesmo senhor; o limite superior estabelecido pelos pesquisadores para Lorena de 1801 foi de 10,3% referindo-se aos casos de casais incompletos em que um dos cônjuges não estivesse presente ou que não foi possível determinar um possível parceiro. No caso de Castro, não sabemos se foram comuns uniões entre escravos de diferentes plantéis. A alta participação de casados sem possíveis cônjuges dentro de um mesmo domicílio, porém, nos leva a crer que tal possibilidade não pode ser de todo descartada. O caráter não-exportador de Castro talvez tenha contribuído para a realização desta eventualidade; gozando de uma parcela de tempo livre mais significativa, os escravos teriam tido oportunidades mais abertas de contato com outras escravarias, estimulando as sociabilidades entre cativos de donos diferentes.

2.2) Estratégias Senhoriais e o Estímulo à Família Escrava

O incremento das posses dos 63 proprietários, como vimos, acompanhou a trajetória da comunidade escravista de Castro. Foram raros aqueles que não conseguiram manter ou perderam escravos no decurso dos anos; todavia, a evolução das posses foi positiva para a maioria dos senhores, que passaram a contar com plantéis mais volumosos e estáveis.

A alta participação de casados e viúvos, vistos a partir das tabelas 2A (pág. 91) e 2B (pág. 93), certamente reflete a estabilidade que os fogos passaram a acumular nos anos. A proporção de casados, como era de se esperar, foi mais forte nas unidades dos jovens escravistas, passando de 12% em 1824 para 20% no período seguinte. O desempenho da comunidade (tabela 2B) foi semelhante, pois, a frequência de casados entre escravos dos proprietários com menos de 40 anos foi muito mais significativa entre uma data e outra, sugerindo que os estímulos às uniões traduziam os anseios de estabilidade tão buscados por estes proprietários empenhados na formação de suas unidades produtivas.

TABELA 2 A - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS CASADOS OU VIÚVOS NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO VITAL, CASTRO 1824-1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre os escravos homens acima de 15 anos	8,3	17,2
% de casados entre as escravas acima de 15 anos	15,4	23,1
% de casados entre os escravos de ambos os sexos	12	20
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre os escravos homens acima de 15 anos	20	24,5
% de casados entre as escravas acima de 15 anos	23,9	41,4
% de casados entre os escravos de ambos os sexos	22	31,5
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre os escravos homens acima de 15 anos	32,4	33,3
% de casados entre as escravas acima de 15 anos	38,7	51,5
% de casados entre os escravos de ambos os sexos	34,95	40,9

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Somente os 63 senhores selecionados para a amostra.
Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela L.1)

Tais constatações vão de encontro com o modelo de Gutman. No ponto de partida, isto é, quando os senhores ainda eram jovens e as escravarias recém-formadas, a participação dos alguma vez casados era baixa. Tanto na comunidade quanto entre os 63 proprietários escolhidos constata-se que, em 1824, a proporção dos casados (as) foi pouco expressiva. Mas, rapidamente, após apenas dez anos, as percentagens de casados atingiram, em alguns casos, níveis surpreendentes, revelando que a participação dos casados crescia sobretudo na fase de acumulação mais intensa. A concentração crescente de cativos, aliada ao tempo de convívio nas escravarias, era imprescindível para a criação do parentesco. Gutman sugere que mais que as vicissitudes, os humores e as políticas da unidade senhorial, o que contava mesmo para a família era o *tempo de convivência* entre os escravos. O desenvolvimento e o prolongamento dos laços de parentesco era afetado pelo ciclo de vida dos proprietários e pelas oportunidades que os cativos tinham de permanecerem juntos por mais tempo.

Donos de pequenas escravarias com idades superiores a 40 anos também fizeram uso das mesmas formas de incremento que os jovens senhores. Notou-se entre estes proprietários uma forte tendência de incentivo às uniões com vistas a desenvolver o potencial reprodutivo dos escravos. É o caso do tenente Carlos José de Oliveira, de 46 anos, casado com Clara Maria e pai de 6 filhos, cujos rendimentos derivavam de sua profissão como alferes de milícia (1824) e negociante de gado (1835). No primeiro momento, a escravaria do tenente Carlos compunha-se de 7 cativos, entre os quais um casal e nenhuma criança menor de 14 anos. Em 1835, seu plantel conquistaria um crescimento significativo operado pelo nascimento de 5 crianças; além do casal Jacinto e Clemência, a escrava Isabel de 18 anos (1824) foi registrada como casada, o que ajuda a explicar a alta expansão no volume de cativos por meio da reprodução natural.

TABELA 2 B - PROPORÇÃO DE ESCRAVOS (AS) ALGUMA VEZ CASADOS NAS ESCRAVARIAS DE SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO, 1824 – 1835.

Estado em 1824						
Sexo dos Escravos	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
Homens	0*	16,7	12,5	22,1	24,7	32,2
Mulheres	0*	13,4	16,7	30,3	39,1	32,85
Estado em 1835						
Sexo dos Escravos	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
Homens	70	32	20,5	19,2	32,3	28
Mulheres	71,4	61,5	23,5	28,2	46,6	39

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela L.2)

Todos os escravistas de 1824 e 1835.

(*) Não há registro de escravos casados ou viúvos.

Houve também aqueles que ampliaram suas posses combinando mercado com incentivo aos nascimentos. É o que ilustra a propriedade do alferes Álvaro Gonçalves Martins. Branco, com 45 anos (1824), casado com Ana Florinda, com a qual teve 7 filhos, o alferes esteve envolvido no negócio de animais e desenvolvia a agricultura para a subsistência de sua moradia. Entre os anos de 1824 e 1829, o alferes Álvaro pode ser classificado como um proprietário de pequeno porte. No primeiro ano, apareceu nas listas como senhor de apenas 5 cativos; no outro, conseguiu elevar sua escravaria pela compra de 3 africanos e pelo nascimento da escrava Marcelina. Em 1835, por sua vez, a unidade volta a crescer devido à ocorrência de 4 novos nascimentos, apesar de não ter sido registrado nenhum caso de casamento sancionado durante todos os anos considerados, o que sugere que as uniões certamente foram consensuais. Em pouco mais de 10 anos, portanto, o aumento de escravos quase que triplicou, sobretudo graças a reprodução natural empreendida na escravaria.

O caso do alferes Álvaro indica, além da maturidade financeira, que acontecimentos de sua vida afetavam diretamente a estrutura e as convivências no interior de sua escravaria. Num primeiro momento, o alferes não teve outro meio de ampliar sua unidade senão pela compra de três africanos. Em cinco anos, foi registrado apenas um nascimento, o que sugere que no período anterior à compra dos novos cativos, as uniões familiares eram limitadas pelo pouco volume de escravos possuídos pelo alferes. Após a incorporação dos africanos,

escravos que em 1835 contavam com 20 anos de idade, o crescimento do plantel ocorreu *naturalmente* pelo nascimento de 4 crianças: João (2), Clara (2), Demetildes (2) e Luzia (1).

Mais ilustrativo ainda é o que ocorreu no domicílio de João Carneiro Lobo. Em 1824, este proprietário foi registrado nas listas com 51 anos de idade, solteiro e com uma escravaria composta por 9 cativos. Dentre estes, destaca-se a presença de dois casais, uma mulher casada (possivelmente com o agregado Lourenço Inácio de 32 anos) e apenas uma criança de 6 anos. Em 1835, *já casado*, João Carneiro fora registrado como proprietário de uma fazenda de criar e lavrador de milho e de feijão. Todo este contexto de mudanças na vida de João Carneiro ajuda a explicar o admirável crescimento de suas posses humanas. Neste ano, certamente poderia ser considerado um dos mais ricos proprietários de Castro por dispor de uma escravaria composta por 36 cativos. Com 19 escravos africanos (tinha 7 em 1824), o número de casais subiu para 7 e o de crianças, por sua vez, saltou para 10.

Pode-se afirmar, neste sentido que o sucesso de João Carneiro deveu-se a uma série de fatores correlacionados. Combinando as duas principais atividades produtivas, certamente garantia a acumulação de recursos que seriam empregados na compra de novos escravos. Tudo isso criava um contexto extremamente favorável às convivências escravas. Trata-se, especificamente, da fase 2 do Modelo de Gutman que coincide com a meia idade do proprietário. Já estabelecido em termos familiares – casa-se com Ana e passa a ter 4 filhos – João Carneiro Lobo gozava de uma certa tranquilidade econômica que tinha repercussão direta entre seus escravos. Era o momento ideal para o desenvolvimento de famílias estáveis e a criação de uma rede de parentesco. A alta participação de crianças apresenta-se como pista mais visível de que a família escrava encontrava, neste ambiente, potencial condição de desenvolvimento e sobrevivência.

Nem sempre a maturidade etária dos senhores foi sinônimo de escravarias crescidas e mais estáveis. É o que sugere o caso do proprietário Francisco de Lima (64) que, em 1824, era senhor de 5 escravos (dentre os quais 3 crianças) e

que no ano de 1835 aparece somente na companhia de um único cativo: o negro Ângelo de 38 anos.

Em piores situações ficaram José Pereira (44), dono do escravo Ângelo de 26 anos, e José Francisco Ferreira (44) senhor da escrava Luciana (20) e do pequeno Vito de 2 anos. Ambos perderam tudo em 1835, encaminhando seus domicílios pela agricultura de abastecimento, possivelmente tocada com a ajuda de seus familiares.

Constata-se, neste sentido, que os pequenos escravistas, em plena fase de acumulação, viravam-se como podiam para contornar suas limitações e incrementar suas posses. Neste processo, os jovens senhores obtiveram mais êxitos que aqueles acima de 40 anos. Nenhum dos proprietários com idades entre 20 e 39 anos perderam escravos entre 1824-1835. Possivelmente, o fato de estarem iniciando a construção de sua força de trabalho tornava esses escravistas mais perspicazes contra erros e prejuízos. A grande diferença, por sua vez, é que os senhores mais velhos tinham muito mais acesso ao mercado que os jovens. Diferente destes últimos, que compravam alguns poucos cativos como meio de viabilizar a auto-reprodução de suas escravarias, os mais velhos senhores o faziam porque gozavam de estabilidade financeira e monopolizavam recursos para planejarem o crescimento de suas posses. Neste aspecto, as condições de expansão das unidades pertencentes aos proprietários em maturidade etária e donos das maiores posses praticamente não se alteraram. Os escravistas mais abastados de Castro, além do relativo fácil acesso ao mercado, contavam com a reprodução interna para multiplicar o volume de escravos. Os resultados da auto-reprodução eram mais eficazes nos ambientes de grande concentração de cativos por que ampliavam as escolhas e a efetivação de famílias.

A vasta escravaria de Luciano Carneiro Lobo certamente ajuda a ilustrar a facilidade com que ricos senhores, já em 1824, conseguiram manter e elevar suas posses em 1835. Com 62 anos (1824), casado com Dona Isabel, e pai de 6 filhos, Luciano Carneiro Lobo reunia no primeiro ano 40 cativos em seu plantel. Sabendo que existe uma correlação positiva entre participação de casados e tamanho das posses, é compreensível que boa parte dos escravos adultos deste

domicílio já haviam conhecido o casamento. Foram registrados 4 casais, 3 viúvos (um homem e duas mulheres), e 3 homens casados possivelmente com mulheres agregadas no domicílio¹²⁹. Essas uniões certamente justificam a participação bastante significativa de 15 menores na escravaria. O ambiente, como se vê, apresentava-se como cenário perfeito para a efetivação e manutenção de famílias. No ano de 1835, para melhorar, Luciano Carneiro Lobo conquistou no mercado mais 11 cativos africanos que, somados aos 7 que possuía já em 1824, passam a representar 19 “estrangeiros” na escravaria. A presença destes novos escravos em idade produtiva só teve vantagens na consolidação dos arranjos familiares: fora viúvos, constatou-se a presença de 10 casais e 20 crianças, muito provavelmente frutos destas uniões.

A reprodução natural nestas enormes posses era tamanha que muitas podiam se dar ao luxo de dispensar o acesso ao mercado. Os nascimentos, além de substituir as perdas, sobretudo por doenças e velhice, davam condições para o incremento de novos escravos. É o que revelam os casos do Tenente Antônio José Pereira Branco (48) e do Tenente Francisco José de Almeida (50). Em 1824, o primeiro abrigava em sua escravaria 19 cativos (entre os quais apenas um casal, uma mulher casada e cinco crianças) e o Tenente Francisco José fora registrado como senhor de 22 escravos (um casal e oito crianças). Mesmo que ambos estivessem envolvidos com a atividade do criatório, não tiveram condições (ou não desejaram) para a aquisição de africanos no mercado. O crescimento aparentemente, sobretudo no caso do Tenente Francisco José, ocorreu via reprodução natural. Enquanto este passou a reunir 39 escravos (quatro casais e dezoito crianças), Antônio José Pereira tornou-se senhor de 42 cativos – 23 novos escravos - dentre os quais 5 casais e 20 crianças.

A estabilidade que estes homens conquistavam ao longo de suas vidas revertia-se em vantagens tanto para os escravos, que encontravam nos próprios domicílios oportunidades abertas de acesso ao matrimônio, quanto para si

¹²⁹ Trata-se especificamente da parda Maria de 25 anos, das africanas Ana (52) e Maria (62) e da negra Ana dos Passos de 40 anos. Todas constavam nas listas como casadas sem que fossem registrados possíveis cônjuges livres.

mesmos, uma vez que famílias potencializavam novos braços produtivos¹³⁰. A concentração de escravos num mesmo ambiente fazia com que o mercado deixasse de ser uma necessidade indispensável; as aquisições pela compra, neste caso, só precisariam ser efetivadas quando as transações fossem bastante convenientes e vantajosas para os proprietários.

Deve-se destacar que também estes ricos senhores, para os padrões de Castro, não estavam livres de prejuízos em momentos de crises no mercado. Diferente dos pequenos escravistas, no entanto, suas perdas propenderam a ser relativamente menores, uma vez que a própria condição da escravaria – com forte potencial reprodutivo – ajudava a compensar seus danos.

É o que ilustra o ocorrido na fazenda de criar que pertencia a Benedito Mariano Ribas de 47 anos que fora casado com Maria Ferreira. Senhor de 39 cativos em 1824 esperava-se que, em 1835, sua posse crescesse significativamente. A realidade, no entanto, foi outra. Sua escravaria inicial compunha-se de 5 casais; um viúvo, 15 crianças, 10 adultos solteiros e 3 africanos também adultos. O contexto, como se vê, era ideal para a consolidação de famílias neste domicílio. Em meados da década de 30, porém, o crescimento foi pouco significativo: 16 adultos, 4 casais, 17 crianças e nenhum africano. Em outras palavras: Benedito Ribas, além de aparentemente não ter tido mais acesso ao mercado, também perdeu os únicos africanos que adquirira. Mais ainda, houve uma queda na participação dos casados e a proporção de crianças não se mostrou tão expressiva para os padrões do domicílio, apesar de não ter decrescido.

É sugestivo, assim, que algumas destas grandes posses também sentiam os efeitos das crises no mercado. Estes efeitos aparentemente eram menores por que podiam contar, nestas épocas de incertezas, com a capacidade de reprodução dos escravos. No caso de Benedito Mariano, o potencial reprodutivo pode ter

¹³⁰ VENÂNCIO, R. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, (21): 97-108, DEZ., 1991. O autor informa que no século XIX, Minas Gerais garantia a sobrevivência de suas escravarias importando africanos e estimulando a reprodução dos escravos em cativo. Quanto a esta última forma de incremento afirma que existia dois tipos de proprietários: aqueles para os quais a criança escrava representava uma carga inútil e prejuízos e, de outro lado, aqueles que a encaravam como um trabalhador em potencial devendo, por esta razão, ser protegida e conservada.

contribuído para superar as perdas dos africanos para o mercado como também as mortes¹³¹ no interior da própria escravaria.

A mesma situação foi encarada por uma das mais ricas proprietárias de Castro: D. Ana Luíza da Silva¹³². Senhora viúva, branca e com 42 anos de idade (1829), D. Ana era dona de duas propriedades em Castro: as Fazendas Maracanã e Fortaleza. Em 1824, D. Ana Luíza morava com sua mãe, Onestarda Maria do Rosário que contava com 54 anos de idade e era viúva de José Félix da Silva. Onestarda Maria criava animais e plantava milho, arroz e feijão em sua fazenda. Era proprietária de uma das maiores posses escravistas de Castro. Neste ano, 64 cativos pertenciam a esta rica senhora que, por ser viúva, contava apenas com a ajuda dos três filhos, entre os quais D. Ana Luíza, para administrar a vasta escravaria. No ano de 1829, os escravos já pertenciam à D. Ana Luíza que os subdividiu em suas duas fazendas. Ainda neste ano, consegue manter intacto o volume de escravos que herdou. Em 1835, contudo, sofre uma perda de quase 10% de sua escravaria, quando passa a contar com apenas 58 escravos.

Considerando as privilegiadas condições que enormes posses, como a de D. Ana Luíza, reuniam para a efetivação de famílias, provavelmente a justificativa para a perda populacional que enfrentou esteja numa possível emigração de seus escravos ou, ainda, devido às altas taxas de mortalidade dada pelo envelhecimento de parte de seus cativos. A primeira hipótese, mesmo não sendo descartada, não é possível esclarecer com certeza. Como sugerimos, não era incomum em Castro a presença de senhores absenteístas proprietários de mais de uma unidade escravista. Alguns deles, como os padres carmelitas do Capão Alto, tinham fazendas até mesmo fora de Castro, o que impede garantir com segurança se este não foi o destino de alguns dos cativos de Ana Luíza.

¹³¹ Benedito Mariano abrigava entre seus cativos, no ano de 1824, 3 escravos com idades superiores a 54 anos. Estes, por sua vez, não apareceram mais em 1835 muito provavelmente porque já haviam falecido.

¹³² É importante frisar que D. Ana Luíza não figura entre os 63 proprietários da amostra por que o critério que utilizamos foi o de privilegiar apenas os proprietários adultos, brancos e do sexo masculino. Optamos por não incluir mulheres e não-brancos na amostra por que, além de representarem situações diferentes, o pequeno número de casos dificulta uma análise comparativa. Assim como o plantel do pardo Jerônimo de Lima, a escravaria de D. Ana Luíza desempenha nesta análise um papel meramente ilustrativo.

A segunda possibilidade, por sua vez, pode ser reforçada por algumas pistas implícitas nas fontes. Assim como ocorrera no domicílio de Benedito Mariano foi comum, no decorrer dos anos, que escravos com idade avançada não aparecessem mais nos censos dos anos subseqüentes. Eram cativos com idades superiores a 50 anos, já em 1824, e que não foram mais contados pelos recenseadores em 1829 ou, quando registrados neste ano, não faziam mais parte da massa escrava de 1835. Selecionando apenas aqueles com mais de 50 anos, localizamos 4 cativos nesta condição. Vale destacar que não estamos levando em conta as outras possibilidades de mortalidade (como doenças e acidentes), senão os possíveis falecimentos por velhice.

A grande participação de crianças no domicílio de D. Ana Luiza após 1824, além de comprovar famílias, reforça ainda mais esta possível hipótese. Considerando as crianças com 4 anos ou menos constata-se um incremento em 1835, por vias naturais, de 7 novos cativos, crescimento este superior a perda inicial da unidade desta senhora (que foi de 6 escravos). É possível, desta forma, que os nascimentos de rebentos alimentavam o crescimento da população, sobretudo pela substituição dos falecidos. Devido o alto volume de escravos já idosos possuídos por Ana Luiza, os nascimentos não davam conta de ampliar a escravaria mas, no máximo, ajudavam a substituir a falta daqueles que já haviam morrido. No caso de Benedito Mariano, é possível que os nascimentos, além de substituir as perdas de idosos, compensassem também outros prejuízos, talvez contraídos por dívidas, forçando-o a perder cativos com potencial produtivo. Os nascimentos, em suma, além de comprovar famílias escravas sinalizavam possibilidades de sobrevivência dos senhores em períodos de crises no mercado.

2.3) Reprodução Natural e Estabilidade Familiar

As informações da tabela 3A (pág. 101), que refere-se a participação de crianças e aos indicadores de fecundidade segundo o tamanho das posses e ciclo de vida dos proprietários, além de comprovar o que vimos anteriormente, nos conduz ainda a constatações bastante interessantes.

Iniciando nossas análises pelas maiores posses de senhores com 40 anos ou mais, observa-se que os dados estão plenamente de acordo com o que foi discutido sobre estes fogos. A participação de crianças, já expressiva em 1824, cresce nos censos de 1835 em praticamente 5%; o mesmo ocorre com a fecundidade das escravas: as mulheres em idade produtiva propenderam a gerar mais filhos no decorrer dos anos. Os domicílios do Ten. Antônio José Pereira Branco e do Ten. Francisco José de Almeida, já citados, comprovam que posses maiores conferiam possibilidades mais abertas de acesso ao matrimônio e a geração de rebentos. Nas duas propriedades em questão foram praticamente os nascimentos de crianças os responsáveis pelo incremento sofrido pelas unidades. Enquanto no domicílio de Antônio José as crianças representavam 86,9% do crescimento no volume de escravos, no plantel do Ten. Francisco de Almeida a expansão aparentemente teria ocorrido exclusivamente via nascimentos.

A justificativa para condições tão acessíveis à consolidação de famílias nestes fogos – lembro que na unidade do Ten. Francisco o número de casais saltou de 1 para 4 entre 1824 e 1835 e na escravaria do Ten. Antônio Pereira Branco subiu de 1 para 5 no mesmo período – está justamente no volume de escravos que concentravam. Eram unidades em que as famílias poderiam continuar unidas por mais tempo devido a estabilidade que apresentavam. Nestas grandes posses “(...) muitos casais escravos (...) podiam ter esperanças razoáveis de permanecer juntos e construir famílias estáveis durante um período substancial de tempo”¹³³. Em Campinas no ano de 1872, neste sentido, Slenes percebeu que uma proporção expressiva de mulheres casadas permanecia com seus maridos durante um tempo considerável por que viviam em posses maiores.

¹³³ SLENES, R. Na senzala, uma flor ..., p. 97.

Segundo ele, os domicílios com 10 ou mais escravos tinham uma força de trabalho mais estável por que dificilmente os escravos eram transferidos a outros senhores, por venda ou doações, enquanto seus donos vivessem¹³⁴.

TABELA 3 A - PARTICIPAÇÃO (%) E MÉDIA DAS CRIANÇAS (0 A 14 ANOS) E RAZÃO CRIANÇA/MULHER NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO DE VIDA, CASTRO 1824 – 1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de crianças (0 – 14 anos)	41,8	32,9
n. de crianças (0 a 4 anos) / n. de mulheres (15 a 39 anos)	0,25	0,43
Número médio de crianças	1	1,5
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de crianças (0 – 14 anos)	37,2	32,8
n. de crianças (0 a 4 anos) / n. de mulheres (15 a 39 anos)	0,38	0,48
Número médio de crianças	1,45	2,2
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de crianças (0 – 14 anos)	34,9	39,85
n. de crianças (0 a 4 anos) / n. de mulheres (15 a 39 anos)	0,55	0,75
Número médio de crianças	8,25	12,75

Fônte: Vidê Tabela 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela M.1)

Somente os 63 senhores selecionados para a amostra.

(*) Não há crianças com menos de 4 anos.

O caso de Campinas, assim como o de Castro, sugere que a estabilidade das posses era elemento de vital importância para a sobrevivência e durabilidade das famílias. O que estava em jogo nestes lugares era o tempo de convivência que os escravos desfrutavam; é possível mesmo que muitos estivessem juntos por gerações, compartilhando valores, crenças e toda uma rede de parentesco. Torna-se sugestivo, assim, que as maiores escravarias tenham vendido poucos cativos e que tendencialmente apresentassem uma *continuidade* de sua força de trabalho no decorrer dos anos. À medida que os senhores alcançavam a maturidade biológica e financeira, seus escravos conquistavam estabilidade em seus laços matrimoniais. Com maiores perspectivas de convívio, é compreensível que os casais não hesitassem tanto diante da possibilidade de ter filhos¹³⁵. As maiores

¹³⁴ Ibid., p. 98.

¹³⁵ Ibid., p. 103. Investigando sobre os índices de legitimidade das crianças de Campinas em 1872, Slenes constatou que a proporção de legítimos foi maior nos grandes plantéis. Mesmo

unidades, em suma, apresentavam altas possibilidades de nascimentos de crianças e fortes perspectivas de legitimação destes nascimentos num momento posterior. O tamanho das posses e as condições de vida que reuniam certamente justificam a elevada participação de famílias e crianças. Os casais tinham muito mais esperanças para desenvolver suas famílias e permanecerem juntos por mais tempo.

Nas pequenas posses, por outro lado, a participação de crianças tendeu a diminuir ao longo dos anos. A proporção de menores decaiu nestas unidades, independente da idade do senhor. O incentivo que estes homens dispensavam à formação de famílias cativas, sobretudo os jovens, aparentemente não surtiu todo o efeito desejado. É verdade que os indicadores de fecundidade elevaram-se entre uma data e outra, todavia, a queda na participação de crianças denuncia um problema a ser investigado. Se a expansão das posses de escravos e a frequência de casamentos foram mais expressivas nas menores escravarias (Tabela 1A – pág. 86 e 2A – pág. 91), por que razão em 1835 a participação de crianças decresceu?!

Atentando para o número médio de crianças por escravaria (Tabela 3A – pág. 101) nota-se que, nas menores posses, mesmo tendo aumentado este indicador, a participação percentual de crianças diminuiu (independente das idades dos senhores). Isso não aconteceu nas unidades maiores, onde aumentaram juntos o número médio de crianças e a participação percentual delas nas escravarias. Na passagem de 1824 para 1835, portanto, os pequenos plantéis tiveram tendência muito maior para reproduzirem-se através do mercado. Tudo sugere que a proporção de menores tenha decaído por que os proprietários compraram mais adultos, e não porque a quantidade de crianças diminuiu¹³⁶. Em

quando as mães pariam seus filhos enquanto ainda eram solteiras tinham, nestas maiores unidades, a possibilidade de regularizar suas uniões, pouco tempo depois, com o progenitor da criança ou um possível padrasto.

¹³⁶ Atentando para os números absolutos na tabela L.1 (em anexo), pode-se reforçar a relevância desta hipótese. A participação de adultos sob senhores entre 20-39 anos passou de 25 para 55 pessoas (aumento de 120%); para aqueles com mais de 40 anos, o incremento foi de 84,6% (eram 91 em 1824 e saltou para 168 escravos adultos). Mais uma vez, constata-se que foi apenas nas maiores posses que o crescimento não foi tão significativo, passando de 123 para 154 pessoas (25,2%).

época de forte crescimento econômico em que os senhores tinham muito mais acesso ao mercado certamente davam preferência à aquisição de adultos. A grande concentração de escravos em idade produtiva, assim, pode ter mascarado a presença de crianças nos pequenos fogos de Castro, sem que isto significasse inexistência de reprodução.

Uma outra hipótese como possível explicação a este problema pode ser buscada investigando-se as oscilações e flutuações do tráfico de escravos e seus possíveis efeitos sobre a escravidão e à famílias no cativo. Como já mencionamos, o comércio de escravos para o Brasil terminou oficialmente em 1830; na prática, contudo, os desembarques continuaram ainda por mais duas décadas, para findarem no início da década de 1850. As pressões inglesas para abolir este comércio teriam causado, em contrapartida, um acirramento do tráfico ilegal que foi responsável pelo crescimento dos desembarques de africanos, sobretudo através dos portos do Rio de Janeiro. Florentino e Góes, baseando-se nos inventários *post-mortem*, propõem três grandes intervalos de análise deste tráfico: o primeiro, que compreende o período de 1790-1807 (denominado pelos autores de fase B) refere-se ao momento de relativa estabilidade dos desembarques; o segundo, 1810-1825 (fase A) caracteriza-se por aceleração da entrada de escravos devido a chegada da família real e da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e, por fim, o período de crise (1826-1830), quando os desembarques foram quase que insignificantes diante da decisão da Grã-Bretanha de dar fim ao comércio de homens¹³⁷.

Florentino e Góes argumentam que todos estes movimentos do tráfico negreiro tiveram repercussões diretas sobre a estrutura familiar dos escravos, sobretudo por que alterava a taxa de masculinidade no cativo. Na fase B, constataram entre os escravos do agro fluminense um desequilíbrio por sexo, a favor dos homens, em todos os tamanhos de posses. Na fase A de aceleração dos desembarques a taxa de masculinidade tendeu a diminuir nos pequenos fogos e a aumentar nos maiores e, no período de crise, o quadro se inverteu

¹³⁷ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...*, p. 44-49.

completamente: elevou-se a participação de homens nas menores unidades e decresceu nas grandes escravarias¹³⁸.

Explicam os autores que na fase B eram sobretudo os grandes senhores que compravam escravos por que houve um crescimento expressivo nos preços, dificultando a aquisição por parte daqueles com poucos recursos. Teria sido por esta razão que as taxas de masculinidade tornaram-se maiores nestas unidades que nos pequenos fogos. Nos períodos de crise, porém, o crescimento nos preços dos escravos e a baixa oferta teriam levado as grandes unidades produtoras a explorarem os potenciais de auto-reprodução dos escravos. Eram nestes momentos, então, que as menores posses perdiam mulheres em idade produtiva para as maiores, o que exacerbava a participação de homens nestas pequenas unidades.

Transpondo o argumento para Castro, é possível que no período de crise (1826-1830) os pequenos tenham perdido mulheres para os maiores fogos. Talvez seja por esta razão que os nascimentos foram mais intensos nestes últimos que nos primeiros plantéis. Contudo, nas épocas de estabilidade e enquanto estas mulheres permaneciam em seus domicílios, certamente seus senhores esforçavam-se para explorar ao máximo seu potencial reprodutivo, o que talvez explique o alto incremento via nascimentos que estas posses apresentaram. A queda na participação de crianças coincidindo com crescimento nas escravarias sugere que parte destas mulheres gerou filhos antes de serem obrigadas a abandonar seu domicílio original. É o que bem ilustra a escravaria de Bernardo Moreira Paiz (56) que, em 1824, levava sua vida criando animais e plantando milho e feijão para a sua subsistência e de sua família. Neste ano, figurava nas listas como senhor de 7 escravos entre os quais duas mulheres produtivas, Felizarda (30) e Joana (34) e 4 crianças. Em 1835, contudo, quando o domicílio sofreu um crescimento de 3 novos escravos, via nascimentos, nota-se que o potencial reprodutivo da unidade cai pela metade. Ou seja, a expansão no volume de escravos possuídos poderia ter sido muito maior, caso não tivesse perdido uma de suas mulheres férteis. Vale destacar, ainda, que das crianças registradas em

¹³⁸ Ibid., p. 62-63.

1835 uma tinha 9 anos e outra 11, o que sugere que suas possíveis mães tenham deixado o plantel no período identificado por Florentino e Góes como de crise no tráfico. O incremento via reprodução natural, enfim, ficava seriamente comprometido, mas não impedido, pois contava ainda com o potencial reprodutivo de uma das mulheres férteis.

Caso semelhante, mas com significativas diferenças, ocorreu com o jovem proprietário Antonio Domingues Garcia (38) que não conseguiu ampliar suas posses possivelmente por que perdera mulheres em idade reprodutivas. Negociando animais e plantando milho e feijão para o seu sustento, contava este senhor, em 1824, com uma força de trabalho composta por 8 escravos dentre os quais 2 crianças, 2 mulheres crioulas – Cândida (21) e Maria (28) – e 2 africanas – Maria (24) e Cecília (18). Nota-se que eram mulheres com alto potencial de reprodução. É compreensível, assim, que nenhuma tenha sido encontrada mais em 1835, o que talvez explique o não crescimento desta unidade ao longo de onze anos. É importante notar, porém, que Antônio Domingues tentou recuperar-se de seus prejuízos iniciais adquirindo as escravas Benedita (20) e Maria (30), o africano Antonio (16) e Sebastiana (2), sendo talvez esta última via reprodução natural. Reorganizar sua escravaria recuperando mulheres férteis provavelmente tenha sido uma de suas preocupações mais urgentes, considerando seus poucos recursos e idade.

Torna-se sugestivo, pois, que os pequenos fogos tenham perdido mulheres para os maiores. Possivelmente a tendência constatada por Florentino e Góes no agro fluminense tenha manifestado-se também em Castro, mesmo que em proporções menores. Não se pode ignorar que a economia que se criou no Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX era uma economia escravista marcada por alto grau de integração ao mercado internacional e, portanto, bastante dependente do tráfico para a reposição física de suas escravarias. A impossibilidade de adquirir novos braços frente à exacerbação dos preços e dos escassos desembarques certamente fez com que a maximização dos potenciais internos de reprodução atingisse alta proporção, dada a importância da economia. Muitos grandes proprietários direcionaram seus recursos à compra de mulheres,

quase sempre importadas das pequenas posses, com a intenção de garantir a sobrevivência e os níveis de produtividade de seus plantéis. Em Castro, a perda de mulheres das pequenas para as maiores posses foi, sem dúvida, menor; a queda na participação de crianças num contexto de crise e no interior de uma economia não-exportadora certamente teve impactos na estrutura de posses dos pequenos senhores, que tendiam a depender fortemente das vantagens derivadas da reprodução natural. Considerando, também, todos os escravistas nota-se que a participação de crianças e os indicadores de fecundidade oscilaram bastante conforme suas idades (Tabela 3B – pág. 107). Especialmente entre os proprietários com 40 anos ou mais, estes indicadores foram mais significativos de um período para o outro. Alguns destes senhores mais abastados encontravam formas de combinar aquisições no mercado e nascimentos; a maioria, por sua vez, em especial os mais jovens, quase não tiveram recursos para multiplicar suas posses e estavam vulneráveis às oscilações do mercado e do tráfico. A instabilidade cobrava seu preço sobre as sociabilidades escravas. Em contraste às ricas escravarias, os cativos eram muito mais perturbados pelo perigo de possíveis partilhas, doações e vendas negociadas por seus donos. A família escrava, nestes contextos, precisava superar mais obstáculos para manterem-se intactas¹³⁹ durante um período mais longo de tempo, sem que isto significasse inexistência de arranjos conjugais. As condições que ameaçavam as uniões, em especial a baixa concentração de pessoas e a instabilidade dos fogos, enfim, eram superadas à medida que tanto senhores quanto escravos sentiam-se compelidos a incentivar as famílias; os primeiros almejando incrementar suas posses e os últimos, por sua vez, possivelmente aspirando integração social e disposição em organizar suas vidas de acordo com as normas da comunidade.

¹³⁹ SLENES, op. cit., p. 105-106., Slenes argumenta que a instabilidade dos pequenos fogos pôde ser comprovada, no caso de Campinas, quando constatou-se que apenas 22% das crianças menores de 10 anos estavam acompanhadas pelos pais, por uma mãe ou pai viúvo ou mãe/pai recasado. Em contraste, esta proporção saltou para 80% nas maiores posses por que a estabilidade destes ambientes representava um estímulo a que os casais permanecessem unidos e tivessem filhos.

TABELA 3 B - PARTICIPAÇÃO (%) DAS CRIANÇAS (0 A 14 ANOS) E RAZÃO CRIANÇA/MULHER NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIO, CASTRO, 1824 - 1835.

Estado em 1824						
Faixas Etárias	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
% Crianças	50	40	41,7	32	31,6	37,5
Razão criança/mulher	0	0,5	0,3	0,4	0,42	0,8
Estado em 1835						
Faixas Etárias	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
% Crianças	52,8	42,6	31	26,6	34,7	35,4
Razão criança/mulher	1,14	0,23	0,5	0,4	0,5	0,42

Fonte: Vide Tabela 1A

Nôta: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela M.2)

Há poucas dúvidas, assim, que a efetivação de famílias escravas e sua estabilidade no tempo estivessem ligada à maturidade dos próprios plantéis. O tempo de convivência que os escravos gozavam e a expectativa que tinham de permanecerem juntos eram fatores determinantes para a criação e manutenção dos laços parentais. A constatação de que a participação dos escravos alguma vez casados tenha crescido de uma data para outra e era mais expressiva à medida que avançava o tamanho das posses e, em consequência, a idade do senhor, nos levam a crer que, tendencialmente, as famílias mantinham-se unidas ao longo dos anos. Nossos dados demonstram, ainda, que de 1824 para 1835, a proporção dos casados era mais forte conforme avançava a idade dos cativos. Há indícios de que os jovens casais do primeiro ano passassem a engrossar, onze anos mais tarde, as faixas etárias superiores sinalizando, por meio deste esboço grosseiro, que as uniões não eram instáveis, mas sim duradouras. Em nenhum dos domicílios selecionados foi registrado queda na participação dos casados. Pelo contrário. Na fazenda de D. Ana Luiza, entre outras, constata-se que a participação dos alguma vez casados crescia à medida que os anos passavam. Em 1824, 18 pessoas já haviam conhecido o casamento; este número subiu para 22 em 1829 e 26 em 1835, ou seja, supostamente o tempo e, principalmente a escravidão, não foram obstáculos para aqueles que optavam pelo matrimônio.

A rica fazenda de Luciano Carneiro Lobo, como vimos, também teria reunido condições especiais à efetivação de famílias. Em 1824, apenas 11 escravos foram registrados como casados ou viúvos; nos censos de 1835, por sua

vez, a participação das pessoas nesta condição simplesmente dobrou: somavam, agora, 22 escravos. Os antigos casais mantinham-se unidos enquanto os jovens nubentes também iam se decidindo pelo matrimônio elevando, assim, a proporção de casados. O sucesso econômico dos senhores, além de incentivar a frequência de uniões, pode ter contribuído ainda para a durabilidade destes laços devido a estabilidade que davam às famílias.

A manutenção das famílias no tempo pôde ser também reforçada por algumas informações contidas nos Registros de Casamentos. No intervalo de 1793-1824 foi possível constatar a ocorrência de 102 casamentos dentre os quais pelo menos um dos nubentes era escravo. Do total de matrimônios envolvendo cativos identificamos, seguramente, 22 casais nas Listas Nominativas de 1824 e, destes, apenas três foram reconhecidos nos censos de 1835. Mesmo admitindo a pequena representatividade dos 22 casais frente ao total de matrimônios celebrados, estes poucos casos serviram para confirmar o que os censos já nos têm apontado. Considerando os 22 casais identificados nos censos, constata-se que 64% deles permaneceram casados por mais de 10 anos. Caso ampliemos o tempo de convívio para 18 anos, percebe-se que 12 casais, isto é, 54% do total continuavam unidos. Se estendermos mais um pouco o período de vivência, chega-se à conclusão que 41% deles dividiram uma vida em comum por longos 20 anos¹⁴⁰.

Estas informações sugerem que os matrimônios envolvendo escravos realmente tendiam a ser duradouros em Castro na primeira metade do século XIX. Não eram poucos os cativos que buscavam uma vida em comum. Deve-se ressaltar, todavia, que praticamente todos os casais que compartilhavam longos anos de vivência concentravam-se nas maiores posses de Castro, especificamente naquelas com mais de 20 escravos¹⁴¹. Esta favorável realidade traduzia-se, na

¹⁴⁰ A identificação do tempo de convívio entre os pardos Pedro Antônio e Brígida, por exemplo, ilustram nossos procedimentos. Pertencentes a Antônio Luís Duarte, os jovens nubentes casaram-se em 1801 e foram identificados nas *Listas Nominativas* de 1824; portanto, o tempo mínimo de duração deste enlace foi de 23 longos anos.

¹⁴¹ Apenas quatro casais, 18% do total, habitavam “pequenas” unidades, sendo um domicílio composto por 18 cativos, um com 10, outro com 5 e, finalmente, um com 2 escravos.

prática, em segurança e estabilidade, uma vez que os casais tinham muito mais perspectivas de manterem-se unidos.

É o que ilustra, neste sentido, o caso do casal pertencente ao rico escravista Luciano Carneiro Lobo que, em 1824, como dito, contava com um plantel de 40 cativos. Trata-se dos escravos José, pardo de 42 anos, e da agregada Ana, negra com 40 anos de idade, que contraíram matrimônio em 1806. Em 1824, portanto, o casal comemorava 18 anos de convívio. A estabilidade do domicílio era tamanha que certamente ajuda a compreender o fato de que, em 1835, José e Ana ainda permanecessem unidos somando, agora, quase 30 anos de convivência.

Caso semelhante aconteceu com os escravos Domingos e Maria que decidiram casar-se em 1808. Ambos compunham a vasta posse de 64 cativos de D. Onestarda Maria e, portanto, em 1824, permaneciam juntos há 16 anos. No ano de 1835, quando o plantel já pertencia à D. Ana Luiza, filha de Onestarda, o casal comemorava 27 anos de matrimônio.

Estes casos são ilustrativos porque podem ser interpretados a partir do modelo de Gutman, sugerindo que o ciclo de vida do senhor exercia impacto na estrutura familiar dos escravos. Luciano Carneiro Lobo e Onestarda Maria do Rosário certamente passavam pela fase 2 da meia idade do modelo cíclico¹⁴² de Gutman. Após já terem iniciado, há muito tempo, a construção de suas forças de trabalho, agora gozavam de uma certa tranquilidade por reunirem parcela bastante expressiva de escravos. Estes, por sua vez, respondiam às expectativas de seus senhores por meio da reprodução natural. Os efeitos da maturidade biológica e empresarial dos senhores sobre os escravos, como insiste Gutman, são óbvios: intenso desenvolvimento de famílias estáveis e a emergência de uma forte rede de parentesco. A fase seguinte de dispersão da força de trabalho, quando da morte do senhor, momento este de quebra dos laços familiares formados na fase 2 e destruição das redes de parentesco, aparentemente não teve efeitos negativos quando do falecimento de Onestarda Maria. Não só Domingos e Maria permaneceram juntos como também cresceu, como constatamos, o

¹⁴² GUTMAN, *The black family ...*, p. 137-143.

número de casais que se uniram no matrimônio quando a fazenda foi transferida para a filha de d. Onestarda Maria.

Diante de condições estáveis não é de se estranhar, desta forma, que as escravarias se ampliassem *naturalmente* no decurso do tempo. Manoel e Matildes, para ilustrar, eram escravos da Fazenda do Capão Alto dos padres carmelitas que, em 1824, contavam com 67 almas para zelar. Após casarem-se em 1801, foram identificados em 1802 batizando o filho José e, em 1804, novamente voltaram à igreja para apresentar a nova integrante da família: a pequena Maria de apenas alguns dias de vida. Outros casais foram encontrados na mesma situação nas *Fichas de Batismo*¹⁴³ comprovando, desta forma, que transcorridos o início da vida adulta, inúmeros proprietários possivelmente incentivavam a formação de famílias em suas unidades e, em consequência, a *reprodução natural* era utilizada como importante dispositivo para a expansão de suas posses. As uniões duradouras certamente conferiam vantagens óbvias para os senhores, pois, além de amenizar as fugas e as revoltas no interior das escravarias, multiplicavam o número de rebentos, futuros trabalhadores produtivos.

2.4) Africanos: Força Produtiva e Reprodutiva

Além do tamanho das posses, as oportunidades de casamentos aumentaram de acordo com a naturalidade dos nubentes (Tabela 4A – pág. 112). Há poucas dúvidas de que, a partir de 1835, os africanos tenham casado mais que os crioulos, especialmente nos pequenos fogos de senhores com idades entre 20 – 39 anos. A razão para a participação tão expressiva de africanos casados nas unidades com pouco acesso ao mercado deve-se, como sugerimos, a tendência

¹⁴³ Também estas fontes, indiretamente, dão pistas de que as uniões conjugais dos escravos foram duradouras. No intervalo de 1801-1817, 150 casais levaram seus filhos à igreja para receberem o sacramento do batismo. Diante das incertezas das fontes, apenas 10 casais foram identificados com segurança nas *Listas Nominativas* de 1824. Considerando a data de batismo do primeiro filho como possível momento do início de convívio/união entre os pais (todos apareceram como casados), constata-se que 80% destes casais mantiveram-se unidos pelo menos 20 anos.

que estes senhores apresentavam de adquirir escravos com vistas a acionar a capacidade reprodutiva das mulheres férteis. Recorremos, mais uma vez aqui, ao caso de Joaquim José de Andrade e Cláudio Furquim que, ávidos por aproveitar os potenciais de reprodução de suas jovens escravas reuniram esforços e adquiriram africanos no mercado de escravos. Tudo indica que a chegada de Antônio (32) e Francisco (42) nos domicílios veio acarretar a expansão das posses via nascimentos: três novas crianças passaram a compor o plantel de Joaquim José e quatro rebentos justificam o crescimento conquistado por Cláudio Furquim.

A constatada propensão dos africanos ao matrimônio nas unidades sem grandes concentrações de escravos indicam, portanto, que as intenções destes senhores eram as de empreender a expansão de suas posses de acordo com a condição mais viável que apresentavam: acionando o dispositivo interno de auto-reprodução dos escravos. As famílias cativas, forjadas nestes domicílios com o auxílio de africanos, teriam tido uma função para os senhores; a implementação de seus projetos de crescimentos seria mais facilmente alcançada caso pudessem explorar com eficácia a auto-reprodução para atingir, no decorrer do tempo, proporções significativas de crioulos no interior das unidades.

No que diz respeito às grandes posses, por outro lado, é compreensível que a participação dos alguma vez casados entre os africanos tenha sido alta. Os senhores mais velhos, ao contrário daqueles com menos de 40 anos, monopolizavam muito mais recursos para a aquisição de africanos, o que ajuda a explicar a crescente proporção de casados entre estes cativos. É o que bem ilustra o caso do proprietário que mais adquiriu africanos entre 1824-1835: Luciano Carneiro Lobo. Dentro deste intervalo, o escravista conquistou 11 cativos de nação; como comentamos anteriormente, nos censos de 1835 constava como senhor de 63 escravos dentre os quais 19 eram africanos. Sabendo que representavam pouco mais que $\frac{1}{4}$ do total de escravos, a participação de 46% entre os casados ou viúvos comprova a forte propensão ao casamento que os não coloniais desfrutavam.

TABELA 4 A - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS E CRIoulos CASADOS OU VIÚVOS NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS PASSES E O CICLO VITAL, CASTRO 1824 - 1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre africanos com 15 anos ou +	0*	40
% de casados entre crioulos com 15 anos ou +	14,3	15,5
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre africanos com 15 anos ou +	33,3	30,5
% de casados entre crioulos com 15 anos ou +	19,7	32
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
% de casados entre africanos com 15 anos ou +	27,3	43,3
% de casados entre crioulos com 15 anos ou +	36,6	40,3

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela N.1)

Somente os 63 senhores selecionados para a amostra.

(*) Não há escravos casados ou viúvos.

É possível, assim, que os senhores de pequenos fogos, estimulados pela oportunidade de incrementar suas posses, tendessem a encaminhar seus africanos na direção do matrimônio. A razão pela qual estes escravos predominavam entre os casais das grandes unidades, porém, esteve ligada tanto ao nível de concentração das escravarias como também à maturidade etária¹⁴⁴ que estes cativos desfrutavam, potencializando suas oportunidades de escolhas no mercado matrimonial. Considerando todos os escravistas, nota-se que, passando de uma data à outra, a participação de africanos casados foi muito mais expressiva que a de crioulos (Ver Tabela 4B – pág. 113). Também aqui, é sugestivo que a explicação para as altas proporções de casados entre os escravos de senhores de pouca idade revele suas estratégias de incremento que, ao comprar escravos,

¹⁴⁴ FLORENTINO; GÓES, op.cit., p. 147-154. Como apresentaremos no III Capítulo, Florentino e Góes constataram que os homens maduros e idosos do agro fluminense, representados pelos crioulos, exerciam um monopólio sobre as mulheres jovens e férteis. Sabendo que, no caso de Castro, os crioulos em sua maioria eram jovens menores de 19 anos e os africanos, por outro lado, situavam-se em faixas etárias superiores – idades estas de grande capacidade produtiva – é natural que estes últimos tenham tido acesso mais aberto ao matrimônio. Será questionado, ainda, a possível presença de uma fraca endogamia entre africanos; neste caso, o critério seletivo não teria sido tão rigoroso e, na falta de parceiros do mesmo grupo étnico, africanos não mostraram-se intransigentes a unirem-se com cônjuges crioulos. A presença de possíveis casais mistos nas listas e nos Registros de Casamentos, sugerem que os africanos eram mais flexíveis e abertos à diversidade quando da busca pelo parceiro conjugal.

adquiririam também, a longo prazo, futuros trabalhadores produtivos. O que merece ser enfatizado, de qualquer forma, é que mesmo condenados a sobreviverem num mundo estranho e desconhecido os africanos esforçavam-se para superar suas condições de estrangeiros criando raízes na comunidade. A formação de famílias apresentava-se como forma mais viável e reconhecida de integração social através da qual novos vínculos eram estabelecidos garantindo o equilíbrio das convivências nas escravarias.

TABELA 4 B - VARIAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS E CRIoulos CASADOS OU VIÚVOS (%) NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS (CASTRO, 1824 E 1835)

Estado em 1824						
Faixas Etárias	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
Africanos	0*	0*	0*	28,6	28,6	61,3
Crioulos	0*	16	18,5	25,75	20,5	25,4
Estado em 1835						
Faixas Etárias	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou+
Africanos	100	52,2	30,2	35,5	41,2	26
Crioulos	0*	26,6	17,4	16,6	36	36,4

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela N.2)

Todos os escravistas de 1824 e 1835.

(*) Não há registro de escravos casados ou viúvos.

Todas as constatações aqui depreendidas nos levam a concluir que apesar dos inúmeros reveses colocados pela escravidão, a família escrava apresentou-se como uma instituição plenamente viável. Os acontecimentos na vida dos senhores exerciam pressão direta sobre a efetivação e manutenção das famílias escravas. A *longevidade* e a estabilidade dos plantéis, intimamente ligadas ao ciclo de vida dos senhores, configuravam-se como fatores de extrema importância para a consolidação e durabilidade das famílias. À medida que suas idades avançavam, os senhores normalmente passavam a concentrar mais recursos para expandir suas posses. A forte incidência dos arranjos matrimoniais nestes lugares deve-se ao fato dos plantéis apresentarem-se como estáveis e com sólidas condições de sobreviverem às incertezas do mercado e do tráfico. Nestas

áreas, os escravos estavam em contato mais prolongado uns com os outros e tinham menos dificuldades para encontrar parceiros conjugais.

Os pequenos fogos de senhores iniciando suas vidas adultas, por sua vez, além de imporem limites às possibilidades de escolhas eram mais abalados pelas conjunturas do tráfico e do mercado. Quase não tiveram recursos para a aquisição de africanos e, nos períodos de crise, levantamos como hipótese a possibilidade de terem perdido mulheres férteis para as grandes unidades produtoras. Tais obstáculos, todavia, não foram impedimentos para que expandissem o volume de escravos possuídos. Aqueles que concentravam um pouco mais de recursos buscavam escravos no mercado para acionar o potencial interno de auto-reprodução das escravarias. A maioria, porém, propendeu a tirar proveito da capacidade de reprodução das mulheres cativas em épocas de estabilidade, para não sofrerem tantos prejuízos quando perdiam tais ventres reprodutivos às maiores posses de Castro. Mesmo enfrentando contextos tão adversos, a família escrava lograva sobreviver e respondiam às expectativas dos senhores à medida que os nascimentos iam prosperando e garantindo a reposição física e o crescimento das escravarias.

Vale reafirmar que as esporádicas recorrências ao tráfico de escravos e o ritmo pouco intenso de produção, sem dúvidas, faziam diferenças significativas sobre as sociabilidades escravas. Como sugeriu Higman, as áreas que atingiam determinado nível de desenvolvimento econômico, como Barbados, tendiam a não depender mais do tráfico atlântico por que conseguiam equilibrar demograficamente a massa escrava¹⁴⁵. Amenizado os impactos do tráfico, em especial os desequilíbrios etários e por sexo, os arranjos familiares se consolidavam com maior frequência – lembro que em Barbados 80% dos escravos viviam em famílias contra 53% dos cativos de Trinidad, ainda bastante dependente do tráfico para a reposição física de suas *plantations* – e, aos poucos, a parcela africana perdia espaço para uma população crioula com plenas condições de sobrevivência. A antiguidade de produção e a não sujeição estrita

¹⁴⁵ HIGMAN, B. op. cit.

ao comércio de escravos, em suma, teriam sido fatores determinantes para o estabelecimento de laços parentais no cativo.

A economia paranaense, como sabemos, se quer esteve envolvida com as rotas metropolitanas do comércio e sua produção destinava-se à subsistência e ao abastecimento do mercado local, o que explica o equilíbrio demográfico atingido pelo contingente escravo. A partir da década de 30, todavia, a expansão das posses contou com nascimentos, mas também com compras no mercado. Estas alterações não configuraram obstáculos às convivências nas escravarias. Pelo contrário. A grande proporção de casados nas pequenas e maiores posses, a partir de 1835, pode estar sugerindo novos parâmetros de tratamento dispensados aos escravos frente a primeira proibição do tráfico. Os cativos castrenses, já relativamente privilegiados pelo caráter de abastecimento local da economia, tendiam a se beneficiar ainda mais frente à nova conjuntura. As tendências demográficas eram afetadas tanto pelas aquisições via tráfico quanto pelo estímulo que recebiam para as reproduções naturais.

A análise longitudinal das 63 escravarias que acompanhamos ao longo deste capítulo, em suma, nos revelou que o ciclo de vida dos senhores foi primordial para a conformação de famílias escravas e a geração de crianças nos plantéis. As diversas variáveis analisadas comprovaram que as famílias não apenas sobreviviam mais mantinham-se unidas ao longo dos anos. Caso consideremos todos os domicílios escravistas de Castro nos dois momentos em pauta (1824 – 1835), constata-se que o comportamento familiar dos escravos pertencentes aos 63 escravistas selecionados praticamente não diferiu das práticas da comunidade. O crescimento das posses conquistadas pelos 63 senhores acompanhou a tendência de incremento de toda a comunidade. A queda na participação de crianças (0-14 anos) nos intervalos etários inferiores a 40 anos coincide com o momento de decréscimo sentido por todos os senhores situados nesta faixa etária. Salvo algumas oscilações, a proporção dos alguma vez casados segundo o sexo e a naturalidade dos escravos tendeu a coincidir em determinadas faixas etárias dos senhores e, por outro lado, aumentou bastante de uma data para outra. A participação dos casados ou viúvos apresentou quedas mais

significativas apenas nas faixas etárias superiores a 60 anos, o que pode estar coincidindo com a fase 3 do Modelo Cíclico de Gutman¹⁴⁶ quando os laços familiares eram quebrados e desfeitos no momento em que os senhores, inevitavelmente, passavam a sofrer os efeitos da velhice ou morriam. A dispersão de sua força de trabalho, enfim, era completada por meio de partilhas e vendas empreendidas por seus herdeiros.

Há poucas dúvidas, assim, de que tanto a economia de abastecimento que se criou em Castro quanto o próprio ciclo de vida dos proprietários tenham exercido um papel estrutural para a consolidação e manutenção das famílias. Pequenas unidades propenderam a estimular os arranjos conjugais; todavia, estavam vulneráveis a conjunturas externas colocadas pelo tráfico e pelo mercado. Os senhores mais velhos e donos de grandes posses, por sua vez, concediam mais oportunidades de casamentos aos escravos e presenciavam uma fecundidade diferencial ao constatarem a alta participação de crianças em suas unidades. O nível de concentração de escravos traduzia a estabilidade conquistada ao longo da vida e tornava estes plantéis menos abalados por possíveis vendas, partilhas e dívidas. Como constatamos nos livros paroquiais, as uniões tendiam a ser duradouras nestes ambientes por que os casais acumulavam perspectivas de permanecerem juntos por muito mais tempo.

Deve-se enfatizar, finalmente, que a durabilidade das famílias em Castro certamente não traduzia a “benevolência”¹⁴⁷ dos senhores. Ao interesse de incremento das posses poderíamos acrescentar ainda a oportunidade de controle sobre a massa escrava, uma vez que a família “(...) transformava o cativo e seus parentes em “reféns”. Deixava-os mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor e elevava-lhes o custo da fuga (...¹⁴⁸)”, ou seja, os arranjos conjugais podem ter servido aos anseios senhoriais por calma nas senzalas à medida que

¹⁴⁶ GUTMAN, op. cit., p.137-143.

¹⁴⁷ GENOVESE, E. op. cit., p. 25. Este termo foi utilizado por Genovese para destacar que a sociedade paternalista no Velho Sul dos EUA não surgiu da *bondade* dos senhores para com seus escravos, mas nasceu das negociações e conflitos travados, por meio dos quais os cativos lutavam contra a *hegemonia* de seus senhores conquistando alguns espaços de autonomia no cativeiro.

¹⁴⁸ SLENES, Na senzala, uma flor ..., p. 114.

amenizavam as desavenças e dificultavam as fugas. Fica a hipótese de que a sobrevivência das famílias deveu-se aos padrões da realidade de Castro (com sua economia não exportadora elevando a vida útil dos escravos), aos interesses de incremento de posses por parte dos senhores e, mais importante, deveu-se aos anseios dos escravos por suportar a brutalidade da escravidão garantindo o seu pertencimento e integração na comunidade. A criação de raízes pelos arranjos conjugais talvez abrisse portas para novas redes de parentesco e laços de amizades nas escravarias; o matrimônio, enfim, pode mesmo ter representado, sobretudo para os africanos, uma oportunidade de ressocialização e estabilidade capaz de amenizar as diferenças e garantir equilíbrio social no interior das escravarias.

Capítulo 3

O Absenteísmo e as Estratégias Matrimoniais

Ao longo desta pesquisa nosso argumento direcionou-se no sentido de que as uniões matrimoniais não se davam de forma aleatória, mas obedeciam alguns critérios de seleção. Destacamos amplamente que o sexo e a procedência dos nubentes conferiam, em determinadas situações, vantagens consideráveis no momento das escolhas por parceiros. Em praticamente todas as variáveis analisadas, mulheres e africanos propenderam a casar-se mais que os escravos do sexo masculino e coloniais. A alteração do equilíbrio sexual constatado por Gutiérrez para o período anterior a 1830, devido a entrada de novos escravos a partir desta década – em especial africanos –, certamente ajuda a compreender o motivo pelo qual as escravas e os africanos casavam mais que os outros cativos.

Creemos, contudo, que não foram suficientemente trabalhado por nós os critérios referentes à cor e procedência dos nubentes. A historiografia sugere que havia uma certa preocupação dos escravos em estabelecer enlances com outros da mesma cor e origem, o que talvez explique as altas proporções de casamentos endogâmicos ¹⁴⁹. Tal preocupação também esteve presente entre os anseios matrimoniais da população livre em especial os brancos, que normalmente evitavam os casamentos mistos principalmente quanto a cor e grupo social do

¹⁴⁹ VASCONCELLOS, Casar ou não, eis a questão ..., p.301, onde constatou que os casamentos endogâmicos prevaleceram no litoral sul-fluminense entre 1830-1871, pois, dos 78 matrimônios celebrados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, 84,6% foram endogâmicos por origem contra 15,4% de uniões mistas.

cônjuge¹⁵⁰. A cor dos nubentes, sua condição social e econômica, assim, foram determinantes quando da busca pelo parceiro ideal. No caso dos escravos, conjugada à questão da cor da pele podemos considerar, ainda, a naturalidade dos noivos.

Vimos neste trabalho, uma forte incidência de casamentos entre os africanos. Sob a escravidão, o estereótipo de “estrangeiro” não foi suficiente para eliminar não coloniais do mercado matrimonial. Pode mesmo, na concepção de Higman, ter representado uma vantagem, uma vez que crioulos, há muito no cativeiro, quase sempre estavam socializados e inseridos em redes de parentesco e de amizade.

Alcançando a liberdade e a conseqüente inserção dos libertos no mundo dos livres, todavia, a marca e o passado escravo continuavam a cobrar seu preço. A integração na sociedade exigia a superação de inúmeros obstáculos, dentre os quais a barreira da cor impedia, como sugerimos nos capítulos anteriores, o acesso destes ex-escravos a recursos para garantir suas sobrevivências. Referindo-se aos mulatos na primeira década do século XIX, Rugendas nos dá uma breve noção do destino reservado a estas pessoas: “(...) *os homens de côr, embora legalmente assimilados pelos brancos, constituem, em sua maioria, as classes inferiores da sociedade (...). Quando a origem, as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal permitem a um mulato ambicionar um lugar, é muito raro, e pode-se mesmo dizer que isso não ocorre nunca, que sua côr ou a mistura de seu sangue se tornem um obstáculo para êle*”¹⁵¹, ou seja, o “embranquecimento” da pele e a conquista da liberdade nem sempre eram garantias de uma vida mais dignas ao ex-escravos e aos livres de cor, relegados que estavam à própria sorte.

¹⁵⁰ SAMARA, Eni. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8 (15): 91-105, SET/FEV., 1988. Privilegiando a família na sociedade paulista do século XIX informa que os matrimônios se realizavam num círculo bastante limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função de suas origens e posições sócio-econômicas. Entre as pessoas mais pobres as escolhas por parceiros não obedeceram a critérios tão seletivos; o mesmo, todavia, não se deu para a elite branca que considerava fortemente a condição sócio-econômica e a pureza de sangue para a efetivação das uniões o que explica, segundo a autora, os significativos casos de casamentos consanguíneos entre parentes.

¹⁵¹ RUGENDAS, J.M. (1835). **Viagem pitoresca através do Brasil**. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1979., p. 93-94.

Quanto aos arranjos familiares em Castro há indícios que libertos e livres de cor ascendiam socialmente consagrando casamentos com pessoas melhor situadas, aos olhos brancos, na escala social. Mesmo tendo prevalecido os casamentos endogâmicos, houve casos de uniões mistas que informam quais pessoas e em que condições acumulavam maiores perspectivas de acesso a estes casamentos. No mundo dos escravos, como mostraremos, além da cor, a naturalidade dos nubentes interferia nas escolhas por parceiros. Agregado a cor e a procedência, o sexo e a idade do escravo também eram considerados no processo, normalmente garantindo matrimônios às mulheres e aos jovens. Quanto mais próximos estivessem dos critérios de preferências, maiores as chances de estabelecimento de famílias no cativo.

Além destas questões, pretende-se ainda investigar a situação estratégica das fazendas de absenteístas ao matrimônio. Eram unidades que concentravam um volume significativo de escravos e que normalmente ficavam, nos momentos de ausência de seus donos, sob o cuidado de um dos cativos. Supomos que a distância do senhor poderia tê-las transformado em ambientes desregrados, cujas sociabilidades estivessem comprometidas e marcadas pela desordem e uniões instáveis. Por outro lado, podemos considerar que o longo período que ficavam sem a administração dos senhores dava aos cativos tempo e relativa liberdade para organizarem suas vidas de acordo com seus próprios valores. Neste caso, as escravarias não seriam mais “porões” de promiscuidade, como insistiam os viajantes, mas lugares nos quais tradições e experiências poderiam ser compartilhados para a formação de uma sólida e complexa comunidade escrava.

O caso da Fazenda do Capão Alto, unidade absenteísta dos padres carmelitas e maior escravaria de Castro em 1835, servirá para comprovar que a distância do senhor, longe de instaurar o caos, deu aos escravos possibilidades para organizarem uma vida “mais à sua maneira”. Algumas das famílias que compunham esta vasta unidade serão usadas para ilustrar questões levantadas à partir da análise das alianças matrimoniais uma vez que, pelo menos nos censos de 1829, os recenseadores nos fizeram a graça de identificar os diferentes tipos de famílias existentes. A proporção de escravos ligados por laços de parentesco

no Capão Alto nos fornece condições para a análise das características dos casais e reforça o argumento de que o absentismo estimulava os relacionamentos familiares. Começamos as análises, então, pelas absenteeístas.

3.1) Sob a Ausência do Senhor: A Família nas Fazendas de Absenteístas

Quando nos referimos às fazendas de absenteeístas é inevitável recorrer aos estudos que E. Genovese realiza sobre este tipo específico de fazenda. Em “*O mundo dos senhores de escravos*”, o autor aponta as condições que antecederam o surgimento destas unidades, especialmente no Caribe Britânico. Investigando a crise que assolou a Europa no século XVII, informa que a relação senhor/escravo sofreu modificações no sentido de empreender uma exploração mais racional do trabalho escravo. Diante desta crise, surgiu uma preocupação, por parte dos países europeus, em tirar proveito econômico de suas áreas coloniais. A constituição de fazendas de escravos administradas por capatazes, desta forma, representava o auge desta preocupação. Nelas, o capitalismo “(...) absorveu e mesmo recriou tipos arcaicos de produção, de maneira a explorar melhor povos menos adiantados e deles extrair as maiores reservas econômicas”¹⁵²; utilizando formas racionais de exploração, portanto, procurou-se manter o trabalho escravo com o intuito de acumular grandes somas sobre as colônias nas Américas.

É dentro deste contexto que as fazendas foram criadas, especialmente no Caribe britânico. Muitos dos grandes fazendeiros donos destas unidades escravistas eram não-residentes que preferiam continuar morando na Europa e apenas investindo nas colônias americanas. Como afirmou Genovese, “(...) a fazenda de escravos representava para eles uma empresa distante que produzia grandes lucros; não podia representar um modo de vida, um lar, uma comunidade”¹⁵³; era o lugar perfeito para lucrar sem exigir grandes investimentos e trabalho direto por parte do proprietário.

¹⁵² GENOVESE, E. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 41.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 43.

Este tipo de absenteísmo tratado por Genovese iniciou-se no século XVIII e, a partir de 1800, tornou-se mais freqüente e atuante. No caso brasileiro, em que as pesquisas ainda são raras, Brasil Pinheiro Machado informa que, especificamente nos Campos Gerais do Paraná, o absenteísmo também foi uma característica marcante durante o processo de ocupação destas terras. Os habitantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Paranaguá, quando iniciaram a exploração das primeiras posses na região, não o fizeram com o intuito de se fixarem com toda a sua família, formando uma nova comunidade: “(...) *mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras do século XVIII*”¹⁵⁴. Estes proprietários foram absenteístas que montaram suas fazendas almejando as altas possibilidades de lucros que poderiam adquirir às margens do caminho que ligava Curitiba à Feira de Sorocaba. Somente em fins do século XIX, com o aparecimento das primeiras estradas de ferro, é que estas fazendas de criação de gado entrariam em crise. A partir de então, os fazendeiros com poucos recursos dirigiam-se para as cidades em busca de novos meios de vida e, por outro lado, aqueles com melhores condições, passaram a arrendar suas terras e a se adaptarem às novas situações do mercado.

Nos censos de 1835 localizamos algumas destas fazendas de absenteístas. Certamente em anos anteriores, especialmente no século XVIII, esta realidade deveria ter sido mais freqüente. Deve-se ressaltar, todavia, que as absenteístas que se desenvolveram em Castro (assim como em outras áreas de pecuária da América Portuguesa) não foram idênticas ao modelo caribenho descrito por Genovese, uma vez que não possuíam o caráter de “*fazendas capitalistas*” descritas pelo autor. Os absenteístas de Castro deslocavam-se temporariamente para outras fazendas à negócios, e não por opção ou luxo como a maioria dos fazendeiros absenteístas tratados por Genovese nas Caraíbas Britânicas.

Neste sentido, as Listas Nominativas nos informam que estas unidades congregavam um volume razoável de escravos. Neste ano, apenas 10 unidades

¹⁵⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. Campos Gerais: Estruturas Agrárias. UFPR, 1968, p. 30.

de absenteístas foram encontradas¹⁵⁵, moradias estas que abrigavam no total cerca de 209 cativos. Todas criavam gado; desenvolviam também a agricultura, que provavelmente servia para alimentar a população destes domicílios (sobretudo a cativa). Foram identificadas nos censos como absenteístas porque boa parte destas fazendas possuíam observações referentes a ausência do proprietário e que, nestas condições, ficava a propriedade aos cuidados de um dos escravos. Em outras, as informações estavam implícitas como, por exemplo bem ilustra, o caso de D. Ana Luiza da Silva, senhora que possuía duas fazendas em Castro: uma no 6º quarteirão do 1º Distrito, com apenas 6 escravos, e outra no 2º quarteirão do 2º Distrito e com 52 cativos. Viúva, sem filhos ou agregados, certamente D. Ana contava com a ajuda de seus escravos para administrar sua fazenda nos momentos de sua ausência.

Entre estas unidades de absenteístas, deve-se destacar aqui a Fazenda do Capão Alto de Nossa Senhora do Carmo, a maior escravaria de Castro que abrigava 99 cativos. Esta grande propriedade pertencia aos padres carmelitas que eram absenteístas residentes em São Paulo e que, além do Capão Alto, possuíam outras unidades onde abrigavam centenas de cabeças de gado. Nestes grandes currais, todo o trabalho era executado por escravos, trabalhadores estes que foram instruídos e disciplinados pelos próprios padres. A história desta fazenda¹⁵⁶ revela que a maior parte de sua existência foi administrada por capatazes cativos. Queremos crer que ser feitor da fazenda era, para o escravo, um compromisso bastante dúbio. Ao mesmo tempo em que não podia desmerecer a confiança de seu senhor, certamente não lhe era fácil usar de poder sobre seus iguais. Ser escolhido como capataz conferia-lhe uma certa posição de destaque dentro da hierarquia social do cativo. Manter esta posição provavelmente não tenha sido, para o escolhido, uma tarefa muito simples.

¹⁵⁵ As fazendas de absenteístas administradas por escravos perfaziam pouco menos de 3,5% do total de domicílios escravistas de Castro em 1835. Dos 287 fogos com escravos arrolados nas listas, apenas 10 eram de absenteístas. Estas poucas unidades, contudo, reuniam aproximadamente 12% dos cativos de Castro neste ano.

¹⁵⁶ FAZENDA DO CAPÃO ALTO. Cadernos do Patrimônio. Curitiba, SECE, 1985 (Cadernos do Patrimônio, Série Estudos, 1).

Não foram poucos os homens que depararam com tal situação. Por volta de 1770, por exemplo, muitas fazendas dos Campos Gerais eram cuidadas por escravos enquanto seus donos viviam em regiões como São Paulo, Santos e Curitiba¹⁵⁷. A fazenda Furnas, por exemplo, “(...) tinha como “fazendeiro” o escravo Boaventura, a fazenda Limoeiro, dirigida pelo escravo Estevão e a propriedade do tenente Joaquim José, administrada pelo escravo Tomé”¹⁵⁸, ou seja, conferir ao escravo o papel de capataz não era incomum para muitos dos fazendeiros dos Campos Gerais.

Possivelmente as uniões conjugais entre os escravos habitantes destas fazendas tenham apresentado características bastante peculiares frente àquelas em que os cativos estavam sob os olhares de seus senhores. A ausência do dono abria novas possibilidades para a solidificação da comunidade escrava. Supomos que, nestas condições, adquiriram novas perspectivas de ação e que a frequência de uniões, conseqüentemente, tenha crescido devido ao terreno menos hostil que tiveram para se desenvolver. O controle e a vigilância provavelmente foram menos intensos, o que contribuiu para ampliar as formas de *autonomia*. O parentesco e as uniões familiares, acreditamos, reforçavam a integração comunitária e serviam para intensificar as solidariedades entre escravos.

Mas a questão que se coloca, quando se pensa em escravos vivendo numa unidade em que não existia o controle direto de um senhor, com sua constante autoridade e vigilância, a determinar comportamentos e práticas específicos, é única: por que razão estes homens, submetidos à escravidão e sujeitos a um regime de trabalho opressivo, não se aproveitavam da ausência de seus donos para mudar seus destinos pela fuga? Exatamente o que, na verdade, prendia estes homens a ponto de não considerarem esta possibilidade? Como vimos no caso do Capão Alto, nas fazendas de absenteístas as chances para que tal eventualidade pudesse acontecer eram muitos maiores que naquelas escravarias onde o proprietário estava presente a defender, com *unhas e dentes*, seus direitos sobre os escravos. Ter como feitor um dos cativos era poder contar com formas menos

¹⁵⁷ *ibid.*, p. 26.

¹⁵⁸ *Ibid.*

rígidas de controle; a desobediência às normas preestabelecidas certamente era punida com menor rigor e violência. A ausência do senhor de sua unidade, assim, ampliava grandemente a realização desta possibilidade. Por que razão, então, não ousar?!

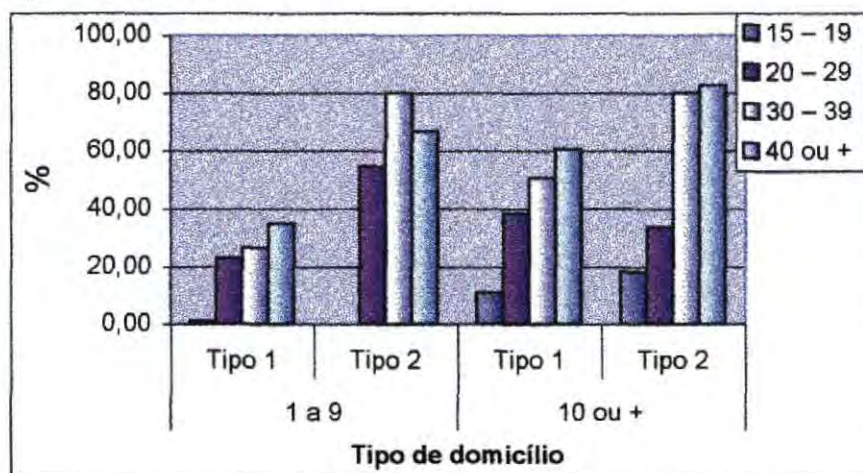
É possível que a necessidade de preservar laços comunitários construídos nas escravarias sirva como uma hipótese a esta questão. O cativo, ao mesmo tempo em que pode ser encarado como um lugar extremamente instável, onde diferentes grupos étnicos eram reunidos indistintamente sob o mesmo teto reforçando, desta forma, o “estado de guerra”¹⁵⁹ entre escravos, também pode ser visto como ambiente passível de socialização. É aqui que se apresenta a relevância do parentesco que, segundo Florentino e Góes, foi de grande importância para a manutenção da *paz nas senzalas*, uma vez que dava aos cativos novas possibilidades de conviver com o diferente. Ele ajudava a abrandar os estrangeirismos pelo reforço de vínculos horizontais entre escravos.

Talvez seja por esta razão que os cativos das fazendas de absenteístas não ousaram (ou não desejaram) se ausentar destas unidades. A formação de famílias dentro do cativo dava ao escravo algo a perder, isto é, tornava-o bastante vulnerável. A consolidação de famílias pode ter servido tanto para atenuar as diferenças como também para a inserção do cativo na comunidade. A partir deste momento, deixaria de ser um *estranho*¹⁶⁰ e passaria a ser aceito pela comunidade, sendo digno de admiração e respeito por todos.

¹⁵⁹ FLORENTINO; GÓES, op. cit.

¹⁶⁰ MEILLASSOUX, C. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, “Introdução” e “capítulo Introdutório”, onde o autor afirma que a condição de estranho é um atributo constitutivo da escravidão, o que torna central nas trajetórias dos escravos a busca pela superação deste estatuto de “estranho”.

GRÁFICO 5 A - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS E DE ACORDO COM O TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela Q.1)

Percentuais calculados sobre o total de cativos em cada faixa etária.

- **Tipo 01** - Refere-se às unidades administradas pelos proprietários, seus filhos ou capatazes livres.
- **Tipo 02** - Fazendas de absenteístas cuidadas por escravos.

Os escravos de senhores absenteístas certamente estavam à par desta realidade. Boa parte deles declarou-se nas listas como casados; a família, sem dúvida, era o meio pelo qual sentiam-se muito mais humano e integrado na comunidade. No Gráfico 5A percebe-se claramente esta forte valorização do casamento nas fazendas absenteístas que nos domicílios com senhores. Ela demonstra as chances de casar-se formalmente que os escravos detinham, confrontando-se as unidades absenteístas com aquelas com donos presentes. O primeiro dado a chamar a atenção é o grande acesso aos laços sancionados nas unidades de absenteístas, independente da faixa de tamanho de plantel que se considera. Na faixa etária superior aos 30 anos a parcela de casados nas absenteístas ultrapassa 80% nos dois tamanhos de domicílios. Nota-se, ainda, que as chances matrimoniais cresciam à medida que avançava a idade do escravo, sugerindo que não eram tão comuns uniões entre escravos muito jovens (particularmente nas grandes absenteístas).

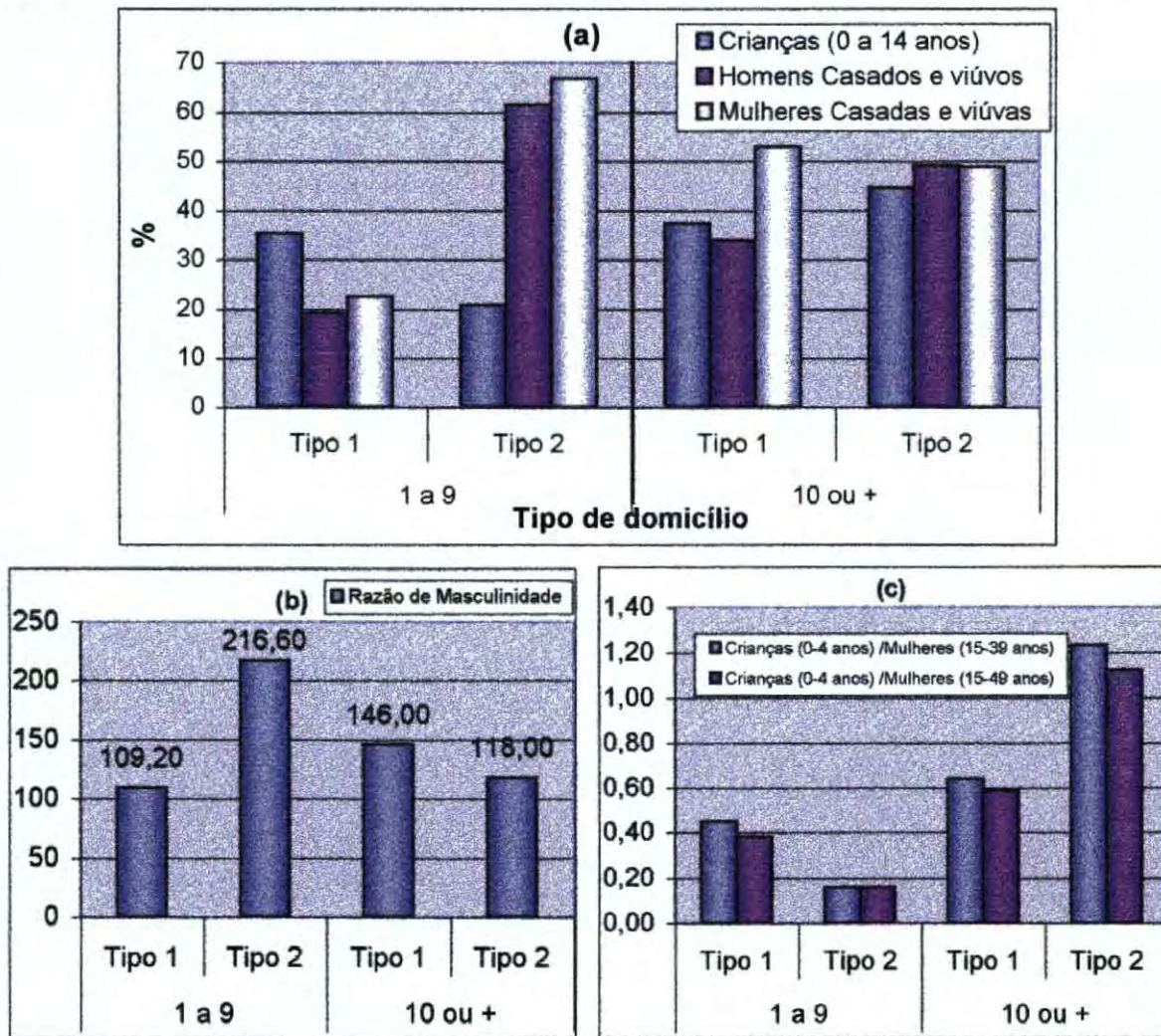
É possível que a alta proporção de casados entre os mais velhos escravos das absenteístas indique uma propensão a legitimar as uniões tardiamente. Como veremos mais à frente, há indícios de que muitos casais viviam como casados

antes de receberem as “bênçãos nupciais”, ou seja, não precisavam necessariamente do aval da igreja para iniciarem uma vida em comum e ter filhos. A preocupação em oficializar a relação, todavia, informa que tais uniões consensuais estavam longe de ser passageiras e desprovidas de importância. Pode ter sido uma forma de reafirmarem o compromisso perante toda a comunidade. No caso das absenteístas, a forte tendência à formação de famílias talvez tenha levado alguns escravos, em especial os mais jovens, a recorrerem aos laços sem sanção eclesiástica, uniões estas que seriam legitimadas mais tarde, possivelmente quando da presença do senhor na fazenda.

Os resultados destes enlaces podem ser vistos no Gráfico 5B (pág. 128), onde reunimos uma coleção de indicadores a respeito da família escrava. A participação de crianças era consistentemente maior nas absenteístas, possivelmente fruto das reproduções das famílias no cativeiro. Nos domicílios com dez ou mais escravos, a taxa de masculinidade foi menor nas fazendas sem senhores, o que indica uma maior participação de mulheres. Mesmo tendo sido grande a participação feminina nestas unidades, as percentagens de cativas casadas ou viúvas foram maiores nas propriedades cujos donos estavam presente. Isto não significou, no entanto, maior propensão a gerar rebentos, tendo em vista que foram as escravas dos fazendeiros absenteístas que tiveram mais filhos.

Esta realidade foi específica das maiores posses. Deve-se destacar que o mesmo não ocorreu nas pequenas unidades escravistas devido ao pequeno volume de escravos que abrigavam. Do total de cativos que as absenteístas reuniam, apenas 12% pertenciam a proprietários de pequeno porte, isto é, aqueles com menos de dez escravos. Observou-se, ainda, que dentre estes escravos a maioria eram adultos, ou seja, com 15 anos ou mais, o que talvez indique que a preocupação com a produtividade era constante nestas unidades.

GRÁFICO 5 B - (a) PROPORÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS CASADOS (15 ANOS OU +), (b) RAZÃO DE MASCULINIDADE (15 ANOS OU +) E (c) RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela Q.2)

Porcentagens dos escravos acima de 15 anos sobre o total de cativos presentes em cada tipo de domicílio.

Pode-se visualizar melhor esta hipótese, por exemplo, quando se atenta para a especificidade de algumas delas. Na Fazenda do capitão Manoel Martins, que contava com apenas 3 escravos, o rendimento declarado nos censos de 1835 foi de 600\$000; é importante notar, todavia, que todos os seus escravos eram homens adultos, o que talvez revele seus anseios por conquistar lucros explorando o potencial produtivo dos escravos. Para se ter uma noção do significado deste rendimento para um domicílio de Castro, basta saber que o rendimento declarado por D. Ana Luiza foi de 2.500\$000; todavia, não se pode

ignorar que, mesmo com mais bocas para sustentar, contava com uma força de trabalho de 52 escravos.

Tudo indica que estamos diante de dois tipos completamente diferentes de absenteísmo. As grandes unidades, já relativamente estáveis em termos de população escrava, foram mais propensas à formação de famílias: os percentuais de casados entre homens e mulheres tendiam ao equilíbrio e a taxa de fecundidade, em especial entre as escravas com idades entre 15-39 anos, foi bastante alta.

Nas absenteístas de pequeno porte, por outro lado, a realidade foi outra. Estas, mesmo sem feitor e apesar mesmo de pequenas, eram muito mais parecidas com as fazendas descritas por Genovese. A ausência do dono pode ter incentivado as uniões, no entanto, pouco fez pela geração de crianças. É possível que as preocupações dos senhores estivessem muito mais voltadas ao crescimento e à expansão da produtividade de suas unidades. Desejosos por ampliar suas escravarias pela compra de novos cativos (e certamente conscientes de que o pequeno volume de escravos possuídos não compensava as incertezas da reprodução natural), exigiam muito mais tempo de trabalho de seus escravos que, por sua vez, tendiam a gerar menos filhos.

As maiores absenteístas, por sua vez, mesmo com poucas mulheres casadas ou viúvas, reuniam a maior parte dos infantes. Como sugerimos, ninguém precisava esperar a sanção religiosa para unir-se em matrimônio. É possível que parte destas crianças tenham nascido de uniões consensuais. Vale destacar que não foi baixo o impacto que a reprodução natural teve em todas as escravarias de Castro. Nos dois tipos de domicílios em pauta (Vide Gráfico 5C – pág. 134), os crioulos representavam maioria expressiva dos escravos existentes. Tudo indica que as condições internas da região favoreceram o nascimento de crianças, especialmente nas grandes unidades produtoras.

O absenteísmo dos senhores, assim, teria favorecido o estabelecimento do parentesco no cativeiro. É importante informar, contudo, que os casos das absenteístas de Castro não constituem situações isoladas. A condição de algumas fazendas “sem donos” encontradas em Curitiba no ano de 1797 corrobora a idéia

de que a distância do senhor ampliava a autonomia dos escravos, contribuindo para proliferar os vínculos de solidariedade e os laços de parentesco. Considerando as 14 unidades escravistas registradas nos censos de Curitiba, encontramos indicadores referentes à família bastante semelhantes ao que vimos em Castro¹⁶¹, sugerindo que os meios de socialização disponíveis aos escravos nestes ambientes assumiam grandes proporções.

A estabilidade das fazendas de absenteístas, além de intensificar as relações conjugais, serviu para a criação de famílias extensas cujas uniões não necessariamente dependiam das sanções religiosas para existirem. O caso da Fazenda Butuquara (1787) é bastante significativo neste sentido e merece ser aqui apresentado dado o alcance de seu exemplo. Constatou-se que nesta unidade “(...) dos 44 escravos, 23, ou pouco mais da metade, pertenciam a uma única família extensa”¹⁶². Trata-se da família encabeçada pelo capataz da fazenda, Francisco, e sua esposa Bernarda, de cujo matrimônio tiveram nove filhos. Destes, somente um constou como casado neste ano, respondendo por apenas um dos onze netos de Francisco e Bernarda; os outros dez menores nasceram de uniões não sancionadas por parte de quatro mães solteiras, filhas do dito casal. Além desta enorme família extensa, foram encontrados na fazenda mais três núcleos familiares dos quais dois eram legitimados e o outro referia-se a uma mãe solteira acompanhada de seus dois filhos.

Mesmo diante da impossibilidade de se enxergar famílias extensas, realidade quase que semelhante a esta da fazenda de Curitiba, foi constatada em Castro na Fazenda de Nossa Senhora do Carmo do Capão Alto. Nos censo de 1829, esta escravaria era administrada pelo escravo-capataz Pedro de 40 anos, casado com a negra Felizarda, responsável que era pelos 119 cativos que concentrava. Dentre estes, 53 escravos estavam ligados por laços de parentesco.

¹⁶¹ Baixa razão de masculinidade (98), alta proporção de casados (50%) e casadas (53%) quando comparadas às fazendas com senhores, elevados indicadores de fecundidade (1,16 crianças de 0-4 anos para cada mulher de 15-39 anos) e alta participação de crianças. Ver LIMA, Carlos Medeiros; MELO, Kátia Andréia Vieira. *A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)*. Castro, 2003 (trabalho apresentado ao I Encontro de Castro, “Escravidão e liberdade no Brasil Meridional”)

¹⁶² Ibid.

Quase todas as famílias registradas aparentemente passaram pela sanção da igreja; estavam distribuídas da seguinte forma: 10 casais, acompanhados ou não pelos filhos, 14 viúvos e viúvas, muitas vezes rodeados por seus filhos já adultos e, por fim, somente três diziam respeito à mães solteiras¹⁶³, ou seja, apenas 10% das famílias estavam fora do padrão cristão de casamento.

Tanto o caso da Fazenda Butuquara como o do Capão Alto, o primeiro mais que o último, servem para realçar o desprendimento de muitos cativos quanto ao aval religioso para a formação de famílias; sabe-se hoje que não foram poucas as mulheres responsáveis pelas famílias durante a escravidão. Para o Porto de Mambucaba, litoral sul-fluminense, Márcia Vasconcellos analisou dezenove inventários entre os anos de 1830-1881 e notou que famílias matrifocais foram bastante freqüentes, sobretudo nos fogos de pequeno porte. Do total de famílias encontradas nas posses com até 15 escravos, 80,9% eram constituídas pela mãe e seus filhos e nas grandes unidades, por sua vez, este percentual passava por uma pequena queda chegando a 78,2%¹⁶⁴.

Estas informações levam a crer que a freqüência de família foi muito mais expressiva do que imaginamos, caso consideremos não apenas aquelas sacramentadas pela igreja. Além de famílias nucleares constituídas por casais unidos na fé cristã, com ou sem filhos, existiam as matrifocais. A possibilidade de aparentar-se, porém, não parava por aí. A própria Fazenda Butuquara de Curitiba comprova eficientemente nosso argumento. As relações de filiação estabelecidas entre os escravos consolidaram-se por meio de uniões legalmente estabelecidas e também por laços não sancionados, uma vez que cinco das nove famílias registradas no inventário eram formadas por mães solteiras acompanhadas por seus filhos. A presença dos avós e tios, além dos laços de compadrio usados para estreitar relações e cimentar vínculos de amizades,

¹⁶³ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). *Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo – População de Castro, 1829* (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).

¹⁶⁴ VASCONCELLOS, Márcia Cristina. Casar ou não, eis a questão. Os casais e as mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, 1830-1881. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano24, (2): 291-316, 2002., p. 299.

informam o alcance destas famílias que tendiam, a longo prazo, a agrupar um volume considerável de pessoas aparentadas entre si.

É verdade que a consolidação das relações conjugais e a propagação do parentesco não reservaram-se apenas às fazendas de absenteístas. Como constatamos nos capítulos anteriores, a presença de enlacs reconhecidos pela igreja não foi nada pequena em Castro; comparativamente aos anos que prenderam a atenção de Gutiérrez, a frequência de famílias cresceu significativamente em 1835, mesmo apresentando algumas transformações na estrutura de posse e na demografia da população escrava. A constatação de que tais relações conjugais tendiam a manter-se no decurso dos anos reforçam a tese de que os escravos estavam juntos por gerações e compartilhavam crenças e valores que facilitavam as aproximações e os contatos, estimulando vínculos mais profundos. Estamos convencidos, todavia, que o absenteísmo de algumas unidades abria algumas portas à socialização e acrescentava “algo mais” às convivências no cativeiro. A distância do senhor em Castro, como também em Curitiba, pode ter criado uma configuração social na qual os laços de solidariedade e parentesco tendiam a expandir-se mais que nas fazendas com senhores. Considerando, ainda, o caráter da economia, pouco abalada que era pelo tráfico de escravos, é possível que as oportunidades de permanências das famílias estimulassem fortemente os vínculos horizontais solidificando, em consequência, a comunidade escrava.

Analisando algumas grandes fazendas no sudeste do século XIX, Carlos Engermann também constatou que quanto mais distantes estivessem as escravarias do comércio de homens maior o tempo de convívio entre os cativos e, conseqüentemente, mais intensos eram os meios de socialização disponíveis. Na Fazenda Bocaína (1872) do senhor Aguiar de Vallin notou um perfil sexo-etário marcado pelo efeito do tráfico com forte repercussão sobre as taxas de reprodução natural. No Engenho Novo de Pavuna (1852), no Engenho de Camorin (1864) e na Real Fazenda de Santa Cruz, por outro lado, percebeu relativo equilíbrio sexo-etário e expressivo crescimento vegetativo, uma vez que as marcas das compras passadas quase não eram mais sentidas nestas unidades.

Além da distância do tráfico, uma delas contava com uma particularidade que a diferenciava grandemente das outras. Trata-se da Fazenda de Santa Cruz que, além de desligada do tráfico há muito tempo, contava ainda com o absenteísmo de seus donos. Engermann argumenta que o longo período de abandono administrativo permitiu que os escravos gozassem de liberdade para desenvolver sua comunidade na qual valores e crenças circulavam, de boca em boca, produzindo um conjunto de práticas reconhecidas e respeitadas por todos os membros¹⁶⁵; a condição específica desta fazenda e a formação social que desenvolveu no tempo deram-lhe meios para a legitimação e incorporação de práticas indispensáveis para a formação e estabilidade da comunidade escrava¹⁶⁶.

A relativa autonomia dos escravos e o pouco contato com o comércio de homens, assim, tendiam a ampliar o tempo de convívio no cativeiro e a propagar redes de parentesco. No caso de Castro e Curitiba, sendo a produção normalmente voltada para o abastecimento do mercado local, os índices de mortalidade diminuía e amenizavam as discrepâncias por sexo; os indicadores de nupcialidades aumentavam quando os escravos deparavam com chances mais abertas de escolhas e acumulavam expectativas de que suas famílias lograssem sobreviver por um período considerável de tempo. Nas absenteístas, somos levados a acreditar que tais possibilidades disparavam diante da autonomia que os cativos desfrutavam de encaminhar uma vida mais à “sua maneira”. Como afirmou Engermann “(...) *aparentar-se seria antes do mais, a obtenção de*

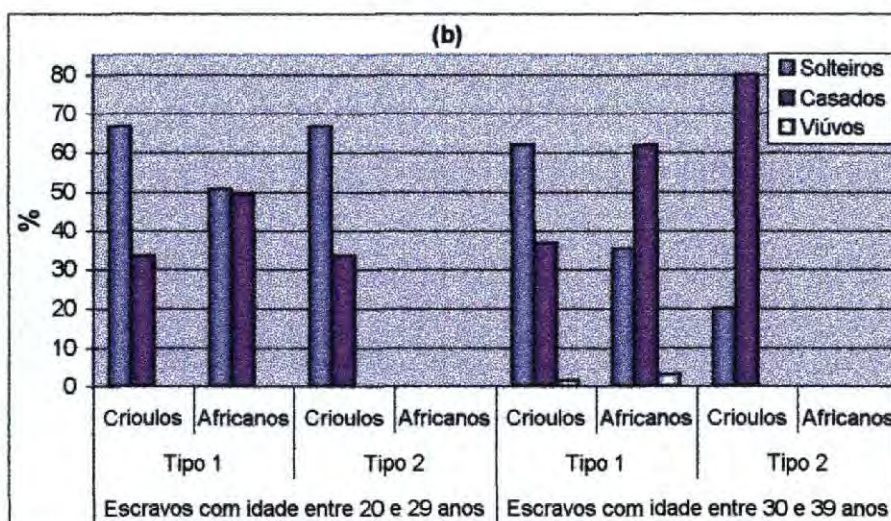
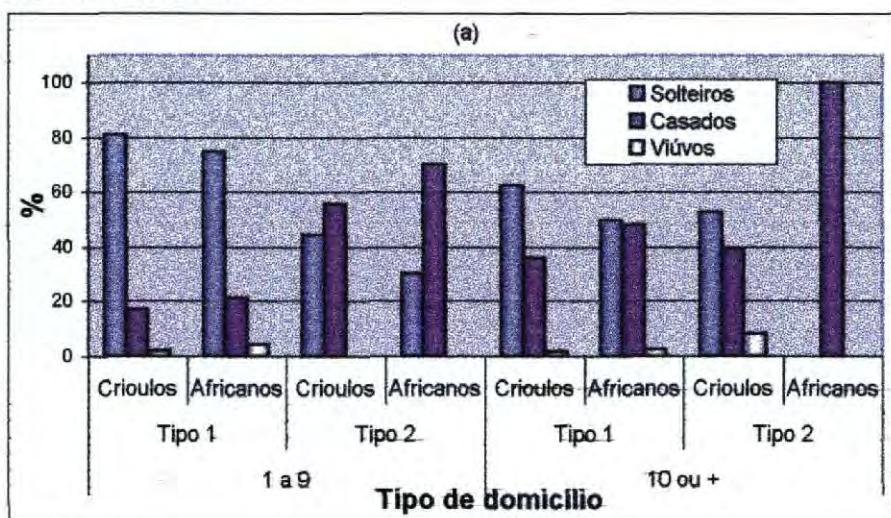
¹⁶⁵ ENGERMANN, Carlos. Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, ABPHE, 2003, Caxambu, Minas Gerais. *Anais Eletrônicos*.

¹⁶⁶ *Ibid.* Para reforçar seu argumento de que o término das importações de homens estimulou a formação de famílias, Engermann cita o caso da fazenda estatal venezuelana do Chuao. Informa que em 1671 mostrava uma configuração social bastante diferente daquela que apresentaria pouco mais de um século depois. No primeiro momento, abrigava 111 escravos dentre os quais as elevadas desproporções sexuais denunciavam as conexões com o comércio de escravos, o que explica, segundo ele, que *apenas* 78% dos escravos eram aparentados entre si. Em 1808, contudo, não é mais possível distinguir os efeitos do tráfico: alta participação de crianças e jovens e o percentual de desarraigo entre os 300 escravos que agora congregava era inferior a 1%, ou seja, praticamente todos os escravos estavam envolvidos em laços de parentesco.

*aliados (...)*¹⁶⁷. Era o meio mais seguro e relativamente acessível para se alcançar integração e conquistar o pertencimento à comunidade escrava.

Para os africanos, quase sempre sem vínculos na comunidade, aparentar-se era uma forma acessível para desfazerem seus estereótipos de estrangeiros. Nos plantéis de grande porte e com senhores presente, pouco mais de 35% dos crioulos existentes eram casados contra aproximadamente 50% dos africanos. Nas fazendas de absenteístas, os dados foram mais expressivos: todos os escravos africanos acima de 15 anos declararam-se como casados (note-se, porém, que eram somente três).

GRÁFICO 5 C - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO A PROCEDÊNCIA E ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835



Fonte: Vide Gráfico 1A

Nota: Números absolutos disponíveis em anexo (Tabela Q.3)

¹⁶⁷ Ibid.

É possível que o relativo grande acesso dos africanos ao casamento, constatado também nos dois capítulos anteriores, esteja ligado aos seus anseios por integração social. A busca pelo espaço de *autonomia* e o desejo de inserção na comunidade cativa, neste sentido, não foi privilégio apenas dos crioulos, como seria de esperar. Os escravos nascidos no Brasil, conforme Hêbe Mattos, possuíam uma bagagem de experiências que lhes permitia lutar por aquilo que consideravam um “*cativeiro justo*”¹⁶⁸, isto é, capaz de lhes prover recursos (melhor alimentação, dias de descanso, roça própria, entre outros) de acesso à liberdade. Coisa parecida, mas com diferenças significativas, aconteceu em Castro. Tendo em vista que a inserção máxima acontecia pela constituição de família, parece que os africanos tiveram melhores oportunidades que o grupo oposto.

Há outra hipótese, disponível na historiografia, para explicar esse tipo de comportamento. Analisando as uniões conjugais entre os cativos do Rio de Janeiro de 1790-1830, Florentino e Góes sustentam que teria existido uma acirrada competição entre crioulos e africanos pelo domínio do mercado de mulheres férteis. Nesta concorrência, a idade era decisiva: existia uma certa vantagem para os homens mais velhos. Em geral, eram os homens maduros e idosos que monopolizavam as mulheres disponíveis, em especial as jovens e férteis. No Rio, eram os crioulos os cativos mais velhos e que se beneficiavam deste mercado.

Transpondo a hipótese para Castro, tudo nos faria esperar que, sendo os crioulos jovens, teriam tido chances escassas de casarem. Mas há que levar em conta alguns dados adicionais. Quando se observa a questão tendo em vista classes etárias circunscritas, vê-se não ter sido apenas por causa de suas idades que os africanos tinham mais chances de ligarem-se no matrimônio. Como africanos eram raros nas maiores fazendas de absenteístas (o que por si só já constitui informação de peso), temos que nos limitar a olhar para as unidades com senhores presentes. Nelas, casados eram mais comuns entre africanos com idades entre 20 e 29 anos que entre crioulos da mesma faixa etária. O mesmo se

¹⁶⁸ CASTRO, op. cit., p. 43.

percebe no tocante às pessoas com idades na casa dos trinta. Africanos casavam mais (ou mais rapidamente) que crioulos, em termos proporcionais.

Podemos supor, ainda, que entre os africanos de Castro não era tão forte a preferência em casar-se com pessoas da mesma origem, isto é, africanos com africanas. Os dados sugerem que os africanos não se recusavam terminantemente a casar com pessoas do grupo oposto (sobretudo os homens). Considerando o total de escravos de Castro acima de 15 anos alguma vez casados, constata-se que havia 75 homens africanos casados e apenas 52 mulheres; quanto aos crioulos, constatamos 114 homens coloniais e 137 crioulas¹⁶⁹, fornecendo um esboço de que homens africanos e mulheres crioulas casavam mais que os outros cativos.

Os dados levam a crer na existência de chances mais abertas de casamentos aos africanos, em especial para os homens. Sua baixa representatividade nos plantéis, quando comparados aos crioulos, pode ter contribuído para aumentar suas chances dentro do mercado matrimonial. Mas a explicação pode ir um pouco além. Pode ser que o índice de nupcialidade maior para os africanos tenha sido decorrência de uma sujeição mais estrita dos crioulos a travejamentos derivados de regras de exogamia, conforme a sugestão de Higman; é possível que a experiência maior que os crioulos acumularam no cativeiro tenha contribuído para torná-los mais aparentados uns aos outros, dificultando os arranjos conjugais. É certo, por outro lado, que as listas não permitem saber “*quem era casado com quem*”, o que serviria para afirmar se as escolhas por parceiros entre os africanos foram mais abertas. Mas a análise do volume de escravos alguma vez casados nos diferentes domicílios faz-nos acreditar que a “sobra” de homens africanos casados ligou-se a mulheres crioulas. Podemos confirmar esta tendência, por exemplo, pelo caso dos três africanos casados das unidades de tipo 2. Todos pertenciam a uma mesma escravaria. Trata-se, especificamente, da fazenda de D. Ana Luiza, viúva e proprietária de 52 escravos. É provável que seus únicos três africanos fossem casados com crioulas do mesmo plantel, uma vez que o volume de escravos

¹⁶⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo – População de Castro, 1835 (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).

ampliava as chances matrimoniais dentro de um mesmo domicílio. O fato de não ter nascido no Brasil não pareceu ter sido um empecilho para que o africano formasse família, ou pode mesmo, segundo Higman, ter representado uma vantagem. A quantidade de homens africanos casados, sem possíveis cônjuges de seu próprio grupo étnico, informa que casais escravos mistos realmente não eram incomuns em Castro. A análise das alianças matrimoniais, além de informar importantes características dos arranjos conjugais da população cativa e livre de Castro, nos fornece subsídios para comprovar esta particularidade privilegiando os homens africanos. Como veremos a seguir, havia muitas pessoas, livres e escravas, que não se importavam em unir-se com parceiros do grupo não considerado ideal.

3.2) Alianças Matrimônias

Na introdução deste capítulo informamos que a cor e a origem do indivíduo interferiam em suas chances matrimoniais. No universo dos escravos, aparentemente, a procedência africana de alguns cativos não impediu o acesso à famílias. Pelo contrário. Sobretudo entre os homens, os poucos vínculos estabelecidos na comunidade tornava-os, em teoria, disponíveis a casarem-se com qualquer um da propriedade, o que talvez também contribua para o entendimento de tantos casados entre os africanos.

Quanto aos livres de cor constatamos, no Capítulo I deste trabalho, que quase não tiveram acesso a recursos econômicos, sendo poucos aqueles donos de alguns escravos. A maioria dos não brancos cabeças de fogos, livres ou libertos, não podia contar com mais recursos a não ser aqueles que sua força de trabalho poderia conquistar. Assim, torna-se sugestivo que casamentos socialmente ascendentes não eram tão comuns entre estas pessoas, caso consideremos não apenas a barreira da cor mas, sobretudo, suas limitações econômicas.

É Rugendas, mais uma vez, que fornece algumas pistas sobre o alcance destes casamentos para os livres de cor. Informa o viajante alemão que apesar dos brancos preferirem casar-se entre si, os casamentos de brancos com mulheres

de cor eram bastante comuns, tanto nas classes inferiores quanto nas mais elevadas. O que se censurava, e era motivo de espanto na sociedade, eram as uniões de mulheres brancas com homens de cor; todavia, tais matrimônios eram mais tolerados pelo público no Brasil que na Europa, muito mais resistente aos casamentos desiguais. Sustenta que, além do preconceito da cor, o que estavam em jogo eram as condições sociais e econômicas das pessoas, não sendo comum homens brancos e com boas condições financeiras unirem-se à mulheres brancas das classes mais baixas¹⁷⁰. Complementa afirmando que, neste aspecto, as mulheres de cor enfrentavam os mesmos obstáculos que as brancas pobres, mas contavam com o apoio de seus familiares:

As ligações entre brancos e mulatas são freqüentes, principalmente por que, em sendo abastados, os pais casam de bom grado suas filhas com os brancos, sem se preocupar com a posição social dêstes. Por isso, os rapazes europeus, quando agradáveis de aspecto e com alguma prática do comércio, conseguem facilmente ricos casamentos com mulheres de côr¹⁷¹.

Tais informações sustentam que o mercado matrimonial podia ser visto, sobretudo para as mulheres, como meio capaz de favorecer processos de mobilidade e acesso a recursos. Para as famílias não brancas com filhas à casarem, o que ajudava a definir o casamento não era necessariamente a cor do pretendente, mas suas condições econômicas e os meios que se utilizavam para garantir suas sobrevivências. Assim, os que estivessem envolvidos nas atividades mais lucrativas, especialmente o comércio, tendiam a conquistar bons casamentos na sociedade.

Observando os enlaces envolvendo libertos e livres de cor em duas paróquias do Rio de Janeiro, Engenho Velho (1765-1828) e São José (1790-1844)¹⁷², Carlos Lima também notou que estratégias ascendentes pelo casamento foram bastante comuns nestas áreas, sobretudo para as mulheres. Quanto mais

¹⁷⁰ RUGENDAS, *Viagem pitoresca através do Brasil ...*, p. 95-96.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 96.

¹⁷² Quanto a isto ver LIMA, Carlos A.M. *Estudos sobre o mercado e as alianças matrimoniais. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (tese de Doutorado), parte II.

afastadas estivessem da marca do cativo – diga-se, passado africano – e da cor negra, maiores suas oportunidades de ascensão social pelo casamento¹⁷³. Reforça que mesmo tendo sido este um mercado segmentado caracterizado por diversos outros critérios e preferências de escolhas, as uniões hipergâmicas propenderam a obedecer ao padrão definido como pardo e livre, condições estas mais distantes do passado escravo a que estiveram sujeitos os possíveis nubentes ou seus ascendentes.

No caso do Paraná, Gutiérrez revela que, mais que a cor, o que contava na frequência e efetivação dos matrimônios era a condição jurídica dos noivos. Os níveis de casamentos da população livre de cor foram semelhantes aos dos brancos, informando que a cor não representava um obstáculo aos nubentes não brancos no Paraná; a mesma tendência se repetiu com aqueles submetidos à escravidão, uma vez que pardos e pretos, estes últimos com um percentual levemente maior, casavam na mesma proporção¹⁷⁴. Argumenta que o grande acesso de livres de cor às uniões, num contexto de relativa competição branca, deveu-se à escolhas mais abertas que desfrutavam quando comparados aos escravos. Estes, por sua vez, estariam mais atentos às limitações do mercado matrimonial que a cor do futuro cônjuge, embora a endogamia quanto a origem tenha prevalecido.

No período analisado por Gutiérrez, portanto, a cor dos nubentes não foi uma barreira muito grande que impedisse casamentos socialmente ascendentes. Mais que a cor, o que pesava mesmo era a condição do indivíduo. Pessoas livres, de cor ou não, casavam na mesma proporção. No universo dos escravos, por outro lado, as escolhas tenderam a ser mais restritas e os casamentos eram

¹⁷³ LIMA, Carlos A.M. Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844). In: *Estudos Afro-Asiáticos*. n. 24, 2000. O autor argumenta, ainda, que as uniões isogâmicas entre os livres de cor não podem ser vistas apenas como resultados da exclusão social, como justifica a historiografia tradicional. Elas devem ser entendidas como estratégias que livres de cor e libertos faziam uso para atingirem unidades produtivas autônomas e laços familiares. Além de enxergar estes enlaces como meio de ascensão social e de melhorias econômicas, discute a participação da comunidade e da família negra neste processo que tendiam, por sua vez, a incentivar suas filhas a casarem hipergamicamente com vistas a inserirem-se em unidades sociais mais significativas.

¹⁷⁴ GUTIÉRREZ, H. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. São Paulo, 1986, Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (mimeo)., Ver Tabela 4.4 p. 143.

preferencialmente endogâmicos quanto a origem. Todavia, houve casos de casamentos mistos no cativo informando que, sob a escravidão, critérios seletivos faziam crescer as expectativas conjugais de alguns. Certos cativos ligavam-se em matrimônio com pessoas “menos negras” que eles próprios; outros, por sua vez, foram mais longe e ultrapassaram a barreira de sua condição unindo-se a pessoas livres. Por ora, porém, detenhamo-nos somente aos casamentos diferenciados quanto a cor e origem, buscando indícios de que eram estratégicos e garantiam chances de ascensão social e acesso a recursos, tanto no mundo dos livres como no dos escravos.

Utilizando-nos das informações dos Assentos de Casamentos e das Fichas de Batismo, bem como os dados contidos nos censos sobre a população livre (chefes de fogos e agregados que já haviam conhecido o casamento), pretendemos, assim, levantar algumas questões sobre as características das uniões tendo como cerne condutor a cor dos casais e a procedência (neste último caso, somente os escravos). A idéia é trazer à tona alguns resultados que informem se a cor e a procedência, bem como a condição social dos cônjuges, foram usados como dispositivos de ascensão social e qual teria sido o alcance destas estratégias para a população livre e escrava de Castro. Pretendemos, ainda, investigar se a região seguiu a tendência apresentada pela historiografia de que mulheres tinham muito mais acesso a casamentos socialmente ascendentes que os homens.

Para a organização das tabelas, estipulamos alguns critérios. Na tabela 5A (pág. 142) consideramos todos os casais escravos que foram possíveis localizar nos livros paroquiais, inclusive aqueles em que um dos cônjuges era livre ou liberto. Os infôrmes desta tabela, além de orientar as discussões sobre as alianças matrimoniais dos cativos, servirá para a análise dos casamentos de livres com escravos; que empreenderemos mais à frente. Os mulatos e escravos sem registro de cor foram contados como crioulos por que quase sempre apareceram como filhos de pais crioulos. Na tabela 5B (pág. 145) contemplamos apenas os casados entre os chefes de domicílios registrados nos censos de 1835, independente se eram escravistas ou não; por fim, na Tabela 5C (pág. 146) reunimos somente os

casados entre a população agregada ao domicílio. Intenciona-se, com estas informações, investigar sob qual cor e gênero os livres de cor podiam almejar ascender socialmente pelo matrimônio e se os padrões de casamentos foram semelhantes aos do contingente escravo.

Os informes da tabela 5A (pág. 142), neste sentido, confirmam que o tipo de união predominante entre os casais escravos era inquestionavelmente endogâmico, sobretudo para os crioulos. De fato, boa parte dos escravos nascidos no Brasil, independente do sexo, eram casados entre si. Tudo sugere que para muitos casais crioulos era a naturalidade do cônjuge que determinava a escolha por um parceiro em detrimento do outro.

Quanto aos africanos também prevaleceu a endogamia. Contudo, estavam muito mais envolvidos em uniões mistas que os crioulos, informando que tendiam a ser menos intransigentes quando buscavam parceiros conjugais. Tanto os africanos como as africanas uniram-se predominantemente com negros crioulos que com libertos¹⁷⁵; estes últimos, por sua vez, tendiam a casar-se para baixo no que diz respeito à sua cor e condição. Entre os pardos, não foi registrado nenhum caso de endogamia, que casavam normalmente mais com crioulos que com africanos.

As uniões de africanos com coloniais, sejam eles pretos ou pardos, reforçam o argumento de que africanos propenderam a ser mais abertos à diversidade que os crioulos. Mais ainda. Os homens o eram mais que as mulheres, uma vez que casavam com coloniais (crioulas e libertas) com frequência maior que as africanas. Em outros termos, os homens estavam mais sujeitos que as mulheres a unirem-se com pessoas melhor situadas que eles mesmos, isto é, mais distantes da marca africana, “menos negras” e não escravas. Os dados da tabela informam que 13 homens casaram-se com não coloniais e apenas 6 africanas desfrutaram da mesma condição. Vejam, ainda, que enquanto 4 africanos estabeleceram enlances conjugais com libertas, das quais 3 eram pardas, apenas 2 mulheres da mesma etnia lograram unir-se a homens forros, e

¹⁷⁵ É importante informar que casar-se com libertos era quase sempre sinônimo de união com pessoas pardas, sobretudo para os homens. Dentre os 12 homens forros, metade eram pardos; dentre as 10 mulheres, 7 eram pardas.

todos eram negros. Quanto as uniões com escravos coloniais, 9 africanos contraíram núpcias com crioulas e somente 4 africanas estabeleceram famílias com crioulos, ou seja, cativos africanos tendiam a casar-se mais com crioulos e livres que as mulheres não coloniais.

TABELA 5 A - ALIANÇAS MATRIMONIAIS DOS ESCRAVOS SEGUNDO OS REGISTROS DE CASAMENTOS, CASTRO, 1800-1824

HOMENS										
	Livres*		Libertos*		Pardos Escravos		Crioulos		Africanos	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Livres*	-	-	0	0	0	0	1	1,6	0	0
Libertas *	-	-	0	0	0	0	5	7,9	4	15,4
Pardos Escravas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crioulas	0	0	10	83,3	1	100	53	84,2	9	34,6
Africanas	0	0	2	16,7	0	0	4	6,3	13	50
TOTAL	0	0	12	100	1	100	63	100	26	100

MULHERES										
	Livres*		Libertas*		Pardos Escravas		Crioulas		Africanas	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Livres*	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
Libertos*	-	-	-	-	0	0	10	13,8	2	10,5
Pardos Escravos	0	0	0	0	0	0	1	1,3	0	0
Crioulos	1	100	5	55,5	0	0	53	72,6	4	21,1
Africanas	0	0	4	44,4	0	0	9	12,3	13	68,4
TOTAL	1	100	9	100	0	0	73	100	19	100

Fonte: Livro de Casamentos de Castro, 1793-1824

Casa da Cultura Emilia Erichsen (cópias transcritas arquivadas na Casa da Cultura) – foram recentemente confrontadas com dados originais através de cópias presente no CEDOPE/DEHIS/UFPR.

Nota: * Foram considerados apenas os (as) casados (as) com escravas (os).

Situação semelhante foi encontrada por Vasconcellos no sul-fluminense, levando-a a constatar que “(...) a segunda maior freqüência de casais envolvia não homens e mulheres crioulos (...) mas mulheres crioulas e homens africanos”, propondo como hipótese a esta realidade como “(...) resultado, talvez, da falta de mulheres africanas para os homens africanos, ou de homens crioulos para as mulheres crioulas”¹⁷⁶.

É importante inserir, todavia, algumas considerações sobre as justificativas de Vasconcellos para o alto índice de casados entre os homens africanos. A primeira hipótese, falta de mulheres africanas, não pode ser de todo descartada; todavia, no caso de Castro há indícios que, de certa forma, invalidam

¹⁷⁶ VASCONCELLOS, Casar ou não eis a questão ..., p. 302.

tal explicação, pois, constatou-se que, entre 1824-1835, ocorreu um expressivo incremento do contingente escravo, sobretudo de africanos. Enquanto o ritmo de crescimento de homens crioulos na população foi de 20% de uma data a outra, entre os homens africanos foi de 144,8%; quando se atenta às mulheres, contudo, os dados foram mais surpreendentes: a presença de crioulas aumentou em 5,2% e a de africanas saltou para 219,9%¹⁷⁷.

Tudo sugere, portanto, que não foi por falta de mulheres da mesma origem que africanos casaram com crioulas, pois, o número de africanas foi quarenta vezes maior que a taxa de crescimento sofrida pelas crioulas, ou seja, a presença africana na população aumentou significativamente entre 1824 e 1835.

A segunda hipótese colocada por Vasconcellos também é improvável, pois, populações crioulas, em suas diversas gerações, tendiam a ter números iguais de homens e mulheres, haja à vista o equilíbrio por sexo constatado por Gutiérrez no intervalo de 1800-1830 no Paraná. Assim, homens crioulos dificilmente faltariam numericamente de uma forma sustentada ao longo do tempo. A “sobra” de homens casados de procedência africana sem possível parceiro da mesma etnia, sugere que os arranjos conjugais contavam com parcela crioula da escravaria. Os dados dos censos, vistos a partir da análise das absenteístas, já nos deram indícios de que os homens africanos casavam mais com coloniais que as africanas. Se a tendência geral era de presença de mulheres africanas na comunidade e se, por outro lado, homens crioulos estavam disponíveis às crioulas, por que razão, então, homens africanos tendiam a casar-se com mulheres coloniais?!

Lançamos como hipótese, neste sentido, que africanos eram mais abertos à diversidade não por que faltavam, numericamente, homens crioulos na comunidade, mas por que existia uma certa carência destes homens socialmente. Talvez africanos freqüentemente casassem com crioulas porque os homens coloniais propenderam a estar envolvidos em laços de amizade e parentesco com as mulheres crioulas. Acrescenta-se, ainda, a necessidade de incorporação de

¹⁷⁷ LIMA, Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835), op. cit

estrangeiros através de famílias. Para os senhores, casar seus africanos era, politicamente, uma necessidade empregada para evitar fugas e garantir a integração na comunidade¹⁷⁸. Como os crioulos tendiam a ser aparentados entre si, o contexto era ideal para os africanos. Voltamos, mais uma vez, a recorrer à hipótese de Higman de que crioulos, há muitas gerações no cativeiro, estavam mais sujeitos à observância de regras de exogamia que os africanos, em virtude dos vínculos parentais estabelecidos ao longo de suas existências¹⁷⁹. Informa o autor que é por esta razão que estes cativos estavam propensos a estabelecer uniões fora de sua escravaria, buscando parceiros em plantéis distantes de seu círculo de convivência, embora não estivessem impedidos de formarem famílias com pessoas do mesmo domicílio, origem e de cor “menos negra” que a sua.

Foi o que aconteceu com Gabriel e Tomázia da Fazenda do Capão Alto. De cor parda, Tomázia foi localizada nos Livros de Batismo, em 1804, batizando o filho Leandro em companhia do possível pai da criança, o negro Gabriel. Não sabemos a data do casamento de Tomázia e Gabriel, uma vez que foram identificados somente nos Registros de Batismo; mas sabemos que foram realmente casados, uma vez que assim foram identificados nos censos de 1829, vinte e cinco anos depois de terem batizado Leandro. Gabriel contava com 62 anos e Tomázia com 33 anos de idade, o que também nos fornece uma noção da idade de Tomázia quando uniu-se à Gabriel, questão esta que também voltaremos a tratar.

Destacamos aqui, ainda, um dos casos raros de uniões em que africanos casavam-se com pardas. No dia 12 de outubro de 1799, casou-se Joaquim da Guiné, escravo que pertencia ao Reverendo José Joaquim Monteiro de Matos, com Escolástica Rodrigues França, viúva que ficou de Felipe, antigo escravo de José Alves. O caso chama atenção, pois, além de ilustrar casamento ascendente

¹⁷⁸ É o que sugere, por exemplo, a realidade constatada, a partir dos livros paroquiais, no domicílio de Francisco Xavier da Silva. Em 1820, no mesmo mês, dia e horário, encaminhou à igreja seis casais africanos da Guiné para receberem as bênçãos nupciais. É possível crer que os 12 africanos fossem escravos recém-adquiridos por Francisco Xavier no mercado e talvez a visível preocupação de casá-los revele sua intenção de pacificação e inserção dos cativos na comunidade e, portanto, também a ingerência senhorial nas famílias escravas.

¹⁷⁹ HIGMAN, *Slave population* ..., p. 368-371.

pela cor e procedência, quando um africano liga-se a uma mulher parda, revela que havia outros meios de ascensão para aqueles confinados no cativoiro. Escolástica Rodrigues, além de parda, era também livre. É mais à frente, contudo, que discutiremos este tipo de casamentos.

Quanto ao mundo que os escravos sonhavam em conquistar, o dos homens livres, também é possível depreender algumas constatações sobre o casamento como meio de ascensão social. Conquistada a liberdade, uma das grandes preocupações dos ex-escravos certamente era a de consolidar-se no universo dos livres adquirindo um pedaço de terra capaz de garantir sua sobrevivência e a de sua família. A pouca participação de livres de cor como cabeças de fogos pode ser vista como indício das dificuldades reservadas a estes homens. Do total de donos de domicílios casados encontrados nos censos de 1835, apenas 26,8% eram de cor; destes, a maioria era composta por pardos, sendo raríssimos os negros como chefes de fogos: 95,1% e 4,9%, respectivamente.

TABELA 5 B DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS CABEÇAS DE DOMICÍLIO PELAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS E SEGUNDO A COR, CASTRO – 1835.

HOMENS						
	Branços		Pardos		Negros	
	n.	%	n.	%	n.	%
Branças	585	97,7	14	8,2	0	0
Pardas	14	2,3	155	90,6	7	87,5
Negras	0	0	2	1,2	1	12,5
TOTAL	599	100	171	100	8	100
MULHERES						
	Branças		Pardas		Negras	
	n.	%	n.	%	n.	%
Branças	585	97,7	14	7,9	0	0
Pardas	14	2,3	155	88	2	66,6
Negras	0	0	7	4	1	33,3
TOTAL	599	100	176	99,9	3	100

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de Castro

Arquivo Público do Estado de São Paulo (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR)

Nota: No total de domicílios de Castro foram localizados 615 homens brancos casados; 11 homens negros casados e 214 homens pardos também casados. Somente para 778 deles foi possível identificar a cor das esposas e são estes que constam na tabela.

Sobre as alianças matrimoniais dos livres de cor, as tabelas 5B e 5C (pág. 146) nos fornecem algumas pistas sobre a cor limitando processos de ascensão social via matrimônio. A isogamia prevaleceu especialmente entre brancos e pardos, tanto entre os cabeças de fogos como igualmente entre os agregados. Os

dados sugerem uma forte tendência das pessoas fecharem-se entre si, ou seja, brancos casando com brancas e pardos com pardas. Nota-se, porém, que a tendência à isogamia foi muito pequena entre os negros, em especial entre os cabeças de fogos.

Os poucos casos que fogem à regra, todavia, são ilustrativos porque revelam de que forma as alianças matrimoniais entre indivíduos de cores diferentes funcionavam como estratégias de mobilidade social. Podem demonstrar sob que cor e gênero as pessoas reuniam maiores oportunidades de casarem para cima, isto é, quais conseguiam subir na escala social contraindo núpcias com indivíduos considerados, aos olhos brancos, socialmente superiores.

As duas tabelas são claras em comprovar que os brancos quase não se casavam para baixo, exceto com pardos; mesmo assim, a parcela destas uniões foi ínfima tanto para homens quanto para mulheres, uma vez que pouco mais de 2% das uniões (e 4% para os agregados), de ambos os sexos, foram desta modalidade. Os casos de casamentos para baixo, contudo, não passavam disso. Tanto os donos de domicílios quanto os agregados não casaram com pessoas negras. Nenhum homem ou mulher branca ligou-se em matrimônio a negros, informando que as pessoas desta cor estavam impedidas de ascensão social pelo casamento, caso dependessem para isso das mulheres e homens brancos.

TABELA 5 C - DISTRIBUIÇÃO DOS AGREGADOS PELAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS E SEGUNDO A COR, CASTRO – 1835.

HOMENS						
	Brancos		Pardos		Negros	
	n.	%	n.	%	n.	%
Branças	25	96	1	5,3	0	0
Pardas	1	4	18	94,7	1	25
Negras	0	0	0	0	3	75
TOTAL	26	100	19	100	4	100
MULHERES						
	Brancas		Pardas		Negras	
	n.	%	n.	%	n.	%
Branças	25	96	1	5	0	0
Pardas	1	4	18	90	0	0
Negras	0	0	1	5	3	100
TOTAL	26	100	20	100	3	100

Fonte: Vide tabela 5B

Quando atentamos para as informações referentes aos pardos, os resultados são um pouco menos negativos. Como vimos, tanto as mulheres como os homens pardos tinham suas oportunidades ampliadas de acesso a parceiros socialmente melhor situados que eles. Os dois sexos casaram na mesma proporção com pessoas brancas, informando que alguns poucos dentre os pardos lograram ascender na escala social através de seus enlaces matrimoniais.

Os pardos, no entanto, não casavam apenas para o alto. Houve alguns casos de uniões entre pardos e negros. Contudo, há de se reparar que houve uma particularidade concernente aos sexos: a participação de casamentos descendentes de homens pardos com negras foi muito menor que a de pardas com homens negros. Enquanto 2 homens pardos casaram com negras, 7 pardas uniram-se a homens de cor negra; para os agregados os resultados foram mais visíveis e confirmam a tendência: uma mulher casou-se com negro e nenhum pardo com mulheres negras.

Estas informações indicam que os negros, mais que as mulheres, tinham chances alargadas de casarem-se para o alto. Vejam que enquanto 87% dos negros donos de domicílios uniram-se a mulheres pardas, apenas 66% das negras tiveram a mesma sorte. Os agregados, mais uma vez, entram para confirmar a regra: 25% das uniões de negros deram-se com pardas e nenhuma negra uniu-se a homem pardo. Assim, inegavelmente os homens possuíam chances expressivas de ascensão social quando comparados às negras livres; estas, por sua vez, raras vezes casavam para cima, dependendo quase que exclusivamente de homens da sua cor para casarem.

É sugestivo, assim, que sob a escravidão ou no mundo dos livres a cor e a marca africana realmente faziam diferença quando a questão era ligar-se em matrimônio a alguém. Mulheres e homens africanos, como vimos, tendiam a exogamia. Todavia, casavam mais com negros que com libertos, quase sempre pardos. Estes, por seu lado, raramente casavam entre si (não foi notificado nenhum caso nos Assentos de Casamentos); assim, viam-se obrigados a estabelecer uniões exogâmicas com crioulos, porém o mínimo possível com africanos.

No mundo dos livres as coisas não foram muito diferentes. Os homens brancos limitavam seu campo de ação no mercado matrimonial procurando preferencialmente parceiros da mesma cor. Não foi incomum, contudo, a presença de casamentos descendentes estabelecidos com pardos, mas nunca com negros. De forma semelhante se comportavam os pardos. Os homens, muito mais que as mulheres pardas, tendiam a considerar o estigma da cor na escolha dos cônjuges, raramente se casando com pessoas negras.

A cor e a procedência, desta forma, selecionavam as pessoas e abriram portas a casamentos socialmente ascendentes. Quanto mais próximos da cor branca e mais afastados do passado africano, no caso dos escravos, maiores as perspectivas de acesso a tais casamentos. Não podemos deixar de destacar, ainda, a condição de fronteira de Castro com terras disponíveis, sugerida por Carlos Lima, afetando os casamentos. Informa o autor, que a situação de fronteira aberta criava mecanismos de mobilidade ascendente para homens livres¹⁸⁰. Assim, os homens livres de cor, se não tinham muito mais chances de casar-se para cima, ao menos tinham mais possibilidades que as mulheres de evitar casarem-se para baixo.

No caso dos escravos, é possível aventar a hipótese de que a mesma situação de fronteira podia estar aumentando as chances de acesso às roças de subsistência. Talvez seja por esta razão que estavam mais propensos que as mulheres a unirem-se a pessoas “menos negras” e mais distantes do passado africano. É importante salientar, todavia, que outros meios de ascensão pelo matrimônio estavam ao alcance daqueles confinados a escravidão. É para eles que voltaremos agora nossos olhares.

3.3) Em Busca da Liberdade: Casamentos de Escravos com Livres

Nem todos os escravos estavam fadados a contrair núpcias com pessoas que compartilhavam a mesma vida e condição que a sua. Não são poucas as

¹⁸⁰ LIMA, Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002., p. 317-344.

pesquisas que têm apontado nesta direção. Não se sabe, ao certo, o que teria exatamente motivado este tipo de relacionamento; mas é possível aventar que a falta de opções de escolhas, sobretudo nos pequenos plantéis, e a possibilidade de conquistar a liberdade, especialmente para os filhos, tenham contado neste processo. Temos razões para crer que, o peso desta última possibilidade, foi mais expressivo, estimulando os enlaces desta natureza.

Em sua dissertação de Mestrado sobre as relações comunitárias de escravos e forros na Vila de Curitiba, Adriano Lima fornece indícios de que a comunidade cativa não estava fechada em si e podia ultrapassar as “(...) *as presumíveis ordenações jurídicas, de cor e de classe*”¹⁸¹; informa que não foram poucos os cativos que ousaram ultrapassar os limites de seus fogos estabelecendo vínculos conjugais com pessoas livres. Tais relacionamentos, argumenta, não eram passageiros, mas caracterizavam-se por um grau de organização e complexidade e superavam as fronteiras espaciais das escravarias. Adriano Lima sustenta seu argumento narrando uma série de casos de filhos sendo resgatados por pais livres do cativo em fins do século XVIII e início do seguinte. O caráter estável das relações e a preocupação que os pais manifestavam para com a liberdade dos filhos foram elementos que mereceram sua atenção:

Ora, não nos parece que o caso destes escravos (...) representaram relações efêmeras marcadas pela freqüente circularidade de parceiros. Ao contrário, podemos verificar neles a tentativa de ambos – marido livre/forro e mulher escrava – em constituir uma família estável. Os pais destes crioulinhos, ao arcar com os custos da alforria de seus filhos, certamente não estariam negando sua ligação com aquelas escravas. Ao contrário, estariam reconhecendo uma ligação parental e tentando resgatar seus filhos do cativo.¹⁸²

A freqüência de uniões mistas nesta localidade foi comprovada também pelos levantamentos realizados por Terezinha Pardo na Catedral de Curitiba entre 1788-1888.¹⁸³ Dos 359 casamentos envolvendo escravos, notou que 170

¹⁸¹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos. Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c.1830)*. Curitiba, 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná., p. 71.

¹⁸² Ibid., p. 31.

¹⁸³ PARDO, Teresinha Regina Buseti. *Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX*. Curitiba, 1993. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná (mimeo)

foram celebrados entre cativos e 189 uniam escravos com livres¹⁸⁴, ou seja, mais de 52% dos matrimônios de escravos registrados na catedral referiam-se a pessoas de condições jurídicas diferentes.

É sugestivo, assim, que outros meios de ascensão estivessem disponíveis aos escravos. Casamentos com livres podem estar informando possibilidade para a formação de famílias parcialmente livres do cativo, como também a inserção de forros e livres no meio escravo. Na maioria das vezes, ao cônjuge livre quase não restava opções a não ser coabitar com o parceiro escravo nos fogos, nos quais permaneciam como agregados. Em Santana de Parnaíba entre 1720-1820, por exemplo, Alida Metcalf constatou que 20% dos casamentos envolvendo cativos ocorreram entre escravos e livres. Informa a autora que nos Registros Matrimoniais era muito comum “(...) encontrar-se uma declaração feita pelo cônjuge livre de que ele ou ela acompanharia o cônjuge cativo. Em geral isso significava que o cônjuge livre viveria na mesma propriedade que o escravo, tornando-se de fato um agregado do proprietário”¹⁸⁵

Nos censos de 1835 encontramos alguns casos que sugerem casamentos entre escravos e livres, figurando estes últimos como agregados nos domicílios. Trata-se de situações em que escravos foram registrados como casados sem possíveis cônjuges do mesmo sexo na escravaria, mas sim entre os agregados. Quase todos eram de homens cativos casando-se com mulheres livres, que ficavam como agregadas enquanto aguardavam a liberdade de seus maridos. Dos 10 casos que foram possíveis identificar, apenas 2 referiam-se a mulheres como escravas e homens livres. Nos Assentos de Casamentos encontramos 22 uniões de livres com escravos, sendo que 10 envolviam mulheres livres e forras e 12 referiam-se a enlances de homens libertos com escravas. Somando os casos de uniões desta natureza das duas fontes, listas e Assentos, chega-se que eram os homens que acumulavam boas perspectivas de casarem-se com forras (inclusive um deles uniu-se a uma mulher livre). Devemos considerar, no entanto, que não foram poucos os forros encontrados estabelecendo vínculos com escravas. Tais

¹⁸⁴ Ibid., p. 36.

¹⁸⁵ METCALF, Vida familiar dos escravos em São Paulo ..., p. 237.

relacionamentos, evidentemente, podiam, no futuro, representar um grande problema, quando exigiam o acúmulo de algum pecúlio por parte de pais livres que desejavam resgatar do cativo possíveis filhos nascidos destas relações. Por outro lado, ligar-se a uma escrava pode ter sido uma forma de integração no domicílio e acesso a pequenos lotes de terra cedidos pelos chefes de fogos.

Eram os homens escravos, porém, que propenderam a unir-se com mulheres livres. É o que bem ilustra a pequena moradia da viúva Ana Maria Roiz de 83 anos, que contava apenas com o trabalho do escravo Antonio, negro de 40 anos, listado pelos recenseadores como casado. Como agregados, encontramos cinco crianças brancas, um homem adulto branco (solteiro) e a parda Maria de 45 anos, casada, e possível esposa de Antonio.

A maioria dos casos desta natureza nos traz uma informação adicional: a presença de crianças agregadas acompanhadas por suas mães. No domicílio do pardo de 93 anos João da Cruz Serra, por exemplo, o africano Jerônimo de 50 anos, único escravo de João, foi registrado como casado; como agregados, localizamos a parda Ana de 30 anos, também casada, e duas crianças pardas livres.

O mesmo se deu no domicílio de José Martins de Oliveira que, dos treze cativos que concentrava, apenas João de 40 anos constou como casado. Além de três adultos italianos, anotados como agregados nesta posse, havia ainda a negra Bárbara de 33 anos acompanhada de quatro crianças negras e livres.

Tais informações, assim, sugerem que enlaces com livres não eram incomuns nas escravarias de Castro. As constatações de Gutiérrez para o período de 1803-1806, nesta mesma região, são pertinentes a este respeito. Dos 22 casamentos celebrados neste intervalo notou que 6, ou seja, 27%, envolvia uniões desta natureza. Todavia, diferente do constatado por nós, eram as escravas que freqüentemente uniam-se a livres, pois, destes 6 matrimônios:

dois casos revelam que a escrava casou com um agregado; em três casos o esposo livre residia em outro domicílio, mas mudou-se para o fogo da escrava na qualidade de agregado logo após o casamento; por fim no último caso foi a esposa livre que veio residir no fogo do cônjuge escravo por ocasião do matrimônio, ficando também na categoria de agregada¹⁸⁶.

Tudo sugere, como argumentou Adriano Lima, que a comunidade escrava realmente não estava fechada em si. Vimos que o casamento pode ter sido um meio de ascensão social buscado pelos cativos. Tanto no universo dos escravos como no mundo dos livres, critérios seletivos contavam muito no processo. No caso dos escravos, porém, mais que a cor, o que talvez tenha pesado era a condição jurídica do parceiro, abrindo portas para a efetivação de famílias mais livres.

Foi possível localizar, ainda, casos de escravos casando com pessoas de cor “menos negra” que a sua e livres da escravidão. Além do caso, já mencionado, do africano Joaquim unindo-se a parda livre Escolástica, podemos citar também a condição do casamento de José e Esmeria. Na companhia de seus pais, Esmeria morava como agregada na fazenda de Joaquim José Pinto, proprietário de José. Casaram em 1820 e foram novamente encontrados juntos, quatro anos mais tarde, nos censos de 1824. É importante destacar que a união não ocorreu por falta de possíveis parceiras a José, pois, esta unidade contava com parcela expressiva de escravos (neste último ano, somavam 24 cativos). Assim, é possível que outros interesses, além dos sentimentais, estivessem em jogo. Casar-se com cônjuge livre podia ser um meio para a conquista da liberdade e o estabelecimento de famílias mais estáveis, sobretudo quando as mulheres eram livres podendo garantir, desta forma, que também seus filhos nasceriam livres. A acumulação de recursos para a compra da alforria dos que ainda precisavam ser resgatados do cativeiro, deste modo, dispensava parte dos esforços porque parcela da família já desfrutava da liberdade.

Deve-se destacar, por fim, que observamos indícios de que as uniões de escravos com livres não eram instáveis. Dos 22 casais identificados nos Assentos de Casamentos, cinco envolviam livres e escravos. Dentre estes, apenas José e

¹⁸⁶ GUTIÉRREZ, Senhores e escravos no Paraná ..., p. 144.

Esmeria estavam juntos há 4 anos. Os outros quatro casais ultrapassavam 18 anos de convívio em comum, informando que estes relacionamentos tendiam a ser realmente duradouros, como informou Adriano Lima. Conclui-se, finalmente, que talvez o que tenha determinado as escolhas por pessoas livres, em detrimento dos companheiros de cativeiro, fosse a certeza de que as famílias, ou pelo menos alguns, estariam livres do fardo da escravidão. Eram sobretudo os filhos, frutos destas relações, que poderiam acumular largas expectativas de crescerem longe das obrigações do cativeiro. Poucos privilegiados que não desfrutariam da mesma sorte de seu pai ou sua mãe.

3.4) Nota Sobre a Idade ao Casar

Dentre os casais registrados nos Assentos de Casamentos e Registro de Batismo, como informamos, apenas de 30 foi possível conhecer a idade que tinham quando casaram. Destes, três deixaram de ser considerados nesta análise por que sugeriram casos de recasamentos¹⁸⁷ e outros três por que informaram erros e descuidos por parte dos recenseadores¹⁸⁸, uma vez que as mulheres foram localizadas com 6, 5 e 4 anos quando contraíram núpcias. Portanto, baseamo-nos somente em 24 casais para lançarmos algumas breves considerações acerca da idade média dos nubentes quando da ocasião do matrimônio e o impacto da procedência dos cativos no processo.

Nossa amostra revelou que os casamentos não eram precoces, mas tendiam a ser tardios. Os cativos coloniais ligavam-se em matrimônio mais cedo

¹⁸⁷ Trata-se dos seguintes casais: Manoel de 30 anos e Rita de 54; Miguel de 62 e Inocência de 33 anos de idade e, por fim, do enlace envolvendo o africano João e a escrava Francisca com 58 e 15 anos, respectivamente.

¹⁸⁸ De acordo com Nelson-Nozoe e Iraci Costa, mesmo nas coletas de dados mais criteriosas do período, recenseadores e declarantes tendiam a imputar ou declinar a idade. A própria advertência (1781) localizada por Schwartz na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, citada pelos autores, informa a despreocupação das autoridades da coroa com a idade exata das pessoas, recomendando “*declarar as idades de cada um ... e não se poderem dizer certas (como a dos pretos da Costa e Angola) sempre se ponham segundo mostrarem provavelmente ter*”; em outros termos, as idades registradas não referiam-se necessariamente a idade exata das pessoas, mas certamente a faixa etária em que se encontravam. NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.21 (02): 271-284, MAIO-AGO, 1991., p. 272.

que os africanos, independente do sexo. Crioulas estabeleciam núpcias, em média, aos 22 anos e africanas aos 25. Para os homens, a diferença de três anos, à favor dos coloniais, se manteve sendo que crioulos casavam aos 28,5 e africanos perto dos 32 anos.

Quanto a idade de parir, é na realidade do Capão Alto, vista a partir dos censos de 1829, que buscamos, mais uma vez, indícios sobre a questão, visto que as fontes assinalam a idade do filho mais velho. Considerando apenas as mães casadas, chega-se a que pariam, em média, aos 19 anos de idade; privilegiando as mães viúvas, constata-se que estas propenderam a ter o primeiro filho com pouco mais de 21 anos; entre as mães solteiras, porém, observamos que pariam muito cedo, antes mesmo de completarem 14 anos de idade¹⁸⁹.

É sugestivo, assim, que em Castro as mulheres concebiam antes de oficializarem suas relações conjugais. O alto índice de casamentos sancionados, mais expressivo nas faixas etárias superiores, que vimos sobretudo nas fazendas de absenteístas, infôrma que uniões consensuais de caráter estável não eram incomuns, e muitas podiam ser legitimadas posteriormente. Considerando todas as mulheres com filhos da Fazenda do Capão Alto¹⁹⁰, independente da condição civil, nota-se que tais escravas pariam perto dos 18 anos, ou seja, quatro anos antes de receberem o aval religioso.

De acordo com Florentino e Góes, as escravas do agro-fluminense iniciavam a montagem de suas famílias muito cedo, e não estavam muito preocupadas com a norma eclesiástica. Descobriram que crioulas pariam antes que as africanas, com 17 e 19 anos, respectivamente. A idade da primeira concepção das escravas normalmente era mais precoce que a das mulheres livres, que pariam perto dos 20 anos¹⁹¹.

Infelizmente nossos dados nada informam sobre a procedência das cativas interferindo no processo, uma vez que somente coloniais foram vistas no Capão Alto nos censos de 1829. Todavia, ao cruzarmos nossas informações com os

189 Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo -- População de Castro, 1829 (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).

190 Todos os escravos do Capão Alto eram crioulos, portanto, referimo-nos tão somente às mães coloniais.

¹⁹¹ FLORENTINO, GÓES. A paz das senzalas ..., p. 135.

resultados apresentados pelos autores sobre as crioulas, nota-se, com a devida precaução frente ao limite de nossa amostra, que as coloniais castrenses tendiam a entrar na primeira concepção um ano mais tarde que as mulheres do agrofuminense. Caso desconsideremos as mães solteiras do Capão Alto, chega-se a que a idade média da primeira concepção oscilava em torno dos 20 anos, ou seja, um padrão semelhante ao das mulheres livres do Rio de Janeiro no século XIX.

É sugestivo, assim, que as uniões e a primeira concepção não foram precoces em Castro, salvo entre as mães solteiras. No entanto, as mulheres pariam antes de formalizarem seus relacionamentos conjugais, certamente formando famílias por meio de relações consensuais. Crioulas casavam mais cedo que africanas e propenderam, certamente, a parir antes que as não coloniais, considerando que tais escravas eram mais velhas e portadoras de menores potenciais reprodutivos. A própria idade ao casar revela que africanas entravam no mercado matrimonial em desvantagens, pois, das 7 escravas apenas 1 tinha menos de 20 anos, enquanto dentre as 17 crioulas 9 contavam com idades inferior aos 20 anos. Mesmo concebendo fora dos preceitos cristãos de casamentos, tendiam a legitimar suas uniões posteriormente, estabelecendo famílias estáveis e valorizadas na comunidade escrava.

Todas as informações apontadas neste capítulo comprovam que um conjunto de critérios seletivos imperava no mercado matrimonial de Castro, ora facilitando e ora dificultando “as coisas” para os interessados em casar-se. O absentismo de algumas unidades sem dúvidas favoreceu a efetivação de famílias no cativo e a alta presença de crianças informa que as uniões eram estabelecidas com ou sem a sanção religiosa, como bem ilustrou as realidades do Capão Alto e da Fazenda Butuquara em Curitiba.

A elevada frequência de casamentos entre os nubentes em idades mais avançadas nas absenteístas, informa uma prática que certamente não era exclusiva das fazendas sem senhores: a possibilidade de legitimar tardiamente

uniões de caráter consensual. Os resultados, vistos a partir dos Assentos de Casamentos e Registros de Batismo, foram transparentes neste sentido, informando que as escravas alguma vez casadas (sobretudo as crioulas), mesmo parindo mais cedo (aos 18 anos, em média), oficializavam suas relações anos depois de terem seus filhos. Tal preocupação em viver segundo os preceitos da igreja cristã talvez revele o comprometimento com a relação consensual e a disposição de viver “dentro das normas” socialmente aceitas.

A análise das absenteístas informou, ainda, que africanos eram mais propensos a efetivarem relacionamentos mistos, sobretudo os homens. Alguns, além de casarem com mulheres “menos negras”, acumulavam expectativas de ligarem-se a pessoas livres com o intuito de estabelecerem famílias parcialmente livres da escravidão, em especial os filhos.

A cor, a procedência e a condição jurídica dos nubentes, assim, foram elementos de peso no processo de contração dos laços matrimoniais. Tais elementos estiveram presentes tanto no mundo dos livres, limitando o acesso a recursos materiais e as chances de escolha por parceiros, como também sob a escravidão, pois, se a cor e a procedência interferiam sobre as oportunidades conjugais dos escravos, certamente influenciaram outros aspectos da vida no cativeiro. A efetivação de famílias, como discutimos na Introdução deste trabalho, além de estabilizar as convivências, à medida que experiências e valores eram compartilhados e incorporados na comunidade, também dava acesso a recursos e contribuía para a diferenciação social. O próprio Rugendas, ao referir-se às uniões entre escravos, deixa entrever as vantagens materiais alcançadas pelo casamento, uma vez que “(...) aos recém-casados se dá um pedaço de terra para construir sua cabana e plantar, por conta própria, em certos dias”¹⁹². Mesmo que os viajantes quase sempre propenderam a relacionar as convivências escravas com desordens e falta de nexos, esta passagem de Rugendas informa que, ao constituírem famílias, os escravos garantiam um mínimo de segurança e privacidade quando conquistavam habitação e roças próprias, assegurando um mínimo de intimidade aos familiares.

¹⁹² RUGENDAS, Viagem pitoresca através do Brasil ..., p. 184.

Influenciando as expectativas conjugais, assim, a cor da pele certamente figurou entre os elementos mais importantes que auxiliava o acesso a parceiros. Evidente que não foi o único. Como vimos ao longo do capítulo e da dissertação, outras características constitutivas do indivíduo, além da cor, bem como a realidade a que estavam submetidos, contaram grandemente no processo. Os atributos dos senhores e suas atividades produtivas, o absenteísmo de algumas unidades e o próprio ciclo de vida dos proprietários, repercutiram fortemente sobre os enlaces escravos. Todavia, não se pode ignorar o impacto da cor que, ligada à aparência do indivíduo, imediatamente denunciava seu grupo social, sua origem e sua condição econômica, questões estas bastante consideradas na seleção dos parceiros. Constata-se, assim, que não apenas os livres como também os escravos obedeciam a uma série de critérios seletivos na escolha dos parceiros¹⁹³. Foram poucos aqueles, durante a escravidão, que ultrapassaram as barreiras raciais e de condição escrava, entre tantas a serem vencidas, casando-se para cima e com pessoas livres. Dentre estes, deve-se destacar que as oportunidades cresciam quanto mais afastados estivessem do estigma africano, uma vez que tais escravos raramente casavam com pardos, sobretudo as mulheres. Conclui-se, finalmente, que em Castro as alianças matrimoniais tenderam a contrariar a historiografia sobre o tema, uma vez que eram os homens, e não as mulheres, que ascendiam socialmente pelo matrimônio. Foram especialmente os homens escravos que fizeram do casamento uma estratégia de ascensão social e acesso a famílias mais livres, à medida que seus filhos nasceriam desfrutando da liberdade. Queremos crer que todas as formas de famílias, todavia, independente se com livres ou entre escravos, com pardos ou

¹⁹³ Eni Samara argumenta, neste sentido, que tais critérios preconceituosos na seleção de parceiros eram muito mais presente entre a elite que nas camadas mais pobres da sociedade paulista no século XIX. Entre as pessoas humildes a riqueza, a origem, a raça e a pureza de sangue não eram elementos seguidos de forma rigorosa como o eram entre as camadas mais abastadas, embora também existissem. A análise dos censos de 1836 permitiu vislumbrar sobre o alcance destes critérios nas diferentes camadas sociais. Dos 575 domicílios com informações sobre a cor das pessoas, notou que nenhum dos chefes de fogos branco casou-se com negros e apenas 17 (2,9%) uniu-se a mulatos; dos 29 matrimônios envolvendo pessoas livres de cor apenas 24,1% envolvia mulatos e pretos, levando a concluir que “(...) brancos, pardos, negros casavam mais dentro do seu próprio grupo de origem e, do mesmo modo, livres, escravos e libertos”, SAMARA, *Estratégias matrimoniais no Brasil ...*, p. 100.

negros, endogâmicas quanto a procedência ou não, certamente serviram para tornar a vida sob a escravidão menos difícil e mais humana. Aproximação ao mundo dos livres, mesmo que modesta e limitada, os laços familiares estabeleceram as bases para a construção de uma sólida comunidade escrava, que não estava fechada em si.

CONCLUSÃO

A escravidão não existiu sem resistência por parte daqueles submetidos a um sistema de trabalho compulsório e opressor. A historiografia demonstrou bons indícios a este respeito, sobretudo nos últimos trinta anos, quando passou a reavaliar a tão difundida noção de promiscuidade imperando nas senzalas. O estudo da família escrava, ao revelar importantes aspectos do comportamento dos escravos no cativeiro, demonstrou que as injustiças da escravidão não impediram que os cativos continuassem a adotar características de sua cultura de origem e optassem por uma vida orientada por regras e normas de convívio.

Nossa pesquisa, salvo algumas limitações, caminhou muito nesta direção. Os resultados que apresentamos podem ser comparados a um quebra-cabeça que, mesmo com algumas peças faltantes, permitiram vislumbrar um grande jogo social durante a escravidão, especialmente no que se refere as relações escravos/escravos e senhores/escravos. Não deixa de ser verdade que à medida que novas pesquisas forem efetivadas, outras peças serão acrescentadas e mais saberemos sobre estes relacionamentos e os valores e comportamentos praticados neste contexto de dominação senhorial que foi a sistema escravista.

O olhar que lançamos sobre as fontes e a forma como organizamos o trabalho permitiram detectar que a consolidação do parentesco dependeu da confluência de uma série de fatores, dentre os quais três foram fundamentais.

Em primeiro plano, não podemos negar que as chances conjugais dos escravos dependeram da realidade e das condições de vida na própria escravaria. O ritmo sazonal de produção e as atividades combinadas de alguns fogos fizeram crescer a participação dos alguma vez casados. A possibilidade de acesso a pequenas roças de subsistência, normalmente cedidas aos recém-casados, revela oportunidades dos escravo disporem de parte do tempo a seu próprio proveito e de seus familiares. Tal contexto ampliava as margens de autonomia e estimulava, em consequência, à formação de famílias, sobretudo nos grandes domicílios.

Os atributos dos senhores também determinaram parte da realidade no cativeiro. A cor, o sexo e o estado conjugal caracterizavam a trajetória de vida

dos proprietários e suas expectativas de acumulação de riquezas, especialmente escravos. Tudo nos levou a imaginar que sendo os homens, brancos e alguma vez casados os maiores escravistas de Castro, a representatividade de famílias cativas seria mais intensa nestes vastos plantéis. Todavia, descobrimos que o pouco acesso de mulheres, não brancos e solteiros ao mercado e ao tráfico de escravos tornou-os mais atentos e propensos a estimular famílias, almejando controle e incremento de suas posses.

Em segundo lugar, podemos dizer que as expectativas por famílias dos escravos sofreram impacto também da trajetória de vida dos senhores e da comunidade escrava de Castro. Quase todos os proprietários conseguiram expandir suas posses no decurso dos anos por que tiveram acesso ao mercado de escravos. A entrada de novos cativos, evidentemente, alterou o equilíbrio demográfico constatado por Gutiérrez nas primeiras décadas do século XIX. Fazendo uso de diferentes estratégias, compra e/ou reprodução natural, quase todos os escravistas aproveitaram o favorável contexto de comercialização da década de 1830 para incrementar suas escravarias superando, inclusive, as pressões originadas pelo cessamento do tráfico negreiro.

A grande concentração de escravos num mesmo plantel contribuía para elevar a frequência e a durabilidade das famílias escravas. O caráter não exportador da economia, cuja produção destinava-se a subsistência e ao abastecimento do mercado local, certamente ajudou a diminuir os índices de mortalidade e a aumentar a vida média dos escravos, estimulando o parentesco e a geração de crianças. O ritmo pouco intenso de produção e a estabilidade atingida pelos fogos no decurso dos anos somavam-se para elevar o tempo de convívio nas escravarias e a estreitar os vínculos de solidariedade.

Além das condições de vida dos domicílios e a trajetória dos senhores e da própria comunidade de Castro, devemos ressaltar, finalmente, que o parentesco dependeu também das características constitutivas dos escravos. Sua própria história – cor, sexo, procedência e idade – contou fortemente no processo facilitando, ou não, casamentos. Há de se destacar, contudo, que a escravaria era um organismo muito complexo que comportava diferentes critérios seletivos e

escondia as mais variadas situações. Neste universo, tudo era possível quando a questão era socializar-se. Ascensão pelo matrimônio (também para os livres), uniões mistas quanto a cor e origem, enlaces entre pessoas de diferentes condições jurídicas, casamentos consensuais (e possíveis de serem legitimados posteriormente), foram algumas situações deste grande jogo social que conseguimos vislumbrar. A família escrava, assim, não apenas sobreviveu das mais variadas formas possíveis, como também lançou as bases para a formação de uma comunidade permeável a integração de escravos estrangeiros, haja vista a alta participação de africanos casados, e pessoas livres. Tratava-se de um mundo específico, mas nem por isso muito diferente de outros, onde todos se esforçavam, como podiam, para garantir sua inserção na comunidade estabelecendo vínculos familiares, sancionados ou não, e desenvolvendo uma sólida rede de amizades.

Não queremos sugerir, no entanto, que tudo “eram flores” nesta comunidade e que, dado o caráter da economia de Castro, os escravos desfrutavam de uma escravidão “suave” ou menos “pesada”. Não há dúvidas de que a escravidão não pode ser tratada nestes termos. A própria análise das fazendas de absenteístas informou muito a este respeito, sugerindo que a ausência dos senhores tendia a ampliar as margens de autonomia dos escravos, ou seja, se a frequência de famílias foi significativa nos fogos sem donos, certamente a presença dos escravistas, na maioria dos plantéis, complicava as coisas para os cativos, que estavam muito mais submetidos a autoridade de seus donos.

Argumentamos, isso sim, que a economia exerceu seu mérito ao diminuir as taxas de mortalidade e os desequilíbrios por sexo disponibilizando, no mercado matrimonial, mais possíveis parceiros conjugais. Mesmo que sem liberdade e submetidos à autoridade de outros, estes homens cativos desenvolviam formas de convivência com boas expectativas de sobrevivência por que as escravarias eram pouco perturbadas pelas oscilações externas. Podiam ter esperança, assim, de que suas famílias permaneceriam unidas por mais tempo por que o cativo tendia a ser mais estável.

Em conclusão, tornamos a reafirmar que não tivemos a intenção de esgotar as possibilidades de análise na perspectiva temporal e espacial que escolhemos nesta pesquisa. Pelo contrário. As fontes que empregamos poderiam ser olhadas de diversas outras maneiras e certamente trariam aspectos diferentes desta mesma realidade que privilegiamos. Como argumentamos, linhas acima, há muitas peças que precisam ser encaixadas para enxergamos com clareza aspectos menores desta sociedade que se criou em Castro no início do século XIX. Sentimo-nos satisfeitos, todavia, se tivermos contribuído para ampliar os conhecimentos da história sobre a família escrava, desfazendo a noção de desregramento, há muito difundida, pela tradicional historiografia. Queremos ter contribuído, ainda, para ampliar os estudos sobre a escravidão no Paraná, pois, mesmo que economicamente desvinculada do setor agroexportador, contava com uma parcela de cativos em suas atividades produtivas, escravos estes que formaram uma comunidade criando e recriando laços de parentesco no cativoiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes Primárias

- Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). **Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo** – População de Castro, 1824 (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).
- Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). **Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo** – População de Castro, 1829 (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).
- Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). **Lista Nominativa de Habitantes de São Paulo** – População de Castro, 1835 (cópias microfilmadas pertencentes ao DEHIS/UFPR).
- Casa da Cultura Emília Erichsen. **Assentos de Casamentos da População de Castro**, 1793 – 1824, caixa única (cópias transcritas).
- Casa da Cultura Emília Erichsen. **Livro de Registro de Batismo da População de Castro**, 1801 - 1817, caixa única (cópias transcritas).

b) Obras de Referência

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 2000. pt. 2: Teses, Dissertações e trabalhos acadêmicos.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 2000. pt. 6: Referências Bibliográficas.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 1992. pt. 7: Citações e notas de rodapé.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 2000. pt. 9: Tabelas.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba, 2000. pt. 10: Gráficos.

c) Livros e Teses

- CARDOSO, C. **Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Hebe. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. 3v, São Paulo, Martins/EDUSP, 1972
- FAZENDA DO CAPÃO ALTO. **Cadernos do Patrimônio**. Curitiba, SECE, 1985 (Cadernos do Patrimônio, Série Estudos.
- ELIAS, N; SCOLTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- GENOVESE, Eugene. **O mundo dos senhores de escravos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- _____. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra, 1988.
- GUTIÉRREZ, H. **Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830**. São Paulo, 1986, Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (mimeo)
- GUTMAN, H. **The Black Family in Slavery and Freedom**. New York: Pantheon, 1976.
- HIGMAN, Barry. **Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834**. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- KLEIN, Herbert. **A escravidão africana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajетórias de crioulos. Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c.1830)**. Curitiba, 2001. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná
- LIMA, Carlos A.M. Estudos sobre o mercado e as alianças matrimoniais. **Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (tese de Doutorado), parte II.
- MELO, Kátia Vieira. **Relações familiares e casamentos da população cativa de Castro, 1835** (monografia de conclusão de curso), UFPR, 2000.
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)**. São Paulo, Tese de Doutorado, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Organização social. In: **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PARDO, Teresinha Regina Buseti. **Das relações familiares dos escravos no Paraná do século XIX**. Curitiba, 1993. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná (mimeo)

- REVEL, J. (org.). *Microanálise e construção social*. In: **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RUGENDAS, J.M. (1835). **Viagem pitoresca através do Brasil**. 8 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1979
- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à Comarca de Curitiba**. São Paulo: Brasiliense., v. 315, 1964.
- SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WESTPHALEN, Maria Cecília. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995

d) Artigos e Capítulos de Livros

- ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). In: **Revista de História**, V. 4, Nº01, Juiz de Fora, 1998.
- BALHANA Altiava. Estruturas Populacionais do Paraná no ano da independência. In: **Paraná – 1822**. Curitiba, 1972.
- BERLIN, Ira.; MORGAN, Philip. “Introduction” . In: **Cultivation and culture: labor and the shaping of slave life in the Americas**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.
- COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, v. 17 (02): 245-295, MAIO/AGO. 1987.
- COSTA, Iraci. Del Nero; NOZOE, Nelson Hidelki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 19 (02): 319-345, MAIO-AGOSTO, 1989.
- COSTA, Isabel Paiva. Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.26 (1) 111-136, JAN./ABR., 1996.
- ENGERMANN, Carlos. Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, ABPHE, 2003, Caxambu, Minas Gerais. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/abphe/textos/Abphe_2003_78_pdf Acesso em: 10 fev. 2004.
- FERNANDEZ, Ramon Garcia. A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19 (03): 477-496, 1989.
- FILHO, Gilberto Guerzoni; NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais: Índices de Casamentos da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.18 (3): 397-507, SET./DEZ., 1988.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias

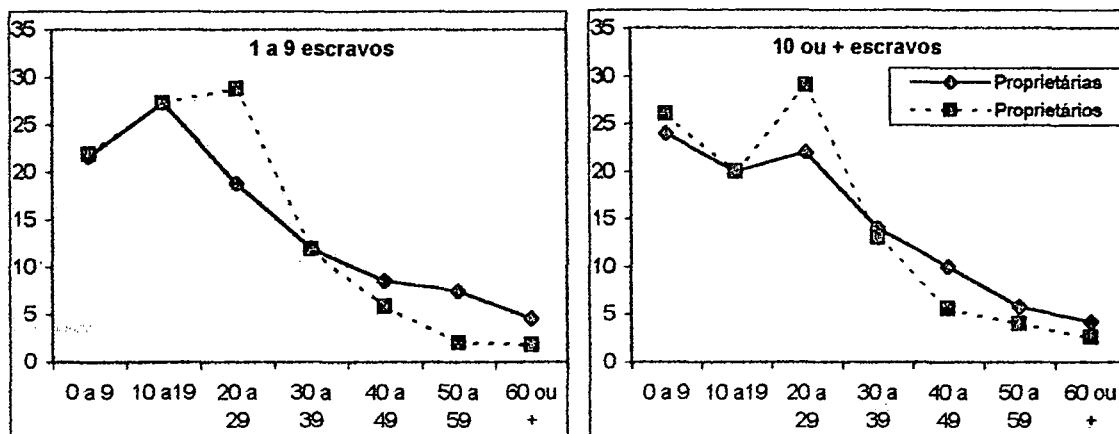
- escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: **Estudos Econômicos**, 17(2): 151-173, MAIO/AGO., 1987.
- FRANCO NETTO, Fernando. Algumas considerações sobre a estrutura de posse de cativos e a hipótese do ciclo de vida – Guarapuava – século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, ABPHE, 2003, Caxambu, Minas Gerais. **Anais Eletrônicos...** Disponível em:
< http://www.cedeplar.ufmg.br/abphe/textos/Abphe_2003_78_pdf> Acesso em: 10 fev. 2004.
- GORENDER, Jacob. Formas peculiares da escravidão. In: **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Escravidão e fazendas de gado no Paraná durante a primeira metade do século XIX. In: CONGRESSO SOBRE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, 1989, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1989.
- _____. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná 1800-1830. In: **Estudos Econômicos**. 17(2): 297 – 314, MAIO/AGO, 1987.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo. V.8 n° 16, p.p. 161 – 188, MARÇO/AGO, 1988.
- GUTMAN, Barry. **The Slave Family and Household in the British West Indies, 1800-1834**. Journal of interdisciplinary History 6: 261-287, 1975.
- KLEIN, Herbert. A oferta de mueres no Brasil Central: O mercado se Sorocaba, 1825-1880. In: **Estudos Econômicos**., São Paulo, v. 19, n. 2, p.347-372, Maio-Agosto.1989.
- _____. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. In: **Estudos Econômicos**. 17(2): 129-149, MAIO/AGO., 1987.
- KLEIN, Herbert.; PAIVA, Clotilde. A. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. **Estudos Econômicos**, 27(2): 309-335, MAIO/AGOSTO, São Paulo, 1997.
- LIMA, Carlos M. Fronteira Agrária, autonomia e dependência: livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In: XIII SEMINÁRIO DE PESQUISA DE UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. **Anais...** Guarapuava: Unicentro, 2001.
- _____. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas. In: V CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. **Anais ...** Belo Horizonte: ABPHE, 2003.
- _____. Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n° 2, 2002., p. 317-344.
- _____. Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844) . In: **Afro-Ásia**. N. 24, 2000.

- LIMA, Carlos Medeiros; MELO, Kátia Andréia Vieira. **A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)**. Castro, 2003 (trabalho apresentado ao I Encontro de Castro, "Escravidão e liberdade no Brasil Meridional").
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. **Estudos Econômicos**. São Paulo, V, 20 (3): 349-379, SET./DEZ., 1990.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: **Estudos Econômicos**, 13 (1): 211-221, JAN./ABR., 1983.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. UFPR, 1968.
- _____. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, UFPR, 3 : 4-27, jun. 1963.
- _____. Sinopse da História Regional do Paraná. **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, UFPR, 1951.
- MATTOS, Hebe Maria. "Campesinato e escravidão". In: SILVA, F. C.; MATTOS, H. M.; FRAGOSO, J. (org.). História e Educação. **Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- MEILLASSOUX, Claude. "Introdução" e "capítulo Introdutório". In: **Antropologia da escravidão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- METCALF, Alida. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, v. 17 (02): 229-243, MAIO/AGO. 1987.
- MOTTA, José Flávio. O advento da cafeicultura e a estrutura de posse de escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 21 (03): 409-434, SET.-DEZ., 1991.
- _____. "Famílias escravas: uma incursão pela historiografia". **História: Questões e Debates**. Curitiba, 9(16): 104-159, JUN. 1988.
- MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. In: **A família escrava e a partilha de bens: um estudo de caso**. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.
- NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci Del Nero. Acheugas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.21 (02): 271-284, MAIO-AGO, 1991.
- PAIVA, Clotilde. A.; LIBBY, Douglas. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**. V. 25 (2): 203-233, MAIO/AGO, 1995.
- PAIVA, Clotilde.; KLEIN, Herbert. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, V.22, Nº1, p. 129-151, JAN.-ABR.1992.

- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista. In: **Afro-Ásia**, (23): 29-48, 1999.
- SAMARA, Eni. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8 (15): 91-105, SET/FEV., 1988.
- SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 13 (01): 117-149, JAN. – ABR., 1983.
- SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, 13 (1): 259-287, JAN./ABR., 1983.
- TEIXEIRA, Maria Heloísa. A estabilidade familiar entre os escravos de Mariana. (1850-1888). In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <[wttp://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina.2002/textos/D06.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina.2002/textos/D06.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2004.
- VASCONCELLOS, Márcia Cristina. Casar ou não, eis a questão. Os casais e as mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, 1830-1881. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano24, (2): 291-316, 2002.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, (21): 97-108, DEZ., 1991.
- WACHOWICZ, Ruy Chatovam. População Curitibana e Paranaense de 1780. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Ano V, nº 36, 1980
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**, 1997.

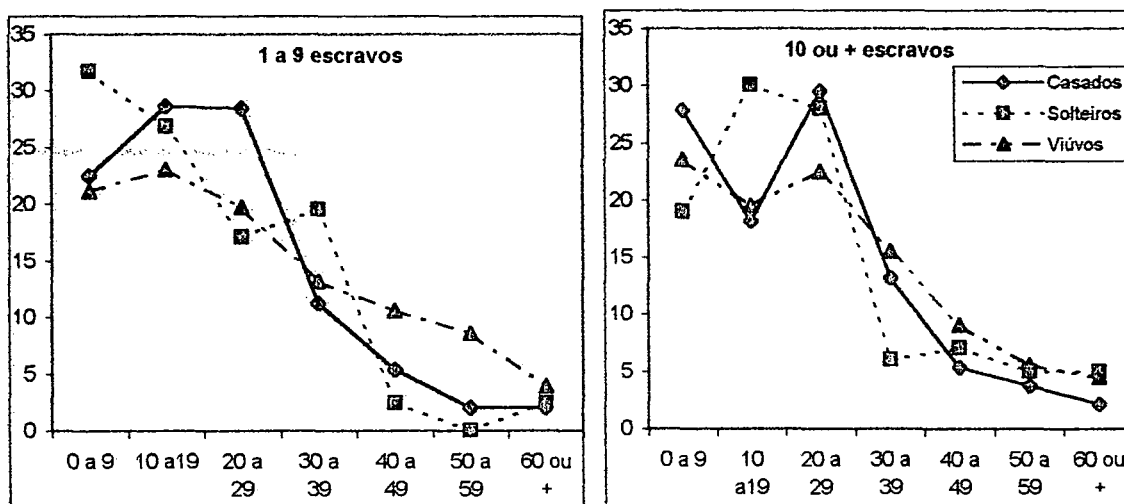
ANEXOS 1 - GRÁFICOS

GRÁFICO A - DISTRIBUIÇÃO DOS CATIVOS POR FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO TAMANHO DOS PLANTEIS E SEXO DOS PROPRIETÁRIOS (CASTRO, 1835)



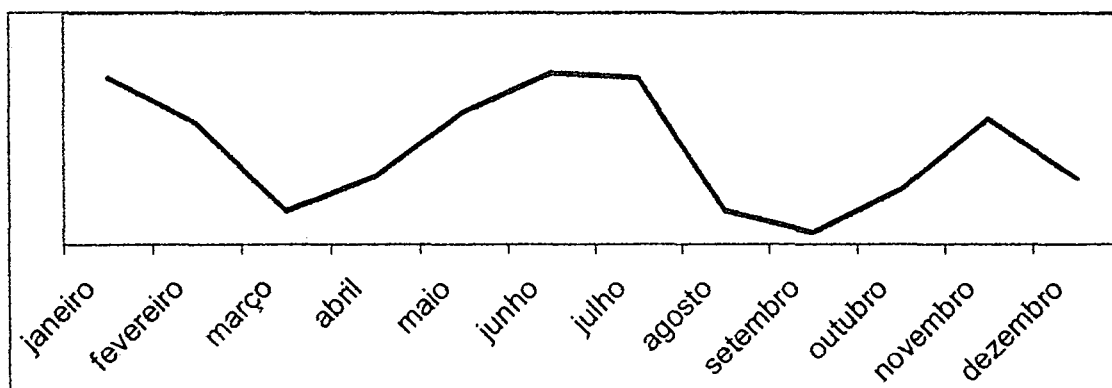
Fonte: Vide Gráfico 1A

GRÁFICO B - DISTRIBUIÇÃO DOS CATIVOS POR FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO TAMANHO DOS PLANTEIS E ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS (CASTRO, 1835)



Fonte: Vide Gráfico 1A

GRÁFICO C - MOVIMENTO MENSAL DE CASAMENTOS ENVOLVENDO ESCRAVOS EM CASTRO (1793 - 1824) EM NÚMEROS RELATIVOS



Fonte: Vide Tabela 5A

ANEXO 2 – TABELAS

TABELA A – DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS ESCRAVOS E DOS ALGUMA VEZ CASADOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL, CASTRO - 1835

FTP	Total de Escravos	Total de Casados
01 – 02 escravos	150	16
03 – 04 escravos	215	25
05 – 06 escravos	241	39
07 – 08 escravos	119	20
09 – 10 escravos	162	44
11 – 12 escravos	90	24
13 – 14 escravos	132	16
15 – 16 escravos	47	11
17 – 18 escravos	0	0
19 – 20 escravos	19	5
21 ou + escravos	621	180
TOTAL	1796	380

Fonte: Vide tabela 1A

TABELA B – MÉDIA DE ESCRAVOS E MEDIA DE RENDIMENTOS DECLARADOS SEGUNDO ATIVIDADES PRODUTIVAS DOS FOGOS, CASTRO – 1835

Atividades produtivas	Média de Escravos	Média de Rendimentos	Total de Rendimentos Declarados
GADO	7,3	300\$363	16.520\$000
LAVOURA	5,3	71\$421	5.428\$000
GADO+LAVOURA	7,75	643\$303	72.050\$000
OUTROS	2,75	55\$227	2.430\$000

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA C. – DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS ESCRAVOS COM 15 ANOS OU + E ALGUMA VEZ CASADOS SEGUNDO FAIXA TAMANHO DE PLANTEL E ATIVIDADES PRODUTIVAS, CASTRO – 1835

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos domicílios			
	Ocupações principais declaradas nos domicílios			
	GADO	LAVOURA	GADO + LAVOURA	OUTROS
1 a 4 escravos	26	49	60	38
5 a 9 escravos	17	19	28	4
10 a 14 escravos	7	7	11	2
15 ou + escravos	5	1	13	0
TOTAL	55	76	112	44

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos escravos											
	Ocupações principais declaradas nos domicílios											
	GADO			LAVOURA			GADO + LAVOURA			OUTROS		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1 a 4 escravos	56	34	4	111	75	6	130	95	22	68	43	9
5 a 9 escravos	107	69	16	118	73	27	178	116	27	29	14	5
10 a 14 escravos	79	51	13	77	58	21	132	82	30	24	11	2
15 ou + escravos	159	96	31	99	48	18	429	266	147	0	0	0
TOTAL	401	250	64	405	254	72	869	559	226	121	68	16

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: 1) Total de escravos; 2) Total de escravos acima de 15 anos; 3) Total de escravos alguma vez casados

TABELA D.1 - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS (15 ANOS OU +) EM GRANDES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835

	GADO LAVOURA		GADO+ LAVOURA		OUTROS	
FTP	1-9					
15-19 anos	0*	0*	1	0*		
20-29 anos	10	12	25	6		
30-39 anos	4	8	13	3		
40 ou mais	6	13	10	5		
FTP	10 ou +					
15-19 anos	0*	3	9	0*		
20-29 anos	23	11	65	0*		
30-39 anos	10	7	43	1		
40 ou mais	11	18	60	1		

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: A categoria "outros" engloba os domicílios de que se desconhece a atividade produtiva.

TABELA D.2 - PARTICIPAÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835.

	GADO LAVOURA		GADO+LAVOURA		OUTROS	
	FTP - 1 a 9 escravos					
Crianças (0 a 14 anos)		60	81	98	40	
Razão de Masculinidade		134	105,5	115,1	83,8	
Homens Casados e viúvos		8	15	27	8	
Mulheres Casadas e viúvas		12	18	23	6	
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)		0,44	0,41	0,40	0,62	
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)		0,38	0,34	0,35	0,55	
	FTP - 10 ou +					
Crianças (0 a 14 anos)		91	70	213	13	
Razão de Masculinidade		109,5	107,8	146,8	175	
Homens Casados e viúvos		23	19	88	1	
Mulheres Casadas e viúvas		21	20	89	1	
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)		0,86	0,82	0,63	1,25	
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)		0,77	0,72	0,58	1,25	

Fonte: Vide tabela 1A

TABELA D.3 - PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835

	GADO		LAVOURA		GADO + LAVOURA		OUTROS	
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
FTP	1-9							
SOLT.	20	63	28	87	58	104	2	41
CAS.	7	11	9	19	17	26	4	10
VIÚVOS	1	1	2	3	3	3	0	0
FTP	10 ou +							
SOLT.	11	92	9	58	60	111	0	9
CAS.	0	43	3	29	77	90	0	2
VIÚVOS	0	1	1	6	3	7	0	0
Somente os escravos com idades entre 20 e 29 anos								
FTP	1-9							
SOLT.	8	28	14	31	23	41	0	15
CAS.	4	6	5	7	14	11	1	5
VIÚVOS	0	0	0	0	0	1	0	0
FTP	10 ou +							
SOLT.	5	45	2	29	29	51	0	3
CAS.	0	23	0	11	35	30	0	0
VIÚVOS	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: Os escravos com indefinição da naturalidade foram contados como crioulos.

TABELA E – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM 15 ANOS OU + E ALGUMA VEZ CASADOS SEGUNDO FAIXA TAMANHO DE PLANTEL E SEXO DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO – 1835

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos domicílios		
	HOMEM	MULHER	DESCONHECIDO
1 a 4 escravos	140	31	0
5 a 9 escravos	52	16	1
10 a 14 escravos	21	6	0
15 ou + escravos	15	3	2
TOTAL	228	56	3

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos escravos								
	HOMENS			MULHERES			DESCONHECIDO		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1 a 4 escravos	289	194	33	76	53	8	0	0	0
5 a 9 escravos	326	205	54	100	61	15	6	6	6
10 a 14 escravos	251	158	46	61	44	20	0	0	0
15 ou + escravos	430	264	119	128	85	53	129	61	24
TOTAL	1296	821	252	365	243	96	135	67	30

Fonte: Vide Tabela A

Nota: 1) Total de escravos; 2) Total de escravos acima de 15 anos; 3) Total de escravos alguma vez casados

TABELA F – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM 15 ANOS OU + E ALGUMA VEZ CASADOS SEGUNDO FAIXA TAMANHO DE PLANTEL E COR DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO – 1835

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos domicílios		
	BRANCO	NÃO BRANCO	INDEFINIDO
1 a 4 escravos	148	12	11
5 a 9 escravos	62	4	3
10 a 14 escravos	26	1	0
15 ou + escravos	17	0	3
TOTAL	253	17	17

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos escravos								
	BRANCO			NÃO BRANCO			INDEFINIDOS		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1 a 4 escravos	326	218	31	19	11	2	20	18	8
5 a 9 escravos	388	251	67	24	8	1	20	13	7
10 a 14 escravos	302	194	60	10	8	6	0	0	0
15 ou + escravos	556	349	172	0	0	0	131	61	24
TOTAL	1572	1012	330	53	27	9	171	92	39

Fonte: Vide Tabela A

Nota: 1) Total de escravos; 2) Total de escravos acima de 15 anos; 3) Total de escravos alguma vez casados

TABELA G – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM 15 ANOS OU + E ALGUMA VEZ CASADOS SEGUNDO FAIXA TAMANHO DE PLANTEL E ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO – 1835

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos domicílios			
	SOLTEIRO	CASADO	VIÚVO	INDEFINIDO
1 a 4 escravos	10	121	28	12
5 a 9 escravos	4	46	15	5
10 a 14 escravos	4	18	4	1
15 ou + escravos	2	11	4	2
TOTAL	20	196	51	20

Faixas de tamanho das escravarias	Distribuição dos escravos											
	SOLTEIRO			CASADO			VIÚVO			INDEFINIDO		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1 a 4 escravos	17	9	2	261	171	24	65	48	7	23	19	8
5 a 9 escravos	24	11	3	285	184	46	87	54	14	35	23	12
10 a 14 escravos	49	33	11	212	131	39	41	32	14	10	6	2
15 ou + escravos	51	32	18	348	213	91	159	104	63	129	61	24
TOTAL	141	85	34	1106	699	200	352	238	98	197	109	46

Fonte: Vide Tabela A

Nota: 1) Total de escravos; 2) Total de escravos acima de 15 anos; 3) Total de escravos alguma vez casados

TABELA H.1 – PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835

	Proprietários Homens	Proprietárias	Unidades c/ prop. Desconhecidos
FTP – 1 a 9			
15 – 19 anos	1	0*	0**
20 – 29 anos	46	2	5
30 – 39 anos	22	5	1
40 ou mais	18	16	0**
FTP – 10 ou +			
15 – 19 anos	7	1	4
20 – 29 anos	70	21	8
30 – 39 anos	41	20	0*
40 ou mais	47	31	12

Fonte: Vide Tabela 1A

* - Todos os escravos são solteiros nesta faixa etária.

** - Não há escravos nesta faixa etária.

TABELA H.2 – PARTICIPAÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.

	Proprietários Homens	Proprietárias	Proprietários Desconhecidos
FTP			
		1 - 9	
Crianças (0 a 14 anos)	216	62	0*
Razão de Masculinidade	116,8	96,5	100
Homens Casados e viúvos	42	13	3
Mulheres Casadas e viúvas	45	10	3
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,46	0,38	0*
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,41	0,30	0*
FTP			
		10 ou +	
Crianças (0 a 14 anos)	259	60	68
Razão de Masculinidade	155,7	143,3	84,8
Homens Casados e viúvos	81	37	13
Mulheres Casadas e viúvas	84	36	11
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,68	0,59	0,68
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,63	0,51	0,62

Fonte: Vide tabela 1A

Nota: Não há crianças nestes domicílios.

TABELA H.3 – PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O SEXO DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.

FTP	Proprietários Homens		Proprietárias		Proprietários Desconhecidos	
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
1 - 9						
SOLTEIRO	76	218	15	76	0	0
CASADOS	26	53	7	11	4	2
VIÚVOS	4	4	2	3	0	0
10 ou +						
SOLTEIROS	61	196	9	47	0	37
CASADOS	64	93	16	54	0	17
VIÚVOS	3	5	1	2	0	7
Somente os escravos com idades entre 20 e 29 anos						
FTP						
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
1 - 9						
SOLTEIROS	40	91	6	25	0	0
CASADOS	19	26	1	1	4	1
VIÚVOS	0	1	0	0	0	0
10 ou +						
SOLTEIROS	32	94	4	17	0	17
CASADOS	31	39	4	17	0	8
VIÚVOS	0	0	0	0	0	0

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA I.1 – PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835

BRANCOS NÃO-BRANCOS INDEFINIDOS			
FTP		1 - 9	
15 - 19 anos	1	0*	0*
20 - 29 anos	45	1	7
30 - 39 anos	24	1	3
40 ou mais	28	1	5
FTP		10 ou +	
15 - 19 anos	8	0**	4
20 - 29 anos	90	1	8
30 - 39 anos	59	2	0*
40 ou mais	75	3	12

Fonte: Vide Tabela 1A

Não Brancos - Refere-se aos proprietários negros, pardos e índios

Indefinidos - Refere-se às fazendas e aldeamentos que não constam dados sobre os donos de domicílios.

* - Todos os escravos são solteiros nesta faixa etária.

** - Não há escravos nesta faixa etária.

TABELA I.2 – PARTICIPAÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU +), RAZÃO DE MASCULINIDADE E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO COR DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIO, CASTRO/1835.

	BRANCOS	NÃO-BRANCOS	INDEFINIDOS
FTP		1 - 9	
Crianças (0 a 14 anos)	245	24	9
Razão de Masculinidade	110,3	58,3	210
Homens Casados e viúvos	48	1	9
Mulheres Casadas e viúvas	50	2	6
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,43	0,55	0,57
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,37	0,45	0,40
FTP		10 ou +	
Crianças (0 a 14 anos)	315	2	70
Razão de Masculinidade...	152,5	166,6	84,8
Homens Casados e viúvos	114	4	13
Mulheres Casadas e viúvas	118	2	11
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,65	0*	1,39
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,59	0*	1,28

Fonte: Vide tabela 1A

* - Não há crianças nestes domicílios.

TABELA J.1 – PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS ALGUMA VEZ CASADOS EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835

SOLTEIRO CASADO VIÚVO INDEFINIDOS				
FTP		1 - 9		
15 - 19 anos	0*	1	0*	0*
20 - 29 anos	2	38	3	10
30 - 39 anos	3	17	4	4
40 ou mais	0*	14	14	6
FTP		10 ou +		
15 - 19 anos	6	1	1	4
20 - 29 anos	15	56	20	8
30 - 39 anos	2	34	25	0*
40 ou mais	6	39	31	14

Fonte: Vide Tabela 1A

* - Todos os escravos são solteiros nesta faixa etária.

TABELA J.2 – PARTICIPAÇÃO DE INFANTES, DE HOMENS E DE MULHERES CASADOS (15 ANOS OU+), RAZÃO DE MASCULINIDADE E RAZÃO CRIANÇA (0 A 4 ANOS) / MULHER (15 A 39 ANOS E 15 A 49 ANOS) SEGUNDO ESTADO CONJUGAL DOS PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DOS DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.

	SOLTEIROS CASADOS VIÚVOS INDEFINIDOS			
FTP	1-9			
Crianças (0 a 14 anos)	21	191	50	15
Razão de Masculinidade	185,7	105,2	108,1	162,5
Homens Casados e viúvos	4	33	11	10
Mulheres Casadas e viúvas	1	37	10	10
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,71	0,43	0,44	0,41
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,71	0,38	0,32	0,33

FTP	10 ou +			
Crianças (0 a 14 anos)	35	216	64	72
Razão de Masculinidade	170,8	151	147,2	91,4
Homens Casados e viúvos	13	64	40	14
Mulheres Casadas e viúvas	16	66	37	12
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-39 anos)	0,66	0,71	0,50	1,33
n. de crianças (0-4 anos) / n. de mulheres (15-49 anos)	0,60	0,65	0,45	1,18

Fonte: Vide tabela 1A

TABELA J.3 – PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E DE ACORDO COM O TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO/1835.

	SOLTEIROS		CASADOS		VIÚVOS		INDEFINIDOS	
FTP	1-9							
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
SOLTEIROS	7	9	83	202	14	67	5	17
CASADOS	0	3	24	41	7	9	6	13
VIÚVOS	0	1	4	1	2	3	0	1

FTP	10 ou +							
SOLTEIROS	19	17	40	174	14	45	0	41
CASADOS	19	9	38	85	23	51	0	19
VIÚVOS	0	1	3	4	1	2	0	7

Somente os escravos com idades entre 20 e 29 anos

	SOLTEIROS		CASADOS		VIÚVOS		INDEFINIDOS	
FTP	1-9							
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
SOLTEIROS	2	3	35	82	7	20	2	11
CASADOS	0	1	18	20	1	2	5	5
VIÚVOS	0	1	0	0	0	0	0	0

FTP	10 ou +							
SOLTEIROS	8	5	21	88	7	18	0	17
CASADOS	11	4	20	36	4	16	0	8
VIÚVOS	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA L.1 - PARTICIPAÇÃO TOTAL E DOS ESCRAVOS (AS) CASADOS (AS) OU VIÚVOS (AS) NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO VITAL, CASTRO 1824-1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de homens acima de 15 anos	12	29
Homens casados/viúvos acima de 15 anos	1	5
Total de mulheres casadas acima de 15 anos	13	26
Mulheres casadas/viúvas acima de 15 anos	2	6
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de homens acima de 15 anos	45	98
Homens casados/viúvos acima de 15 anos	9	24
Total de mulheres casadas acima de 15 anos	46	70
Mulheres casadas/viúvas acima de 15 anos	11	29
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Total de homens acima de 15 anos	74	90
Homens casados/viúvos acima de 15 anos	24	30
Total de mulheres casadas acima de 15 anos	49	64
Mulheres casadas/viúvas acima de 15 anos	19	33

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA L.2 - PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS (AS) ALGUMA VEZ CASADOS (AS) NAS ESCRAVARIAS DE SENHORES HOMENS E BRANCOS, DE ACORDO COM AS FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS, CASTRO, 1824 - 1835.

Estado em 1824											
10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 ou + anos	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
4	4	12	15	16	18	77	76	93	69	87	70
0	0	2	2	2	3	17	23	23	27	28	23
Estado em 1835											
10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 ou + anos	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
10	7	25	13	78	51	52	39	102	75	82	64
7	5	8	8	16	12	10	11	33	35	23	25

Fonte: Vide Tabela 1A

Nota: 1º linha) Total de escravos acima de 15 anos; 2º) Total de escravos casados/viúvos

TABELA M.1 - PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS (0-4 ANOS E 0 A 14 ANOS) E MULHERES ENTRE 15-39 ANOS NAS ESCRAVARIAS PERTENCENTES A HOMENS BRANCOS CONFORME O TAMANHO DAS POSSES E O CICLO DE VIDA, CASTRO 1824 - 1835.

Senhores que, em 1824, tinham entre 20 e 39 anos e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Crianças (0 - 4 anos)	3	10
Crianças (0 - 14 anos)	18	27
Mulheres (15 - 39 anos)	12	23
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam entre 1 e 9 cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Crianças (0 - 4 anos)	14	25
Crianças (0 - 4 anos)	54	82
Mulheres (15 - 39 anos)	36	52
Senhores que, em 1824, tinham 40 ou + anos de idade e possuíam 10 ou + cativos		
	Estado em 1824	Estado em 1835
Crianças (0 - 4 anos)	20	36
Crianças (0 - 4 anos)	66	102
Mulheres (15 - 39 anos)	36	48

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA O - PROPRIETÁRIOS SELECIONADOS A PARTIR DAS LISTAS DE 1824 PARA A ELABORAÇÃO DAS AMOSTRAS DO CAPÍTULO II, CASTRO 1824 E 1835.
(EVOLUÇÃO DAS POSSES DE ESCRAVOS)

PROPRIETÁRIOS C/ 20-39 ANOS EM 1824	1824	1835
ANTONIO DOMINGUES GARCIA	8	8
BRÁS PEDROSO	4	4
MIGUEL DA ROCHA FERREIRA	5	13
JOSÉ SOARES DE FARIAS	4	4
MANOEL BATISTA RIBEIRO	1	8
LUCIANO RIBEIRO	3	3
ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA	2	3
FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA	3	5
GENEROSO PINTO LEAL	3	8
ANTONIO FRANCISCO	1	1
FLORENTINO MARTINS	1	2
MANOEL ELEUTÉRIO	1	1
BENTO BARBOSA LIMA	1	5
JOAQUIM JOSÉ DE ANDRADE	1	6
DIONÍSIO PRAXEDES DOS SANTOS	1	1
CLÁUDIO FURQUIM	1	6
SILVÉRIO JOSÉ DO PRADO	1	2
JOSÉ DE CARVALHO NEVES	2	2
TOTAL	43	82

PROPRIETÁRIOS C/ 40 ANOS OU + EM 1824	1824	1835
BENEDITO RIBAS	39	41
ANTONIO FOGAÇA DE SOUZA	23	19
DOMINGOS FERREIRA	14	13
FRANCISCO JOSÉ DE ALMEIDA	22	39
ANTONIO JOSÉ PEREIRA BRANCO	19	42
JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA	10	16
LUCIANO CARNEIRO LOBO	40	63
ALVARO GONÇALVES MARTINS	5	13
MANOEL DAS DORES	9	11
JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA	7	10
FRANCISCO FERREIRA	5	4
LEONARDO DE ?	4	5
AURÉLIO DA COSTA PORTELLA	4	4
CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA	7	12
FRANCISCO DE LIMA	5	1
ANTONIO ROIZ	8	4
JOÃO ALVES PEREIRA	7	8
FRANCISCO JOSÉ DE PAULA	4	4
MANOEL JOSÉ DE TOLEDO	4	6
JOÃO CARNEIRO LOBO	9	36
ANTONIO DA SILVA LURIA	8	14
JOSÉ DA LUZ DE SIQUEIRA	4	5
LOURENÇO DE SIQUEIRA	4	12
INÁCIO DOS SANTOS PALHANO	9	10
FRANCISCO TEXEIRA DE AZEVEDO	22	23
BERNARDO MOREIRA PAIZ	7	10
JOSÉ LOUREIRO DA SILVA	3	9
MANOEL PEREIRA	4	11
BALDUÍNO DE ALMEIDA TAQUES	5	13
JOSÉ DE OLIVEIRA PRESTES	3	4
ESTEVÃO RIBEIRO	2	11
FRANCISCO CORDEIRO	2	2
MANOEL DOS SANTOS MARTINS	2	2
JOAQUIM DOMINGUES	1	7
JOSÉ PEREIRA	1	0
FRANCISCO FERREIRA DE PAULA	1	1
JOSÉ FRANCISCO FERREIRA	2	0
CARLOS JOSÉ DE SANTANA	1	6
DOMINGOS ANTONIO	1	4
ANTONIO PEREIRA LIMA	2	2
GABRIEL DE OLIVEIRA	1	1
RAFAEL PINTO BANDEIRA	1	1
JOAQUIM JOSÉ DE MIRANDA	1	2
JOÃO DOS SANTOS MARTINS	1	3
CRISTOVÃO DA ROCHA	1	2
TOTAL	334	506

Fonte: Vide Tabela 1A

TABELA Q.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS ACIMA DE 15 ANOS POR ESTADO CONJUGAL SEGUNDO A PROCEDENCIA E DE ACORDO COM O TAMANHO E TIPO DE DOMICÍLIOS, CASTRO/1835.

Estado Civil	TIPO 01 DE DOMICÍLIOS		Tipo 02 de domicílios	
	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos
FTD		1 - 9		
Solteiros	290	106	4	3
Casados	61	30		7
Viúvos	7	6	0	0
FTD		10 ou +		
Solteiros	219	80	51	0
Casados	126	77	38	3
Viúvos	6	4	8	0
Somente os escravos com idades entre 20 e 29 anos e FTD com 10 ou + cativos				
Solteiros	66,7	50,7	66,7	0
Casados	33,3	49,3	33,3	0
Viúvos	0	0	0	0
Somente os escravos com idades entre 30 e 39 anos e FTD com 10 ou + cativos				
Solteiros	62,0	35,3	20	0
Casados	36,6	61,8	80,0	0
Viúvos	1,4	2,9	0	0

Fonte: Vide Tabela 1A